

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELO INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA

VOLUME II



LISBOA
1 9 3 6



BIBLIOTECA

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
BIBLIOTECA
N.º 5179
DATA 27/7/87

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

PUBLICAÇÃO SUBSIDIADA PELO INSTITUTO PARA A ALTA CULTURA

VOLUME II



LISBOA
1 9 3 6

AS NOVAS DIRECTRIZES NO ESTUDO DA PRÉ-HISTÓRIA (1)

Lembrou-se a digna Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses de me convidar para, nesta sessão inaugural dos trabalhos do ano de 1936, proferir o que em formulário académico costumamos denominar a oração de sapiência. Confesso lealmente que por mais dum motivo me surpreendeu esta imerecida distinção. É verdade que, há alguns anos já, tenho a honra de fazer parte desta agremiação científica de tão grandes e nobres tradições na nossa terra; mas essa circunstância não explica a deferência que para comigo se quis usar. Todos sabemos muito bem que, adentro da Associação dos Arqueólogos, não faltam, antes abundam, elementos que tanto no campo das ciências históricas e afins, como no das ciências pre-históricas ocupam lugar muitíssimo superior ao meu. Não há, pois, neste convite, senão uma amabilidade indulgente da parte da nossa digna Direcção, à qual é meu desejo corresponder com o que tenho e posso, e o melhor que posso. «Quem dá o que pode, a mais não é obrigado».

(1) Oração inaugural do ano associativo, lida em 17 de Janeiro de 1936.

Parece-me, porém, ver nesta determinação, que eu, evidentemente, recebi como uma ordem, uma circunstância que eu aprecio sobremaneira, e para a qual tomo desde já a liberdade de chamar a atenção de Vossas Excelências. É a importância atribuída por esta Associação aos estudos pre-históricos, que com ela se quis significar. Pertencendo, como pertença, à sua Secção de Pre-história, evidentemente não se poderia esperar que eu tratasse de assuntos fora do âmbito dos que são debatidos ordinariamente nessa Secção. Obedecerei a essa implícita insinuação; mas em vez de me cingir a um trabalho especializado, prefiro antes nestes breves momentos apontar tão somente e muito ao de leve a Vossas Excelências algumas directrizes mais características do estudo actual da pre-história.

É um facto de todos bem conhecido que o estudo da pre-história tomou em nossos dias um incremento de-veras notável. Ninguém imaginaria há pouco mais dum século o progresso que êsse estudo havia de ter pelo tempo fora e o estado florescente em que hoje se encontra. Ao silêncio e ignorância de há alguns anos sobre problema tão interessante, responde em nossos dias um sem-número de pesquisas no campo científico, tendentes a resolvê-lo proficientemente.

Quando ainda há pouco tempo ninguém ousava atribuir aos nossos antepassados uma antiguidade que fôsse mais além dos anos limitados pela história escrita, quando os primeiros achados líticos eram recebidos descrentemente pela quasi unanimidade dos cientistas e ninguém fixava a sua atenção nas esplêndidas maravilhas de gravura e pintura encerradas há tantos e tantos séculos nas grutas da Dordogne em França, e das Astúrias na Espanha, hoje em tôdas as grandes capitais se levantam museus de pre-história e se formam sociedades científicas tendentes a desvendar os mistérios do passado. Vão-se criando de dia para dia cadeiras de pre-história e de antropologia nas grandes Universidades, ou ao menos organizam-se «seminários» das mesmas ciências, anexos a alguma das suas Faculdades. Os progressos da paleontologia humana são de tal grandeza, diz Marcellin Boule no prefácio de *Les Hommes Fossiles*, que a questão do Homem fóssil é na verdade uma questão de actualidade, absorvendo talvez mais a atenção do público que a dos próprios centros científicos officiais. Apenas se anuncia qualquer descoberta pre-

-histórica, é de ver como a imprensa quotidiana e as revistas de vulgarização se apressam a dedicar-lhe artigos e notícias, que poderão talvez criticar-se pelas hipóteses e conclusões apresentadas, mas que revelam bem o estado de legítima e ardente curiosidade do público por esta espécie de estudos.

A pre-história como ciência independente, data de há poucas dezenas de anos. É curioso observar que já na antiguidade clássica dos escritores gregos e romanos aparecem aqui e ali alusões, por vezes bem justas, aos primórdios da humanidade. De todos são bem conhecidos os célebres hexâmetros de Lucrécio, em que se nos descrevem com uma intuição admirável a sucessiva aparição da época da pedra, da do bronze e finalmente da do ferro:

*Arma antiqua manus, ungues dentesque fuerunt
Et lapides, et item sylvarum fragmina rami,
Et flammæ atque ignis postquam sunt cognita primum,
Posterius ferri vis est, ærisque reperta.*

E salienta que primeiro se conheceu o bronze, e depois é que apareceu o ferro:

Sed prior aeris erat, quam ferri, cognitus usus.

Contudo, semelhantes afirmações estavam longe de se basear, como hoje, em comprovações científicas de qualquer género. É verdade que se alude por vezes aos machados de pedra polida, que frequentemente se descobriam nos campos, mas a imaginação fazia-os imediatamente oriundos do raio, e por isso mesmo lhes chamavam ceráunias, palavra derivada do grego e que significa trovão. E ainda hoje, por êsse Portugal fora, quantas vezes não ouvimos ao nosso povo simples dar-lhes o nome de pedras de raio!

O primeiro cientista que teve a intuição segura do que fôsem estas pedras foi Miguel Mercati, médico do papa Clemente VII e falecido em 1593, que na sua obra «*MetallotECA*», só publicada cento e vinte anos depois da sua morte, rejeita expressamente a hipótese de serem efeitos do raio, e emite antes a de terem sido armas de

guerra, elaboradas pelos homens antigos, antes de conhecerem o uso dos metais; e cita em seu apoio os versos já conhecidos de Lucrécio.

Nos séculos XVII e XVIII adiantou-se mais um passo considerável no estudo da pre-história com os trabalhos de Jussieu, Lafitau e Buffon, embora se não admitisse para o aparecimento do homem sobre a terra uma data que fôsse mais além de 1.500 anos. Foi precisamente Buffon o primeiro a pressentir a imensa duração dos tempos geológicos, na sua obra *Époques de la nature*, impressa em Paris em 1778. Em 1715, um antiquário de Londres, Conyers, tinha a fortuna de encontrar nas cascalheiras dum antigo rio e junto a ossadas fósseis dum elefante, um sílex amigdalóide do tipo que hoje denominamos acheulense. Este facto foi suficiente para se classificar ingenuamente essa pedra de arma usada por um antigo bretão para matar um elefante trazido de Roma no reinado do imperador Cláudio. Oitenta e dois anos mais tarde, outro inglês John Frere, encontra a quatro metros de profundidade, vários sílices lascados que elle attribui «a um período certamente muito antigo, e de-veras afastado do actual.»

E com estes passos ainda pouco firmes chegamos ao estabelecimento definitivo da pre-história como ciência. Vários naturalistas franceses como Tournal e Marcel de Serres, um inglês, Buckland, e outro belga, Schmerling, preparam-lhe o terreno com as suas notáveis descobertas. Até que nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, no meio de não pequena opposição tanto no seu país como no estrangeiro, Boucher de Perthes abre decisivamente a porta aos estudos pre-históricos com o primeiro volume das suas *Antiquités celtiques et antédiluviennes*. Ficou célebre a sua afirmação, destemida para aquêlo tempo, de que os sílices grosseiramente talhados e por elle colhidos nos terrenos aluvionários de Abbeville provavam com mais segurança a existência do homem do que todos os museus do Louvre.

Só em 1859, quasi no fim da sua vida, teve o prazer de ver secundados os seus esforços e apoiadas as suas afirmações por John Evans e Lyell na Inglaterra, e em França, entre outros, pelo grande paleontólogo Alberto Gaudry. O caminho estava aberto. Eduardo

Lartet decide-se a avançar por êle, apresentando já um ensaio de cronologia paleontológica para o homem fóssil. Era o fruto dos seus trabalhos pessoais nos antigos terraços e aluviões quaternárias da França, que lhe deram o justo epíteto de fundador da paleontologia humana. Uma pléiade de sábios o acompanham na Bélgica, na França, na Alemanha, na Espanha, e digamos também, em Portugal. Nery Delgado, Estácio da Veiga, Paula e Oliveira, Frederico de Vasconcelos e sobretudo Carlos Ribeiro, são nomes tão universalmente conhecidos e consagrados nas ciências pre-históricas, que ousado seria da minha parte querer realçar-lhes neste momento o seu mérito. Ao último destes pre-historiadores principalmente, se deve a preparação e organização da memorável sessão de Lisboa do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia pre-históricas de 1880, que trouxe ao nosso país um grupo importante de pre-historiadores estrangeiros, e que contribuiu não pouco para dar uma nova directriz aos estudos pre-históricos, com a discussão acêrca dos eólitos de Ota. A tese do homem terciário português, que tanto apaixonou Carlos Ribeiro, caiu por terra, mais em virtude de argumentos geológicos do que pròpriamente tipológicos. É verdade que se demonstrou também que o bolbo de percussão dèsses eólitos podia provir de causas naturais; mas o melhor argumento contra a hipótese de Carlos Ribeiro foi o apresentado por Nery Delgado, quando afirmou que nenhum sílex dos do tipo por êle encontrado se colhera no interior dos extratos geológicos. Era a geologia a dar as mãos à arqueologia pre-histórica para o estabelecimento de conclusões mais seguras. Essa directriz é hoje tão universalmente seguida, que nenhuma investigação pre-histórica, pròpriamente dita, se logra levar a cabo, se não fôr apoiada na geologia, na paleontologia, na antropologia, e ciências anexas. E ninguém afirmará evidentemente que êsse auxílio pedido a outras ciências seja desprimoroso para a arqueologia pre-histórica. Se é verdade que não devemos perder de vista a unidade da ciência, não o é menos o têrmos de admitir a sua divisão em ciências particulares. A limitação das fôrças humanas e a imensidade do que ainda se encontra por explorar obrigam os sábios a *especializar-se*; mas por isso mesmo, uma vez convictos da própria competência nessa especialização, não devem esquecer os

limites onde ela acaba; e ao conhecer e fazer conhecer a sua importância, não devem pôr de parte a das outras ciências. Como as ciências particulares não podem ter, por assim dizer, uma fisionomia verdadeira, senão adentro do conjunto de que apenas constituem uma parte, o sábio que se preza dêste nome não se envergonhará nunca de ir pedir o complemento da ciência em que se julga eminente, àquelas em que de facto o não é.

Uma das primeiras escavações sistemáticas levadas a efeito com êste critério foi a da gruta de Betche-aux-Rotches, junto a Spy, na Bélgica, em 1886, realizada pelo arqueólogo Marcel De Puydt e pelo geólogo Max Lohest. A existência dum antigo terraço na entrada da gruta aconselhava a cooperação dum geólogo nessa exploração científica. E logo que se descobriram os dois famosos esqueletos neandertalenses rigorosamente *in situ* debaixo de duas camadas de paleolítico superior, recorreram os dois sábios aos conhecimentos especializados do eminente antropólogo Julien Fraipont, que descreveu admiravelmente estas ossadas humanas no seu trabalho *La race humaine de Néanderthal ou de Cannstadt en Belgique*. O estudo dessa gruta era o resultado da harmoniosa cooperação de três cientistas: um arqueólogo: De Puydt; um geólogo: Lohest; e um antropólogo: Fraipont.

Outro exemplo característico das felizes conseqüências desta harmonia são as explorações iniciadas em 1895 nas grutas de Grimaldi, subsidiadas pelo falecido Príncipe Alberto I de Mônaco. Grimaldi é uma risonha comuna italiana, limítrofe da França, situada numa paisagem encantadora das margens do Mediterrâneo. Entre esta localidade e a vizinha francesa de Menton, mas em território italiano, aflora em direcção do mar a extremidade continental duma larga faixa de calcáreos compactos do Jurássico superior, entre duas do Cretácico. São os rochedos de Baoussé Roussé, ou as grutas impròpriamente chamadas de Menton. Em 1870, a construção do trôço de linha férrea de Nice a Ventimiglia (Marselha a Génova) da Companhia Paris-Lyon-Méditerranée, veio abrir um túnel nesta faixa, favorecendo sobremaneira as pesquisas científicas dum eminente pre-historiador francês, Emile Rivière, que por então ali vivia. Mais tarde começou a explorar-se a pedra calcárea das mesmas grutas,

chegando a estabelecer-se nelas vários fornos de cal. São nove, ao todo, essas grutas. Depois dessas primeiras escavações de Rivière, vários arqueólogos e desgraçadamente também simples amadores, continuaram a explorar com mais ou menos fortuna, o recheio de tão faladas grutas. O príncipe Alberto de Mônaco, que mais tarde haveria de ser o fundador do Instituto de Paleontologia Humana de Paris, determinou em 1895 encetar umas escavações rigorosamente metódicas, entregando a direcção dos trabalhos a homens competentíssimos, a cuja frente se encontrava o Cônego de Villeneuve, conservador do Museu Antropológico de Mônaco. Do método científico destas escavações pôde dizer Cartailhac no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pre-históricas de Mônaco, em 1906: «Uma única direcção presidiu à exploração dos dois principais jazigos pre-históricos de Grimaldi: a vigilância foi extremada e rigorosa durante todo o tempo das escavações, escrevendo-se minuciosamente um diário completo, até dos mínimos achados. Todos os objectos estão hoje cuidadosamente guardados e expostos no Museu Antropológico de Mônaco, de modo a se poderem ali estudar perfeitamente as civilizações dos diversos estratos das grutas exploradas.»

As escavações de 1895 recommençaram em 22 de Abril de 1900 na gruta chamada *des Enfants* por nela ter deparado Rivière com dois esqueletos fósseis de crianças, que hoje se conservam no Instituto Católico de Paris. A 8^m,50 de profundidade numa fossa ou sepultura intencionalmente aberta, encontraram-se nesta segunda fase das escavações dois esqueletos, um de mulher já decrépita, e outro dum jovem dos seus 15 a 17 anos, com os membros inferiores forçadamente dobrados à maneira das múmias do Peru. O crânio do adolescente via-se protegido por uma cista de lágeas tôscas, e tanto êste como o da anciã estavam em parte cobertos duma substância vermelha em pó, que depois se reconheceu ser peróxido de ferro. Entre os ossos encontrou-se um bracelete ou pulseira de conchas perfuradas. Telegrafada a notícia ao Príncipe Alberto, e solicitada a intervenção científica de Cartailhac, retiraram-se os esqueletos com todo o cuidado, e na mesma posição em que estiveram soterrados tantos séculos, foram colocados no Museu Antropológico de Mônaco, onde ainda hoje se podem admirar. A luxuosa edição do Instituto de Pa-

leontologia Humana de Paris, em que se nos descrevem essas escavações, revela mais uma vez o critério acima exposto: da parte histórica e descritiva encarregou-se o Cónego Villeneuve, da geológica e paleontológica o Prof. Marcellin Boule, e da arqueológica Emilio Cartailhac.

Mais perto dos nossos dias temos as explorações de Chou-Kou-Tien, a 50 quilómetros a sudoeste de Pequim, iniciadas em 1922 pelo paleontólogo Oscar Zdansky, da Universidade de Uppsala, e retomadas em 1926 pelo Serviço Geológico da China em colaboração com a fundação Rockefeller, de Nova York. Para se fazer uma pequena ideia da grandiosidade e importância destas escavações, bastará apontar que só de 1927 a 1930 tinham sido extraídos, duma única fenda aberta no calcáreo, cêrca de 9.000 metros cúbicos de terra avermelhada fossilífera, contendo restos faunísticos suficientes para se encherem mais de duas mil caixas de grande tamanho. Em 1931 tomaram parte nos trabalhos mais de 100 operários, dirigidos superiormente pelo Dr. Wong, director do Serviço Geológico da China, pelo Dr. Davidson Black do Canadá, falecido posteriormente, e pelo jesuíta francês e eminente paleontólogo Padre Teilhard de Chardin. É de todos conhecida a importantíssima descoberta de Chou-Kou-Tien que lhe deu merecido renome no mundo científico — a do *Sinanthropus Pekinensis*, hominídeo ou talvez mesmo um «homo», que se intercala admiravelmente entre o pitecantropo de Java e o Homem de Neanderthal. A su aindústria lítica foi estudada pelo Prof. Breuil de Paris. Temos pois o jazigo de Chou-Kou-Tien estudado a fundo por quatro cientistas: um antropólogo: Dr. Black; um paleontólogo: P.^o Teilhard de Chardin; um geólogo: Dr. Wong; e um arqueólogo: Breuil. E dêsse estudo de conjunto pôde já concluir-se, ao menos provisoriamente, o estabelecimento da cronologia de todo o paleolítico da China, desde as camadas datadas do plistoceno inferior até à cultura azilense. E ninguém contestará a importância destas conclusões, quando a ciência nos vai mostrando cada dia com maior clareza a origem oriental das raças humanas.

É por isso que o malgrado pre-historiador Eng. Rui de Serpa Pinto, numa nota publicada no Anuário do Distrito de Viana do Castelo propugnava para a fixação definitiva das indústrias líticas

pre-históricas do Alto Minho o estudo do possível sincronismo entre essas indústrias e os depósitos fluviais e marinhos. E é por isso também que ao publicar recentemente a notável descoberta dum biface acheuleuse nos arredores da Guarda, alvitrei que, ao explorar-se esta nova estação, se não deveria separar das investigações arqueológicas propriamente ditas, o estudo geológico do terreno. A vizinhança da Serra da Estrêla aconselha a ter presente a possível relação dessa indústria com quaisquer vestígios glaciários ou interglaciários oriundos da mesma serra.

Outra directriz moderna nas investigações pre-históricas consiste no estudo comparativo das civilizações antigas com as dos chamados «primitivos actuais». É o denominado método etnológico, tão exageradamente aplicado por alguns e desprezados por outros, mas que de facto, usado nas suas devidas proporções, é susceptível de projectar abundante luz sôbre as penumbras do quaternário. Primitivos, afirma o Prof. Henrique Breuil, são os grupos humanos que ignoram mais ou menos completamente o amanho das terras e a domesticação dos animais, sustentando-se apenas dos frutos e raízes comestíveis, da caça e da pesca. Pertencem a êste grupo de primitivos, todos os povos do paleolítico que se espalharam pela Europa até ao aparecimento das condições climatéricas actuais haverá uns 10.000 anos, e não poucos que vivem actualmente afastados do convívio da civilização. O estudo da sua indústria, costumes e arte, facilita por analogia ao pre-historiador uma intelligência cada vez mais nítida dos costumes e indústria do homem fóssil, que os instrumentos líticos e ósseos, as esculturas e pinturas, não explicavam suficientemente. Êsses primitivos actuais são pois em certo modo os pre-históricos perpetuados até nossos dias. Comparando a civilização pre-histórica com a dos povos ainda incultos, deparamos com uma tão grande harmonia e semelhança entre ambas, que os factos conhecidos de uma explicam freqüente e cabalmente os pontos obscuros da outra. Podemos assim ajuizar melhor dos povos de cultura inferior. Se por um lado a civilização primitiva na Europa tinha precedido segundo os últimos descobrimentos a civilização mais adiantada dos tempos históricos, era bem de ver que a dos povos incultos, tão semelhante à cultura pre-histórica, devia ser

considerada, não já como uma decadência, mas como um estado de imobilidade ou estagnação.

O facto é pois irrecusável: ainda hoje existem, por exemplo, na Austrália, povos que desconhecem por completo o uso da cerâmica, como também existiam no continente americano, ao desembarcar nele Cristóvão Colombo, «selvagens» que ignoravam inteiramente o uso dos metais, e viviam exclusivamente da caça. Os Esquimós podem mostrar-nos no uso e adaptação dos seus raspadores de sílex, harpões de osso e outros utensílios, o destino que teriam os sílices e harpões do quaternário superior. As figuras que os Tchutchis da Sibéria gravam nos seus instrumentos, lembram extraordinariamente as do magdalenense. O mesmo se diga das pinturas rupestres com que alguns trogloditas de hoje adornam as suas grutas na Austrália, África e América: a perfeição não será talvez a mesma, mas a inspiração é idêntica à das cavernas pre-históricas da França e Espanha. Em vez dos bisontes de Altamira e Font-de-Gaume, veremos nelas gravados ou pintados exemplares da fauna local, girafas, búfalos, elefantes e avestruzes na África, cangurus e crocodilos na Austrália.

Segundo o método histórico-cultural, a civilização da humanidade primitiva ter-se-ia desenvolvido pouco a pouco no seu centro originário, acompanhando mais tarde os primeiros grupos que dêle foram emigrando para os diferentes pontos do globo. Dêsse centro teriam partido outras civilizações que nele se constituíram e aperfeiçoaram ao difundirem-se. O conjunto dos elementos de cada uma das civilizações representava um ciclo completo de cultura, tanto material como espiritual, reunindo portanto em si todos os factores que a integram: utensílios domésticos, regime económico, arte, sociologia, religião, mitologia e moral, e reflectindo fielmente o grau que atingira ao emigrar do seu centro de origem.

Daqui podemos deduzir a utilidade do estudo dêstes diversos ciclos, para o conhecimento da humanidade pre-histórica. Quando todos os ciclos estiverem bem determinados por um estudo aprofundado, alcançar-se-á talvez a meta tão desejada dos adeptos da escola crítico-histórica — a de distinguir entre êles, pela sua anti-

guidade e por outras razões intrínsecas, os que descendem mais ou menos directamente dos ciclos de cultura do homem fóssil.

Apoiados nesta directriz podemos afoitamente concluir com o ilustre professor brasileiro Guy de Holanda, que: 1.º A história da civilização estuda a evolução cultural humana, compreendendo, além da história própria dita, a Pre-história e a Etnologia;

2.º O método histórico-cultural renovou a Etnologia, que passou a constituir ciência histórica;

3.º A pre-história foi renovada pelas aplicações do método histórico-cultural, graças ao qual as comparações das civilizações pre-históricas com as civilizações etnológicas não se baseiam em concordâncias isoladas e analógicas, mas verdadeiramente tópicas. Por sua vez, a pre-história, mediante o critério stratigráfico, contribui para maior segurança no estabelecimento da cronologia dos círculos culturais etnológicos.

Os estudos pre-históricos dos últimos 10 ou 15 anos têm contribuído igualmente para um ponto não menos importante da história da Humanidade. Refiro-me às migrações dos diferentes povos e aos roteiros seguidos através até mesmo de regiões hoje completamente inhabitáveis. Segundo a classificação mais recente e mais lógica das indústrias líticas pre-históricas, estas dividem-se em dois grandes grupos ou ciclos principais: o ciclo cultural dos bifaces ou machados de mão — instrumentos talhados em ambas as faces, por isso mesmo denominados bifaces — e o das lascas trabalhadas só numa das faces. Está já averiguado, sem possibilidade de discussão, que a indústria dos bifaces, à qual corresponde quasi todo o paleolítico inferior, é oriunda de África, tendo sido introduzida na Europa pelo Mediterrâneo e através da Península Ibérica. Pelo contrário, a das lascas vem do Norte e do Oriente, destacando-se entre elas a do Mustierense com a raça humana fóssil, já extinta, de Neanderthal. No paleolítico superior assistimos a uma nova invasão de povos, aurinhacenses desta vez, vindos do Oriente e do Norte, que precisamente na nossa Península Ibérica se cruzam com outros procedentes de África, portadores duma cultura completamente distinta, a sbaiko-aterense. Esta civilização africana, ainda do paleolítico, de tal modo se estabeleceu no sul e levante de Espanha que

formou aí uma cultura de carácter profundamente particular, mediterrânico.

Nesta mesma ordem de ideias se tem estudado ultimamente a arte rupestre quaternária. Não aludo já aos trabalhos descritivos e interpretativos, como por exemplo, os do Prof. Paulo Wernert, da Universidade de Estrasburgo, atribuindo fundadamente a tóda a arte das cavernas paleolíticas uma significação unitária e utilitária, hipótese já anteriormente apontada por vários pre-historiadores, mas sem as vistas de conjunto e os argumentos solidíssimos dèste último professor e da sua escola. Refiro-me antes às investigações da origem dessa arte, que nos fazem compreender muitíssimo melhor as analogias de muitos centros artísticos, talvez bastante separados entre si no tempo e no espaço.

Ninguém ignora que o grupo artístico quaternário do sul da França e das Astúrias, cuja área geográfica se estende já à Província de Guadalajara com as notabilíssimas descobertas de D. Juan Cabré, difere muito notavelmente do grupo oriental, mais conhecido pela denominação do levante espanhol. A arte pre-histórica franco-cantábrica busca o seu ideal na beleza das formas em repouso, ao passo que a arte do levante, incomparavelmente mais livre e mais vasta, tende à reprodução genial da vida, formando dèste modo um expressionismo verdadeiramente assombroso, que renuncia à realidade para mostrar ao vivo o sentimento e desfigura muitas vezes as minuciosidades, quando o exige uma maior fôrça expressiva do conjunto. Aquela procura quási sempre as paredes mais obscuras das grutas; esta, abrigos e rochedos ao ar livre. Na primeira, o artista deixa-se seduzir pela concepção animalista; na segunda predomina a figuração humana. Embora já não haja nenhum pre-historiador digno dèste nome que hoje não introduza ambas estas culturas no quaternário, todos estão concordes em que a sua procedência é diversa. Por outro lado, as semelhanças da arte levantina com a dos bochimanes do sul da África é tal, que muitos consideram já essas analogias como oriundas dum mesmo foco. Pois bem: os últimos trabalhos levados a cabo no Sahará principalmente pelo Prof. Breuil, confirmados pela indústria lítica pre-histórica encontrada simultâneamente tanto no sul africano como nal-

gumas grutas da região oriental de Espanha, por exemplo, a de Parpalló, abrem novos horizontes aos pre-historiadores actuais que vêem já na região do Atlas e do Sahará êsse foco originário das duas culturas artísticas, tão distantes, como dizia anteriormente, no tempo e no espaço: a do levante espanhol e a dos bochimanes do sul da África. E assim a arte levantina introduziu-se na Península como diz o professor matritense Pérez de Barradas, precisamente com a cultura africana sbaiko-aterense, de que há pouco falava. Já depois desta emigração de povos staiko-aterenses, enquanto florescia ainda na península um epi-aurinhacense influenciado por infiltrações africanas, nova invasão se apresenta, também originária de África, embora de menos importância. São os capsenses, propriamente ditos, da Algéria e de Túnis, coetâneos talvez dos azilenses do norte de Espanha e dos tardenoisenses franceses. São os nosso homens de Muge, que nos deixaram a sua indústria, as suas sepulturas e os seus restos ósseos nos célebres concheiros explorados já em 1864 por Paula e Oliveira, e recentemente pelo ilustre catedrático portuense Dr. Mendes Corrêa. À mesma civilização pertencerão com tóda a probabilidade os concheiros descobertos há poucas semanas na mesma região pelo notável investigador Sr. Hipólito Cabaço, e que em breve serão estudados. Pode seguir-se a cultura dêste povo até à Dinamarca, depois de êle se ter cruzado em França, Bélgica e Inglaterra com o tardenoisense.

Não me alongo mais em indicar pormenorizadamente os roteiros de povos subseqüentes ao paleolítico, assentes nas investigações dos últimos anos. Bastará recordar apenas os das culturas eneolíticas da Península, o da cultura do vaso campaniforme das grutas de Alapraia, Palmela, Cascais e Carenque; o da invasão celta na Península com a sua conseqüente introdução da cultura de Hallstadt, que, em cooperação com os elementos locais, originou a cultura castreja do norte do país, etc. Depois dos trabalhos do Prof. Mendes Corrêa, apoiados nas mais seguras investigações arqueológicas, podemos afirmar, quanto a esta última cultura, que a invasão celta não destruiu por completo a civilização pre-celta que já entre nós existia, e que portanto os nossos centros do Norte sofreram apenas uma *cellização*, como mais tarde passaram por uma *romaniza*

ção. E daí o não se poder já hoje sustentar a tese de Herculano de que o povo português se constituiu em virtude de estratificações variadíssimas, devidas a colonizadores e invasores estranhos, sem que os lusitanos nele representem o elemento fundamental e primitivo.

E com êste facto, creio poder salientar — o que aliás já se desprendia das minhas afirmações anteriores — a importância dos estudos pre-históricos. Hoje pelo menos, a pre-história está já muito longe do simples afan de organizar colecções, que afinal pode ser um mero entretenimento de amadores. A pre-história, quando é bem estudada e quando nos mostra com clareza a sucessão das culturas e a sua evolução, subministra-nos os dados suficientes para uma reconstituição do passado, tão completa como completas podem ser as hipóteses científicas, pois todos sabemos muito bem como é difícil, para não dizer impossível, alcançar a certeza absoluta em tais problemas. Mas a-pesar das suas lacunas, êste caminho é o único que se nos abre para penetrar nos mistérios do passado. O estudo da pre-história não é a especulação subjectiva de uma imaginação exaltada ou de um investigador que se empenha em desvendar mistérios inacessíveis; pelo contrário, é o único recurso de que dispõe a cada passo o estudioso para alcançar a explicação de factos, que de outro modo jãmais se compreenderiam. Hoje é lícito afirmar, embora pareça um paradoxo, que a pre-história moderna é a única maneira de descrever a história dos povos primitivos, é a única via que nos leva ao conhecimento dêsses povos, tanto quanto possível suficiente par ver nêles a origem dos povos históricos. A história funda-se na pre-história.

EUGÉNIO JALHAY

A ANTIGUIDADE DO PÔRTO

(A propósito de algumas críticas a
«As origens da cidade do Pôrto»)

VÁRIAS objecções têm sido formuladas ao meu estudo *As origens da cidade do Pôrto*⁽¹⁾. Esperava-as. Em primeiro lugar porque o assunto envolve problemas complexos e não me reputo — nem nunca me reputei — infalível. Mas conheço razoavelmente o mundo, e contava já também com as manifestações da vasta escala psicológica que vai da obsessão bairrista de uns e da superficialidade ou incompreensão de outros à fantasia desmedida ou à falta de método científico de muitos!

(1) As referências aqui feitas sob as iniciais *O. C. P.* dizem respeito à 2.ª edição, Pôrto, 1935. A 1.ª edição, mais reduzida e que continha apenas a conferência por mim feita em 18 de Março de 1932 na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, foi publicada na série «Estudos Nacionais» dirigida por Armando de Matos (Gaia, 1932). A 2.ª ed. é também uma reedição, corrigida e ampliada, do estudo *Cale, Portucale e Pôrto*, publicado no vol. VI dos «Arquivos do Seminário de Estudos Galegos» (Santiago de Compostela, 1934). Sobre o mesmo assunto fiz em 28 de Abril de 1932 uma comunicação à Academia das Ciências de Lisboa e publiquei uma nota, *Cale in Callæcia*, no volume de homenagem a J. Ramon Melida, do «Anuário del Cuerpo Facultativo de archiveros, bibliotecários y arqueólogos», (I, Madrid, 1935).

Atrevera-me a investir, com serena objectividade, contra arraigados preconceitos locais e eruditos. Não tinha que estranhar reparos e contraditas. Vieram aqueles e estas, choveram as objecções, mas não hesito em afirmar que poucos argumentos apresentados foram ditados por um juízo imparcial e bem informado. Pensei em guardar silêncio. O trabalho aï estava para ser examinado pelos que têm competência e calma para o julgar. Só caberia vir a público se verificasse ter errado em qualquer ponto, pois seria de elementar probidade reconhecê-lo. Mas, como não era êste o caso — como não reconheci até agora ter incorrido ali em qualquer lapso ou êrro — nada me obrigava a quebrar aquela atitude de recolhimento.

Quebro-a, porém. Porquê? Porque há entre os meus opositores quem merece deferência e porque, em qualquer circunstância, o público de boa fé tem direito a ser esclarecido. Algumas objecções podem revestir uma aparência de certo fundamento. Vejamos se, de facto, o têm. Mas vamos a isto rapidamente, porque o tempo escasseia para tarefas mais imperiosas e instantes.

OPINIÕES E DOCUMENTOS

Ponhamos de parte os argumentos de «autoridade»: Fernão Lopes escreveu isto, Alexandre Herculano disse aquilo. A opinião de Rebêlo da Costa foi já invocada como decisiva! Dir-se-ia que a ciência arqueológica não tem progredido nada, não tem permitido reformar e ampliar muitos juízos, tantas vezes infundados e até ingénuos, dos próprios historiadores mais dignos de crédito. Mas até se apelou para a opinião emitida por Garrett (cuja glória lhe não adveiu positivamente do saber histórico) no *Arco de Sant'Ana*, chamando-se a essa opinião um... «documento» que invalida as «fantasias» do meu estudo! Ausência *total* de espírito científico.

O que importa fundamentalmente não são «opiniões» — recentes em relação às datas afastadas que nos interessam — mas os testemunhos coevos, devidamente utilizados. E podem-se considerar como tais não só textos, quando os há, como restos arqueológicos,

mesmo indicações toponímicas e outras que ninguém desfigurou ou deformou tendenciosamente, e que, tomadas no seu valor real e adaptadas criteriosamente aos locais, falam mais eloqüentemente do que tôda a história oficial.

Precisamente porque uma «revisão do processo» me permitiu concluir duma maneira oposta àquela por que se pronunciaram até agora muitas pessoas, entre as quais não faltam, aliás, historiadores da maior categoria moral e científica, é que expuz os resultados a que cheguei. Impressionar-me-iam as opiniões de algumas dessas pessoas se estas tivessem disposto, no assunto em debate, dos meios de estudo de que a arqueologia tem hoje a felicidade de dispôr. Mas não dispunham. Desconheciam alguns factos que hoje conhecemos. Faltavam-lhes, sobretudo, elementos de comparação e interpretação que a ciência actual nos fornece e que algumas das críticas feitas ao meu estudo mostram serem, afinal, também lamentavelmente desconhecidos dos autores dessas críticas.

Nestes trabalhos, como em tôda a investigação científica, há que proceder cautelosa, metódicamente. Não confundamos o valor das diversas informações. Os burgueses portuenses dos séculos XII ou XIII sabiam menos de Cale ou do povoamento pre-histórico destas paragens do que se sabe hoje, tantos séculos volvidos. Alexandre Herculano, com tôda a sua autoridade histórica, fazia, no seu tempo, uma ideia muito mais imperfeita dos dolmens ou das citânias do que faz actualmente um jovem estudante de arqueologia. Para os tempos pre-romanos e até para a época luso-romana a autoridade do grande historiador não atinge a dum Martins Sarmiento ou dum Leite de Vasconcelos.

É deplorável observar como se sobrepõem e confundem, em certos escritos, sem tomar alento, Romanos e Mouros, Suevos e burgueses do sec. XIII. Tudo no mesmo plano cronológico, sem o menor sentimento de perspectiva histórica, sem qualquer crítica do valor relativo e da oportunidade das diferentes fontes de informação invocadas. Esquece-se ou ignora-se que, se casualmente os nossos humanistas dos séculos XVII e XVIII fornecem um ou outro elemento útil, estes se encontram em geral, nos escritos desses humanistas, pelo que respeita a assuntos desta ordem, imersos num mata-

gal espesso de patranhas e invenções. Esquece-se também que, já depois do próprio Alexandre Herculano, vieram Martins Sarmiento, Alberto Sampaio⁽¹⁾, Leite de Vasconcelos, a falange da «Portugália», reformar entre nós os métodos de pesquisa e trazer-nos revelações preciosas.

Depois, há *factos* e há *hipóteses*, há *documentos* e há *opiniões*. Nem todos sabem, na devida altura, fazer a distinção. A existência outrora, no Pôrto, do topónimo *Cividade* é um facto, demonstrado irrefutavelmente por documentos coevos, não, sem dúvida, da *Cividade* mas da época em que este nome ainda subsiste, já aliás, de-certo, sem a exacta atribuição do seu significado. Que essa *Cividade* fôra uma remota povoação, de origem pre-romana, numa eminência de terreno, em condições naturais de defeza mais ou menos favoráveis — também não há dúvida nenhuma. Que ela tivesse sido *Cale*, isso é já uma hipótese — fundada, verosimil, mas uma hipótese.

Que na área do Pôrto o povoamento vem dos tempos pre-históricos, é um facto, incontrovertível, que hoje só pode ser contestado por quem... não saiba nada destas matérias. Que *Cale* tenha sido na *Calécia* e portanto ao N. do Douro, é, senão certo, quasi certo, por numerosos motivos a que os partidários da localização meridional não opõem uma razão decisiva, mesmo argumentos de maior probabilidade. Ao N. do Douro houve um *oppidum*, a *Cividade* do Corpo da Guarda, sede mais provável duma povoação como *Cale*, do que o simples castelo (*castellum* é um diminutivo) ou qualquer

(¹) Se Alberto Sampaio tivesse conhecido a existência do antigo topónimo *Cividade* no coração do Pôrto, não teria — êle que tão justas considerações fêz sobre as «Cidades»! — ligado tão pouca importância à remota ocupação humana na margem direita do Douro. Iria de-certo procurar a velha *Cale* no *oppidum* luso-calaico do Corpo da Guarda e não numa vila rústica de *Portugal* que no século X havia (?) nas proximidades de Mafamude. Conduzido por esta ideia (diversa da dos que localizam *Cale* no Castelo de Gaia), faz desenrolar o episódio lendário do Rei Ramiro no *castro* de Mafamude, esforçando-se por adaptar os Livros de Linhagens — tão suspeitos e tardios — a factos históricos, como o do transporte de materiais de *Portucale* (sem dúvida, nessa passagem, o Pôrto) para a construção da catedral de Santiago, etc.

dos *castros* e *vilas* rústicas da margem gaiense — castros e vilas a que, aliás, correspondiam outros do lado portuense. São factos, mas, para a questão da localização de Cale, constituem apenas um argumento de forte presunção. Hipótese é também — ainda que no limiar da certeza — a leitura de Vóssio dum fragmento de Salústio em que Cale appareceria como uma *civitas* da Galécia, e portanto ao N. do Douro. O illustre professor Leite de Vasconcelos dá-se, como outros autores idóneos, por convencido do fundamento dessa leitura. Pela minha parte, embora também convencido, reconheço a outrem o direito de considerar essa leitura como apenas conjectural. Oh, se não fôsse assim, o caso estaria definitivamente julgado, e não valeria a pena voltar a discuti-lo. Do mesmo modo, a existência de comunidade etimológica entre *Cale* e *Callæcia* é uma hipótese que uns admitem (como Vóssio, Weseling, Hübner, Schulten), que outros contestam (como o próprio Dr. Leite de Vasconcelos). O mesmo succede, entretanto, à pretendida aproximação entre *Cale* e *Gaia*.

É assim que se deve raciocinar nestas matérias: criticando o valor e a oportunidade dos testemunhos, distinguindo os factos plenamente demonstrativos, de simples opiniões, de hipóteses, mesmo de grandes probabilidades.

Como proceder para desfiar esta meada das origens portuenses e da identificação de Cale? Passo a passo, cautelosamente, sem saltos mortais, procurando terreno seguro, utilizando oportunamente os depoimentos dos textos, da topografia, da arqueologia, do toponomástico, eliminando ou esclarecendo os informes demasiado vagos ou contraditórios, utilizando preferentemente os elementos objectivos depois de ajuizar do seu valor documental, enfim enfeixando indícios que, isolados, pouco ou nada valem, mas, reunidos, se apoiam mutuamente. É aos factos que se adaptam as hipóteses, não a estas que se subordinam os factos.

Diz-me a consciência que foi essa a orientação que me conduziu no meu trabalho. Houve quem amavelmente qualificasse êste de «indigesto esforço», de «insucesso demonstrativo», de «parti-pris», de «aberrações», de fantasias indocumentadas dum «arqueólogo amador»... Êsses juízos vieram precisamente de quem menos mostra orientar-se pelo verdadeiro método científico. Não me zango. Quan-

do me não sentisse fartamente compensado pelos pareceres, diametralmente opostos, de especialistas competentes e imparciais do país e do estrangeiro, bastar-me-iam, para consolação, a certeza íntima do escrúpulo que invariavelmente me acompanha, e o conhecimento, através dos seus próprios escritos, do critério... «científico» dos autores dessas expressões mais despicientes.

Entendamo-nos, porém. Não é para êles que escrevo. É para quem seja capaz de ler estas linhas sem paixão e com discernimento.

FANTASIA E CREDULIDADE

Não devo deter-me na análise, parágrafo por parágrafo, dos artigos em que de qualquer forma foi contrariado o meu trabalho. Não é êste que interessa, nem questões de pormenor ou secundárias para o debate, mas o que há de essencial no assunto em discussão.

Uma questão secundária é, por exemplo, saber onde era o *Castrum quod a vulgo dicitur luneta*, de que fala a doação do couto portuense feita por D. Tereza ao bispo D. Hugo. Que tratos de polé sofreu esta pobre *luneta* que desde muito vem sendo identificada com o lugar da Noêda, de Campanhã! Falou-se na Lada, no Codeçal, no Barredo, eu sei lá em que mais!? Leu-se em vez de *luneta* tudo o que aprouve à inesgotável imaginação do leitor. Contestou-se que na moderna Noêda houvesse as condições topográficas favoráveis para um *castro*.

E, no entanto, não faltam junto da Noêda, para os lados de Campanhã, eminências propícias a localizações castrejas. O sítio da Noêda não é onde o indica a carta da Câmara de 1892, mas entre o meio da rua do Freixo (abaixo dos viadutos da linha férrea) e o monte do Pinheiro, a W do qual fica a estação de Campanhã. Ora a Noêda é uma elevação, hoje quasi completamente coberta de casario. O monte do Pinheiro, visto do lado oriental, dá a impressão duma eminência castreja que, em parte, foi cortada pela estação. Também, mais a norte, a Bemjoia constitui um monte com boas condições defensivas para N., E. e S. Recolhi estas notas *in loco*,

quando andava nas indagações de que resultaram os trabalhos que publiquei.

Nas *Inquirições* de Afonso IV (1348), a Luneta aparece já transformada em Lueda e para os lados de Campanhã⁽¹⁾. Mas nas *Inquirições* de Afonso III⁽²⁾ também se falava num lugar *Luneta*, precisamente na parte relativa a Santa Maria de Campanhã. E quem fôr ao Arquivo Distrital do Pôrto, poderá ver ali que as velhas transcrições dos mais antigos documentos do Cabido que contêm o topónimo *Luneta*, converteram êste em *Noêda de Campanhan...* Qual Lada ou qual Barredo! ? Noêda, Noêda, a Noêda de Campanhã.

Foram-me atribuídas afirmações que nunca fiz: que a Cidade portuense era nos Aloques da Biquinha (no alto da rua de S. João); que era no burgo do Bispo; que o *Portucale castrum* de Idácio era a Cidade (quando eu fiz a distinção entre a *cividade* de Cale e o *Portucale* subsequente); que o «burgo portucalense» estava dentro do «muro velho», ficando a cidade extra-muros (quando eu apenas disse *e repito* que o aglomerado urbano portuense é mais antigo do que o bispado e que fora do muro velho, do burgo muralhado, do castelo episcopal, havia remoto povoamento que explica porventura as reacções freqüentes, de longes datas, da cidade contra a tutela dos prelados); que escrevi nos «Povos Primitivos da Lusitânia» serem *castrum* e *civitas* sinónimos (quando o que sempre tenho dito e escrito é que o povo chama modernamente *cividades*, *castros*, etc. — em português, não em latim — a antigas povoações fortificadas, dos altos dos montes); etc. etc. Chegou a escrever-se que me baseei na toponímia erudita (?), como se *Castro*, *Antas*, *Cividade*, não fôsem topónimos populares, tradicionais...

Afirmou-se⁽³⁾ que, ao passo que a povoação de Portugal aparecia na margem esquerda do Douro nos documentos do século X, só mais tarde aparece na margem direita o mesmo topónimo, sendo

(1) *Corpus codicum latinarum et portucalensium*, I, págs. 20 e 23.

(2) *Ibid.*, pág. 288.

(3) O sr. Licínio de Castro nas «Novidades», de Lisboa, de 3 e 17 de Junho e 1 de Julho de 1935.

problemática — para o articulista, claro está — a localização do *Portucale* de Idácio, do século V, nesta última margem. O bispo de Chaves, Idácio, não saberia nada de corografia destas paragens... por viver muito longe daqui.

A asserção é tão gratuita relativamente a um prelado nascido na *civitas* dos Límicos, como tóda a fantasiosa construção que o mesmo articulista architectou sôbre a primitiva sede do bispado portugalense em Gaia e sua ulterior transferência para o Pôrto. A afirmação de que *Portucale* só aparece na margem direita após o comêço do século XII é lamentavelmente inexacta. Idácio (séc. V) não deixa dúvidas sôbre a localização do *locum qui Portucale appellatur* pois êste encontrava-se *in extrema parte Gallæciæ* e, depois de morto Rechiar, o rei Teodorico, ainda em 456, passara de ali à Lusitânia — *de Gallæcia ad Lusitaniam succedit*. Ora era o Douro que separava a Lusitânia da Galécia.

É certo que num documento do século X (¹), sôbre o qual Alberto Sampaio edificou a sua tese, parece aludir-se a uma vila de Portugal, entre Mafamude, Coimbrões e *Galia* (*Galha* ou *Gaia?*), portanto ao S. do Douro. Mas, em primeiro lugar, reconhece-se geralmente que deveria tratar-se duma vila rústica, distinta dum velho povoado como Cale e dum burgo episcopal como seria o de *Portucale*. Na verdade, o mesmo documento (a célebre doação de Ordoño II ao bispo Gomado e mosteiro de Crestuma) fala dum *Portugale* onde havia bispo e se aparelhavam embarcações, seguindo-se de lá para Crestuma por via fluvial. Tratava-se dum *Portugale* marginal, não nas alturas de Mafamude e Coimbrões, e, embora ainda hoje se utilize freqüentemente a via fluvial entre Gaia e Crestuma, é crível que êsse *Portugale* fôsse na margem direita, oposta àquela em que demora Crestuma, sobretudo porque o bispo portugalense residia sem dúvida ao norte, no *Portucale locum* de Idácio, no *castro novo* de *Portucale*, na margem em que existia a *Cividade*, germen mais longínquo da cidade medieval. Autorizadamente escreve Grenier para a Gália, que as *cités* galo-romanas aparecem sobretudo

(¹) N.º 25 do *Portug. Mon. Hist. — Dipl. & Chartae*. (V. O. C. P., pág. 18).

nas dioceses: «a Igreja — diz o ilustre arqueólogo (1) — representa no nosso solo a herdeira mais fielmente conservadora do quadro administrativo romano».

Mas o mais grave é que a passagem do documento de 922 em que se fala da vila de Portugal não proporciona uma interpretação segura sôbre a referência a essa vila e a sua localização. Aquelas palavras aparecem depois de algumas linhas em branco, o que não é indiferente para o estabelecimento do sentido real do texto. Além disso, como, a meu pedido, amavelmente verificou na Torre do Tombo o ilustre investigador sr. dr. Laranjo Coelho, a leitura «in galia» (fig. 1) adiante feita interrogativamente nos «Portug. Mon.

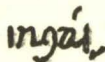


Fig. 1 — Decalque da passagem lida «in galia (?)» na doação de Ordo-nho II em 922.

Hist.» é a mais admissível paleograficamente, mas nem por isso isenta de erro ou dúvida, «em vista dos sinais especiais de abreviação de que a dita palavra se faz acompanhar, um pouco diferentes dos outros sinais especiais usados na época (a letra do cartolário do Livro Preto é francesa ou carolíngia, portanto dos fins do século XII ou princípios do século XIII) e que entravam em combinação indistintamente com qualquer letra».

Sem saber o que estava imediatamente antes das palavras «uilla de Portugal» e dadas as expressões consecutivas «quomodo diuidit per suos terminos antiquos» e «quomodo dividit cum illa uilla de mahamuti, et inde per montem a termino de colimbrianos», etc., podemos concluir que era a *villa de Portugal* que ocupava uma situação entre Mafamude, monte do termo de Coimbrões, e Gá-

(1) J. Dechelette — *Manuel d'Archéologie* — V, 1.^a parte, 1931, pág. 145.

lia (?)? Julgamos que não. O documento, aliás interessante, não permite as conclusões de tanta monta que dêle se extraíram, desde João Pedro Ribeiro, Herculano, Alberto Sampaio, etc., até hoje. Ninguém pode com segurança dizer que vila de Portugal era aquela e qual a sua localização, pois a extensa lacuna anterior autoriza um sem número de suposições, e o que se segue tanto pode referir-se directamente, como muito indirectamente, à dita vila.

Outros documentos do século X e anteriores, sem falar nas supostas actas lucenses e no *Chronicon* de Idácio, levam a crer que a povoação episcopal de *Portugale* da doação de Ordonho era na margem direita do Douro.

Um diploma de 870 (*Port. Mon. Hist. — Dipl. & Chartae*, I, n.º V) contém a passagem: «in villa negrelus territorio bracharensis urbium portugalensis secum sancte marie subtus mons cauallus prope riulum have». Pode haver dúvida de que a «urbs portugalensis» cujo distrito ia assim confinar com o de Braga, muito a N. do Douro, perto das margens do Ave, estava ao N. do Douro? É certo que a S. dêste rio o território portugalense já ia também para lá da *Civitas Sancte Mariae*, quasi até ao Vouga. Mas se a «urbs portugalensis» fôsse ao sul do Douro, onde só em Coimbra se ia encontrar um centro urbano de importância comparável à de Braga ao norte, não era natural que o domínio administrativo ou a influência territorial da dita «urbs» se estendesse quasi até ao Ave, numa intrusão inexplicável no domínio da velha metrópole bracarense, capital da antiga Galiza meridional e então povoação de importância muito superior ao discutido Portucale.

O documento de 907 que tem o n.º XIV do *Portug. Mon. Hist. (Dipl. & Ch, I)* é também flagrantemente demonstrativo de que a região de Portugal entestava com a de Braga ao N. do Douro e não neste rio. Leia-se: «Inter ambas labrugias subtus ciuitas albarelhos et castro de boue territorio bragarense et portugalense». No documento XVI (de 908), aquelas localidades são mesmo já mencionadas apenas no território «portugalense».

Conduzem a análogas ilações os documentos XXIV (921), XCIII (967), CLI (986), CLVIII (990), etc. Alvarelhos, castro de Boi, Cus-

toias, Moreira, rio Leça, Alduar, Gondomar, etc., ficam no território portuguêsense.

Em 995 Sunila e mulher vendem uma propriedade em Soalhães no «territorio portugalis, riuulo campaniana, subtus castro gundemari» (1). A propriedade era na margem direita do Douro, como o atesta a alusão ao ribeiro de Campanhã e ao castro de Gondomar. Mas o Portugal em cujo território isso se passava, era da margem esquerda? Por mais que se rejuvenesçam as pretensas actas do concílio de Lugo, elas ficam ainda suficientemente antigas (sobretudo pelos topónimos antiquados que contém) para que consideremos aplicáveis ao século X, em cujo início Afonso III de Leão teria muralhado o Pôrto (a suposta muralha «sueva», na opinião do sr. prof. Leite de Vasconcelos) a sua clara localização da sede episcopal portugalense no «Castro novo» do N. do Douro e a sua atribuição do castro antigo de Portucale do S. do Douro ao bispado de Coimbra. Aquêl Portugal em cuja circunscrição estavam, no século X e antes, algumas povoações do norte do rio, tinha o seu centro urbano do lado do sul? A quantidade de indicações que é preciso deformar ou preterir — Idácio, actas de Lugo, vários diplomas, etc. — para se admitir que não havia uma povoação de Portugal ou de Portucale na margem direita do Douro antes do século XII, e que não fôra nele que, depois de curta localização da sede episcopal em Magnetum (Meinêdo?), se haviam instalado os bispos!... *Magnetum* é um episódio da história episcopológica portuense comparável ao do bispado de Dume em relação à metrópole bracarense.

O arbítrio da concepção do articulista a que nos referimos, é evidente. Para êle tôda a história do *oppidum* ou do burgo portugalense até ao século X se transferiria para o S. do Douro, como se Salústio não tivesse, com a maior probabilidade, colocado Cale na Galécia, como se Idácio tivesse errado ao situar Portucale a N. do Douro, como se as actas do concílio de Lugo tivessem sido escritas depois da época neo-gótica, como, enfim, se inscrições e a toponímia não atestassem mesmo suficientemente um povoamento em

(1) *Portug. Mon. Hist.* — I, pág. 107 (*O. C. P.*, pág. 38-39).

certos pontos da área do Pôrto medieval em tempos anteriores aos tempos medievos! É exigir muito...

E que documentos vai o autor dessa fantasia invocar para se apoiar? O testemunho apócrifo de Flávio Dextro (através do crédulo beneditino Novais), os supostos escritos de Hauberto de Dume, etc. Vitoriosamente invoca êsses depoimentos para transferir Cale e Portucale para o sul do Douro, para a Lusitânia, aliás em ingrato desacôrdo com as conclusões do monge Novais que o abastecera com tão «preciosos» elementos... Em qualquer enciclopédia, o meu contraditor verificaria que o analista espanhol do século IV compoz uma crónica, mas que o *Fragmentum Chronici F. L. Dextri* (1619) é apócrifo, parecendo ter sido fabricado pelo jesuíta Jerónimo de la Higuera. Os escritos atribuídos a Hauberto não têm maior autenticidade. Já leu o articulista das «Novidades» o livro de Godoy sôbre os falsos cronicões?

Vitoriosamente — infeliz precipitação dum bairrismo mal informado nestes assuntos! — se brandiram também, na imprensa diária, contra a tese da localização de Cale a N. do Douro, «testemunhos» da mesma fôrça daqueles, como inscrições falsas ou apócrifas que já expressamente eu reconhecera inutilizáveis, guiando-me pelo autorizado juízo de Hübner (¹).

Não me dou sequer ao trabalho de reproduzir êsses textos epigráficos. Um dêles, segundo o seu inventor de há três ou quatro séculos, proviria do Vale de Ossela, perto da vila de Arouca, nas margens do Rio Cambra. Hübner reproduz esta inscrição entre as falsas (²), e o Prof. Lothar Wickert, continuador do grande epigrafista, confirmou-me categoricamente essa classificação.

Outra inscrição que Pereira de Novais reproduz também na *Anacrisis Historial* (³) e que sugeriu a outros antigos autores devaneios pretensamente biográficos sôbre uma senhora Cláudia Loba ou Cláudia Lopes, natural de Cale, é, com deturpação, a publicada

(¹) *O. C. P.*, pág. 21.

(²) É a que Pereira de Novais apresenta a pág. 34 do vol. I da sua *Anacrisis historial*. Pinho Leal e outros também a reproduziram.

(³) Pág. 74 do vol. I.

no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, VI, n.º 8.470, e em Dessau (*Inscr. Lat. Selectae*, n.º 1535).

O Prof. Wickert, que amavelmente me forneceu estes esclarecimentos, acrescenta que o grande epigrafista Henzen a viu, não podendo pôr-se em dúvida nem a exactidão do texto publicado naquelas colectâneas, nem a autenticidade da inscrição. Simplesmente ela pertence a *Roma*, não à Lusitânia e não está lá escrito «*Claudiae Lupae Calensis*» como querem os nossos fantasistas, mas «*Claudia Cale*», que seria, segundo Wickert, uma grega ou oriental de nome Καλη, talvez originariamente escrava e Cláudia Cale depois da alforria. Pois inventou-se que o marido desta Cláudia seria natural de *Paranhos*, freguesia do Pôrto (por se chamar *Carpus Aug. lib. Pallantianus*), e ajudante do prefeito do trigo e víveres do Entre Douro e Minho ou da cidade de Cale, quando no texto nada se contém sobre o lugar ou região em que esse prefeito exercia as suas funções...

Da primeira vez, ainda solicitei do diário portuense que, desprevenido, acolhera como boa a falsa inscrição de Ossela, a obsequiosa inserção duma carta esclarecedora. Saiu a carta, mas o noticiarista reincidiu, trazendo à publicidade, com as fantasias expostas, o outro texto epigráfico. Calei-me. Tenho mais que fazer do que andar constantemente a procurar abrir os olhos a quem se obstina em os conservar fechados!...

A CIVIDADE

As objecções que aos leigos em arqueologia podem afigurar-se como as mais ponderosas entre as que me têm sido dirigidas, visam sobretudo a significação que dei ao topónimo portuense *Cividade*, de cujo emprêgo aqui até ao sec. XVI pelo menos, ninguém tem hoje o direito de duvidar, depois da documentação que apre-

(¹) V. a lista nas *O. C. P.*, pág. 60.

sentei (*) e que já se pode ampliar com elementos novos, encontrados pelo sr. dr. Basílio de Vasconcelos no Arquivo Distrital desta cidade.

Disse-se que eu estava em contradição consigo próprio, pretendendo agora que *Cividade* era diferente de *Castro* e tendo sempre escrito que *civitas* e *castrum* eram sinónimos. Mas não é assim. O que eu escrevi e escrevem todos os arqueólogos contemporâneos é que o povo chama *castros*, *cividades*, *citânias*, etc. (não *castrum* e *civitas*) a povoações fortificadas que teriam existido no alto dos montes nos tempos pre-romanos e romanos. Podem mesmo êsses nomes ter ficado a designar os próprios montes e até às vezes lugares próximos, quando já haviam desaparecido os vestígios materiais aparentes dos velhos povoados. Nos *Dispersos* de Martins Sarmiento (p. 249) figura mesmo a exemplificação de deslocamentos toponímicos do alto para a base do monte, ainda quando no alto se não encontram ruínas visíveis das antigas construções. Quantas vezes fala Sarmiento de *Cividades* como sendo antigas povoações sitas em eminências! ? Vejam-se no mesmo volume as págs. 63, 129, 161, 423, etc..

Ora aquelas minhas afirmações não significam que haja perfeita sinonímia entre *castro* e *cividade* e, muito menos, entre *castrum* e *civitas*. Os arqueólogos falam, por exemplo, na «cultura dos castros», englobando nestas as relíquias arqueológicas das *cividades*, mas se os castros constituem uma designação ampla, genérica, que abrange as *cividades* e as *citânias*, estes últimos têrmos não parecem poder englobar todos os castros porque há castros — e muitos — que não merecem as honras de *citânias* e *cividades*. É o caso dos que eram pequenos recintos fortificados, freqüentemente de mera ocupação transitória em ocasiões de perigo, sem habitações permanentes, e não verdadeiros *oppida* ou povoações fortificadas, cuja importância dêmica e política em relação àqueles pequenos castros ou castros de ocupação temporária, permitiu mesmo a Martins Sarmiento e Schulten chamarem-lhes as «*cidades*» da Ibéria. Estas eram, aliás, como escreveu Sarmiento, bem mais modestas e reduzidas do que as da antiguidade clássica (e mais ainda, do que as do nosso tempo), embora o arqueólogo vimaranense diga que não vale fiar muito na musa grega que das *cidades* antigas nos conta maravilhas...

Pretendeu também o mais fantasista dos meus contraditores^(*), apoiado solenemente em Calepino (que saberia da arqueologia portuguesa o erudito frade de há 500 anos?), que a *Cividade* ou *civitas* difere da cidade própria dita ou *urbs*, em ser apenas o povoado que se intercala entre a praça forte que constitui a *urbs* (!) e o arrabalde ou subúrbio desta. E o mesmo senhor julga triunfantemente encontrar uma confirmação disso no pretenso facto de à Cividade portuense serem, pelos documentos, atribuídas várias localizações, desde os Aloques da Biquinha e S. Domingos a terrenos de fora da muralha fernandina, a N. desta.

Na verdade, só um documento marcou até agora expressamente a localização da Cividade num sítio que está em concordância com a topografia atribuída às Cidades pelos arqueólogos competentes: é aquele documento que me levou à sua descoberta, por falar «na viela que da travessa do Souto vai para a Cividade de *sobre os Pelames*». Nenhum dos arqueólogos idóneos, portugueses e estrangeiros, que têm visitado comigo, seguindo aquele itinerário, o morro, até então ignorado ou desprezado, de entre S. Bento e o Corpo da Guarda, duvida das suas condições topográficas propícias para sede dum pequeno *oppidum* lusitano (fig. 2). Há outros documentos que chamam da Cividade ao local da actual estação de S.

(*) O sr. Strecht de Vasconcelos, cujo livro *Divagações etimológicas acêrca do nome de Portugal*, mereceu à pena autorizada do sr. dr. Rodrigo de Sá Nogueira, na bibliografia da filologia portuguesa do Centro de Estudos Filológicos, anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, êste juízo nítido na sua concisão: «O presente trabalho não é científico. Nêle o A. revela-se absolutamente estranho aos mais elementares princípios da ciência filológica. A sua leitura não é, pois, recomendável. Por isso abstenho-me de lhe indicar o sumário».

O sr. Strecht de Vasconcelos, correspondendo à benévola discreção com que eu aludia à sua insuficiente informação sôbre epigrafia latina de Portugal, chamou-me... arqueólogo amador. Sou de facto um insignificante rebuscador de velharias, reconheço a minha ignorância imensa, mas não me inclino perante a filologia avariada e humorística daquele senhor que para cada topónimo fornece, à *escôlha* do leitor, uma dúzia de pretensas etimologias variadas, celtas, latinas, gregas, árabes, hebraicas... O sr. dr. Sá Nogueira julgou definitivamente a sua «ciência»..

Bento e a outros próximos. Disse no meu trabalho que nada mais natural e até provável do que a extensão do topónimo às áreas confinantes do monte. Estou mesmo em crer que nos séculos a que se referem êsses documentos já ninguém ligava ao topónimo o seu verdadeiro significado, embora ainda no século XVII Pereira de Novais falasse de ruínas na rua Chã, e as vilas *Taraza* e *Tastabale* localizadas pelo Padre Torcato Peixoto de Azevedo em 1692, respectivamente em Cima de Vila e rua Chã, e em S. Bento, pudessem como aquelas, corresponder a restos de extensões periféricas da vetusta citânia.

Seja como fôr, o morro de sôbre os Pelames corresponde também à situação eminente que outros documentos, falando em «asso [sob] a Cividade», permitem atribuir a esta, e ninguém se lembrará por certo de colocar a Cividade no «Rio da Vila» por êste ter sido chamado Rio da Cividade⁽¹⁾, antes se reconhecerá que êste nome resultava da passagem daquele curso de água no sopé do monte em que esteve a Cividade. *Nenhum* documento estabelece a localização da Cividade em S. Domingos ou na Rua dos Mercadores.

O morro da Cividade de «sôbre os Pelames» é distinto do da Sé ou Pena Ventosa e esta distinção fundamenta a dualidade nítida por mim provada entre a Cividade calaica da antigüidade e o «Castro Novo», Castelo ou burgo episcopal dos tempos medievos. Na baixa idade média há hortas e almoínhas nas paragens da Cividade. É que a Cale pre- e proto-romana estava um tanto longe do rio, onde a «pax romana» iniciara o tráfico, gerara o *Portus Cale*. É, como já escrevi, o processo geral do abandono dos cêrros abruptos e hostis pelos vales dos rios e pelas terras baixas, processo que caracteriza a ocupação romana no país, como já dizia o próprio Estrabão. A nova cidade surgira na margem do Douro, na confluência com o rio da Vila, e subira depois pelo morro da Pena Ventosa, onde os bispos, após o meado do primeiro milénio, haviam erguido o seu reduto, o *Castrum novum*, fronteiro ao da

(1) *O. C. P.*, doc. n.º 13, de 1640.

Cidade abandonada, que era mais alto⁽¹⁾, embora mais distante do *Portucale* marginal.

Dizendo «precária» a minha argumentação para a localização da Cidade no morro do Corpo da Guarda, o sr. dr. Torcato Brochado de Sousa Soares⁽²⁾, entendendo que Cale era ao N. do Douro e reconhecendo aliás as boas condições estratégicas do Corpo da Guarda, transfere para o outro morro, para o da Sé, as localizações de Cale ou da Cidade. A razão dêste parecer é que me parece muito... precária: era a maior proximidade do morro da Sé em relação ao Douro. Mas, se para o *Portucale* futuro essa proximidade era essencial, para uma cidade indígena, antes do tráfico e da paz que a romanização trouxe, eram sem importância os 200 ou 300 metros a mais a percorrer do morro do Corpo da Guarda até ao Douro. Mais importante era para os calaicos aborígenes a proximidade do modesto rio da Vila que corria na base do seu reduto. Documentos que publicámos, mostram que no fim da idade média ainda o rio da Vila desempenhava um papel importante na higiene, na economia, na vida do burgo portuense. Que não sucederia com os citanienses! ?

Mas há mais contra a opinião do dr. Sousa Soares. A Cidade estava *expressamente* (6.º documento da série que publiquei) fora da cêrca do Castelo episcopal, e tôdas as extensões documentalmente atribuídas ao topónimo são para os lados das ruas Chã e de Cima de Vila, de S. Bento, Congregados e até dos Lóios — isto é, *nenhuma* para o lado da Sé e do Douro.

Mas, se a questão da precisa localização não oferece dúvidas, vejamos se a interpretação do topónimo, fundada em Calepino, pode subsistir por qualquer outro motivo. Em primeiro lugar, o português Cidade não deve considerar-se necessariamente sinónimo do latim *civitas*. Ora Marquardt, Schulten, Alberto Sampaio,

(¹) Segundo as cotas determinadas pela Repartição Municipal da Carta da Cidade, o alto do morro do Corpo da Guarda e S. Bento tem 85 m. de altitude e o da Sé ou Pena Ventosa 77 metros.

(²) *Organização do Município do Porto durante a idade média* — Barcelos, 1935.

Martins Sarmiento, Leite de Vasconcelos, Cuevillas, Serpa Pinto, etc., estudaram modernamente o problema de maneira a devermos deixar em paz os manes de Calepino. No meu estudo em discussão expliquei o que se entende por *civitas* e por *cividade*. Alguns dos meus opositores não leram isso, porque, doutro modo, não viriam dogmáticamente insistir em acepções obsoletas ou arbitrárias dos termos.

Civitates equivaliam, na Península, a *populi* ou eram uma subdivisão dêstes, e significavam «territórios-comunidades», isto é, circunscrições politicamente independentes. Sarmiento escreve que, além de significar essas «pequenas confederações que os romanos já encontraram estabelecidas entre nós»⁽¹⁾, *civitas* também se applicou num sentido restrito de sede material, de capital daquelas confederações. Alberto Sampaio, ocupando-se também das *civitates*, escrevia⁽²⁾: «Ora possuíam um *oppidum*, como centro de govêrno, de defesa e de habitação dentro do seu território; ora viveriam em lugares abertos ou casas dispersas... Quando tinham um *oppidum*, naturalmente êsse lugar, onde se concentrava a vida da população, representava a *civitas*... As ruínas dos *oppida* são conhecidas hoje tradicionalmente por *cividades*, *citánias*, *castros* ou *crastos*». Assim, *civitas* e *cividade* não sendo perfeitamente sinónimos, têm correspondência não só etimológica como até arqueológica, visto que *cividade* é um nome dado a restos materiais ou ao local do *oppidum* central duma *civitas*, devendo, porém, notar-se que na baixa época romana *civitas* já aparece como sinónimo de *urbs*, *oppidum* ou cidade material⁽³⁾, e no século IX nos nossos documentos aparecia *civitas* como equivalendo a cidade, na acepção moderna desta palavra⁽⁴⁾.

Schulten autorizada e categoricamente escreve: «A província constava de certo número de territórios-comunidades (*populi*, *civitates*) que Plínio menciona... Tôdas estas *civitates* eram o que

(1) *Dispersos*, op. cit., págs. 16 e 202.

(2) *Estudos históricos e económicos*, t. I, Pôrto, 1923, pág. 17.

(3) Já assim o diz Contador de Argote.

(4) Alberto Sampaio — *Op. cit.*, pág. 522.

hoje chamamos cidades.»⁽¹⁾ Noutro lugar⁽²⁾: «As cidades achavam-se em geral sôbre as montanhas... e sempre estão caracteristicamente fortificadas». Havia também castelos mais pequenos, simples refúgios. Nalguns lugares fortificados, como os «talayots» das Baleares, vivia o chefe, e em redor a tribo em cabanas.

O saudoso arqueólogo espanhol Ramon Mélida distinguia os *castros*, centros ou núcleos de população, das *citânias*, ou antigas cidades dentro de recintos fortificados, de maior extensão que os castros e, como estes, sôbre colinas⁽³⁾. Não se fala aqui em *cividades*, mas Martins Sarmiento, já citado, relacionava *citânias* e *cividades*⁽⁴⁾, admitindo a existência de diferenças de dimensões entre estas, os castelos e os castros⁽⁵⁾. Em relação à *civitas* material, os castros e cristelos seriam «povoações secundárias»⁽⁶⁾. Assim pensa também hoje o eminente arqueólogo francês Albert Grénier: «O termo *civitas*, no Baixo Império, designa — escreve êste autor — as cidades, cabeças de *cités* (*civitates*)», generalizando-se também o de *castrum*⁽⁷⁾. «Os *castella* não são mais do que *castra* mais pequenos»⁽⁸⁾.

O eminente arqueólogo galego Florentino Cuevillas e o nosso malogrado Rui de Serpa Pinto, numa recente memória⁽⁹⁾, não dei-

(1) *Hispania*, trad. castelh., pág. 120.

(2) *Ibid.*, pág. 94.

(3) *Arqueologia española*, Barcelona, 19, 29, pág. 76.

(4) *Dispensos*, op. cit., pág. 160 e 202.

(5) *Ibid.*, pág. 165. Em 1883-84, o sábio vimaranense não considerava constante a regra, mas isto não significa que êle entendesse poder a *Cividade* ser um pequeno castelo de ocupação transitória, sem corresponder ao menos ao papel administrativo de centro duma *civitas*. Porém, dez anos depois (págs. 160 e 161), Sarmiento não deixava dúvida sôbre o que pensava relativamente à hierarquia das Cidades perante os Castros e Castelos.

(6) *Ibid.*, pág. 202.

(7) J. Déchelette — *Manuel d'Archéologie* — V. 1.^a parte, Paris, 1931, pág. 403.

(8) *Ibid.*, pág. 437.

(9) *Estudos encol da idade do ferro no noroeste da Península — As tribus e a sua constituzón política* — «Arq. do Semin. de Estudos Galegos», VI, 1934, pág. 263.

xam dúvidas sôbre o assunto ao referirem-se «à divisão infinda da poboazón en núcreos xeneralmente pouco numerosos adstritos a unha acropole (*castellum*, castro) ou a unha villa fortificada (*oppidum*, cidade ou citania), núcreos que hai que supor funcionando c-unha certa liberdade e autonomia». Cidade aparece aqui já não apenas como velho povoado no alto dum monte mas ainda como equivalente a citânia ou ao *oppidum* centro duma comunidade política, distinto de simples *castella* ou castros. Note-se que «villa» não tem evidentemente naquela passagem a significação dada na época romana, mas a de cidade ou povoação de certa importância.

Compreende-se em leigos nestes assuntos a hesitação em dar ao topónimo Cidade o sentido que lhe atribuímos, desde que lhes não apareça bem patente a correspondência dessa designação com ruínas visíveis dum povoado. Mas pessoas cultas não têm o direito de hesitar. Quási tôdas as cidades da Península, à chegada dos Romanos, — escrevia Sarmento (1) — eram em eminências, porém muitas delas foram «arrazadas sem poderem mais ressurgir» (2). O nome de Cidade «às vezes — dizia ainda Martins Sarmento — está refugiado em qualquer bouça de mato, onde provavelmente acabaram as últimas casas da povoação que teve seus dias de glória num cabêço pouco distante. [Note-se que o topónimo Cidade se estendeu no Pôrto às proximidades do sopé do morro do Corpo da Guarda, eminência onde devia ter-se erguido o primitivo povoado]. Eu já disse — continua o glorioso exumador das citânias minhotas — que as nossas povoações pre-romanas têm pouco que descrever. Na grande maioria delas a pedra das construções e das muralhas está hoje nas tapadas e nas casas dos arredores... Os observadores pouco afeitos a estas vistorias arqueológicas recusam-se muitas vezes a acreditar que andam a passear na área duma antiga «cidade» que valeu talvez tanto como a Braga de há

(1) *Dispersos*, pág. 16.

(2) *Ibid.*, pág. 17.

vinte séculos»⁽¹⁾. Pois nem em Braga falta o topónimo Cividade, bem expressivo para quem não teime em recusar a evidência...

Não estará a sonhar quem atribui à palavra *Cividade*, na área portuense, um significado diverso do que lhe demos nas «Origens da cidade do Pôrto»? Onde estão o castelo e o arrabalde (como queria o sr. Strecht) nas *Cividades* de Bágunte ou de Terroso, por exemplo? Ossos de Calepino, para que foram perturbar o vosso eterno descanso! ?...

LOCALIZAÇÕES DE CALE

Engana-se — seja dito de passagem — quem imaginar que os meus contraditores estão de acôrdo numa tese adoptada contra a minha. Uns colocam a povoação de Cale ao S. do Douro sem que se harmonizem e se fixem na sua localização no Castelo de Gaia, na vila de Portugal (?) ou no castro de Mafamude. Outros colocam-na ao N. do Douro, mas na Tôrre da Marca ou no alto da Sé e não na Cividade. Mais peregrina é a ideia dum dêles para o qual a cidade de Cale... nunca existiu. Cale seria, se bem me recordo, o leito do rio Douro ou coisa parecida. Deus meu! O itinerário de Antonino que, na estrada de Lisboa a Braga, cita averiguadamente povoações, outras tantas escalas do percurso, citaria ali, por excepção, um pormenor de geografia física... Por não haver povoação na margem do Douro? Mas, dum e doutro lado, há vestígios arqueológicos da época romana. Valerá a pena discutir essas fantasias?

Quanto ao Portucale primitivo, para uns seria a N., para outros a S. do Rio. Para uns seria uma continuação de Cale, para outros coisa diferente. Que trapalhada! E que azáfama em não querer reconhecer ao topónimo *Cividade* o seu real valor!...

Entendamo-nos. Ésse topónimo veio demonstrar a existência dum *oppidum* proto-histórico no coração do Pôrto, em local diverso, embora próximo, do morro onde presumivelmente se estabeleceu depois a fortaleza, castelo ou castro «novo» de Portucale.

(¹) *Ibid.*, pág. 161.

A fortaleza, castelo ou castro «antigo» de Portucale era na margem oposta do Douro. Os qualificativos *antigo e novo* tinham induzido muita gente a aceitar a prioridade de Gaia sobre o Pôrto. Leite de Vasconcelos recordou que, segundo uma verosímil leitura dum trecho de Salústio, Cale era uma cidade da Galécia e que, sendo a Galécia a N. do Douro, Cale devia ser portanto do mesmo lado. Além disso, seguindo o ponto de vista de Pereira de Novais, explicou que o termo *castrum* nas actas lucenses significaria fortificação e não cidade, acrescentando que na época neo-gótica (em que deveriam ter sido escritas essas actas e que era já muito distante dos tempos de Cale) o Pôrto teria sido fortificado recentemente.

Intervenho então no debate, trazendo, como argumentos novos, o esquecido topónimo Cividade e a correspondência dèste com o morro do Corpo da Guarda, *distinto do da Sé*, morro aquele que estava encoberto pelo casário moderno e que eu encontrara, guiado por um documento antigo, relativo à localização da dita Cividade. E concluo: 1.º — Fora da Pena Ventosa ou da eminência da Sé, entre S. Bento e o Corpo da Guarda, houve no Pôrto um *oppidum* pre-romano — facto incontroverso em face do que se sabe hoje sobre o significado da palavra *Cividade*; 2.º — Visto que Cale seria uma cidade da Calécia e portanto a N. do Douro, é possível a sua identificação com o referido *oppidum*, distinto do *Castrum novum* de Portucale, em que o qualificativo *novum* tanto impressionara até agora a maioria dos investigadores (a mim próprio impressionara, antes de saber da existência da Cividade), pela contraposição com o *antiquum* aplicado ao castro de Portucale do S. do Douro. A identificação da Cividade com Cale é hipotética, mas é mais verosímil do que a localização desta última no *Castelo* de Gaia ou noutro qualquer ponto das duas margens do Douro.

Organizei uma carta arqueológica do Pôrto e arredores na qual se inscreveram factos inéditos, e trouxe para o debate elementos mais seguros e sistemáticos do que os vagos e arbitrários preconceitos que geralmente dominavam. Ao passo que, do lado portuense, há, além de vários castros, um *oppidum*, a Cividade, distinto do «castro novo» de Portucale e se torna lógico preferir

para localização da *civitas* Cale êsse *oppidum* a simples castros, não só, do lado de Gaia, não há na zona marginal e para essas épocas recuadas senão castros, vilas rústicas e um *Castelo*, como não há indicação alguma segura que permita preferir para a hipotética localização de Cale o Castelo de Gaia, o castro de Mafamude ou a vila de Portugal... O topónimo Cividade aparece no Pôrto como uma impressionante excepção e mostra *sem sombras de dúvida* que no coração da cidade actual houve um núcleo bem determinado de povoamento, *de que até agora ninguém falara* e que é muitos séculos anterior à data sueva, arbitrária e errôneamente considerada até hoje por muitos a da fundação do Pôrto...

Aos sequazes de apócrifos Destros, aos que cristalizaram em Santa Rosa de Viterbo e aos dogmáticos inventores de fantásticas genealogias e etimologias portucalenses, oponho simplesmente... os factos, examinados à luz do que hoje se sabe de arqueologia pre e proto-histórica do noroeste da Península.

AS DÚVIDAS DUM MESTRE

Dignou-se o sr. prof. Leite de Vasconcelos honrar a 1.^a edição de *As origens da cidade do Pôrto* com uma análise bibliográfica na «Revista Lusitana» (t. xxxviii). Agradeço ao sábio Mestre a atenção dispensada ao meu trabalho e as amáveis expressões de elogio para com o meu estudo, que classifica generosamente de douto, eloqüente, científico, etc.

Sinto, porém, deveras que o sr. prof. Leite de Vasconcelos, em vez de proclamar abertamente quanto é objectivo o apoio que as minhas averiguações vêm trazer à sua tese da localização de Cale a N. do Douro, se detenha em pormenores secundários e em restritas preocupações de prioridade e oponha dúvidas à coincidência da *Cividade* com a povoação de Cale, para, inverosimilmente, ir procurar coincidência com esta no Cristelo que mal ainda conseguiu identificar nas alturas do Palácio de Cristal ou da Torre da Marca.

Pormenores: Que mencionei *Crestins* entre os topónimos derivados de *Castrum*, quando vem do patronímico medieval *Chris-*

tiniz, e que o fiz por não ser filólogo. É certo que não sou filólogo, mas *Crestins* veio por acaso a talhe de foice e não tem nada com a questão de Cale e da Cividade. O interessante, porém, é que ao passo que consagra *no texto* uma dúzia de linhas ao «meu» êrro, o sr. Prof. Leite de Vasconcelos reconhece numa breve *nota*, ao fundo da página, que, antes de mim, cometera o *mesmo* êrro nas «Religiões da Lusitânia» (II, 82). Quem merece maior reparo? Eu que não sou filólogo ou S. Ex.^a que o é e que me ensinou essa etimologia errónea?

Preocupações de prioridade: 1.^a — «Creio que *fui eu* [S. Ex.^a] o primeiro que em Portugal chamou a atenção para isso» [para o texto de Salústio, lido por Vóssio]; 2.^a — «*civitas* de Salústio, que *eu* [ainda S. Ex.^a] pusera em circulação»; 3.^a — o considerar-sê no opúsculo o *Monte das Antas*, do Pôrto, documento da arqueologia pre-histórica da cidade não é de toda afirmação nova pois que eu [sempre S. Ex.^a] em 1885 a fizera, etc.». E a respeito desta última passagem, o sr. dr. Leite de Vasconcelos desculpa-me da omissão duma referênciã ao seu nome a tal respeito, evocando o facto de ambos têrmos tido uma longa permanência no Pôrto e coincidirem casualmente as nossas observações.

Mas não preciso desta desculpa, porque a prioridade também não é de S. Ex.^a. Já em 1875, ou seja dez anos antes do sr. Prof. Leite de Vasconcelos, Simão Rodrigues Ferreira, citado no meu trabalho⁽¹⁾, dera ao topónimo portuense *Antas* o verdadeiro significado de megálitos.

Quanto ao texto de Salústio, também Florez e Hübner adoptaram a leitura de Vóssio. Insistiu o sr. Prof. Leite de Vasconcelos no valor desta. Mas eu cito o ilustre sábio nas passagens em que trato do assunto (págs. 30 e 36 da 1.^a edição das *Origens da Cidade do Pôrto*; pags. 22, 23, 29 etc., da 2.^a edição). E não bastou a S. Ex.^a a dedicatória impressa na 1.^a edição em que claramente afirmo ter encontrado nas suas lições, como nas de Martins Sarmiento, «o melhor alento para novas jornadas»?

Porque, em contraposição, não reconhece expressamente o sr.

(1) *O. C. P.*, pág. 22 nota 2 e pág. 43 nota 2.

Prof. Leite de Vasconcelos a minha prioridade na invocação do topónimo *Cividade* como testemunho de povoamento pre-histórico na área portuense? E, no entanto, êle mesmo o adopta, no seu artigo da «Revista Lusitana», com essa expressa significação. Tão cioso de prioridades que são ou julga suas, o ilustre professor pareceria mostrar menos pressa em proclamar as alheias.

Vamos, porém, às objecções principais de S. Ex.^a. São elas: 1.º — que, contra o que eu suporia, «não há coincidência *histórica*» entre a *civitas* salustiana e a designação *Cividade*, embora a haja fonética; 2.º — que a dúvida aumenta tendo em conta a existência do *Cristelo*, talvez na eminência da Tôrre da Marca.

Afirma o sr. dr. Leite de Vasconcelos que «não há coincidência histórica entre *civitas* e *cividade*, mas pela leitura dos períodos seguintes verifica-se que falta ali a palavra «necessariamente», porque, a-pesar das dúvidas apresentadas, S. Ex.^a não exclui em absoluto *nem podia excluir*, a minha hipótese da localização de Cale na Cividade de S. Bento.

Segundo o eminente professor, o primitivo sentido de *civitas* passou, no decorrer da latinidade, ao de povoação material. Mas ninguém disse o contrário, embora já remotamente *civitas* pareça, às vezes, também sinónimo de *urbs* ou de *oppidum*, visto muitas *civitates* serem, no que respeita a edificações, pouco mais do que os seus centros de povoação. Sarmento, como vimos, assim pensava, dizendo que a *civitas* no sentido restrito era a *civitas* material, o *oppidum* cabeça da *civitas* no sentido lato.

Grenier, mais recente, é também mais categórico: «O termo *civitas*, no Baixo Império, designa as cidades, cabeças de «cités» [civitates]»⁽¹⁾. Quere dizer, em plena época romana, já *civitas* pode ser sinónimo de *oppidum*...

Mas o sr. dr. Leite de Vasconcelos diz que, como *Castro*, etc., o nome *Cividade*, primeiro comum, depois próprio, «teria sido dado pelo povo na época de transição do latim vulgar para a dos começos da língua portuguesa pròpriamente dita, a ruínas de antigas povoações erguidas em montes». Quere dizer: antes dessa época de transição, às tais ruínas ou não era dado nome nenhum ou

(1) Déchelette. *Op. cit.*, t. VI, 1.ª parte, 1931, p. 403.

eram dados nomes muito diferentes de *civitas* ou de *castrum*... O povo iria então, de repente, buscar ao léxico comum latino estes termos, ressuscitando-os, ou ao léxico de transição os seus derivados, e começaria então caprichosamente a baptisar as ruínas ora com o nome de *crastos* ora com o de *cividades*, a seu bel-talante...

Nenhuma dúvida tenho em concordar em que tal arbítrio pode existir em muitos casos, mas o povo não é tão caprichoso como às vezes o pintam. Terá baptisado com o nome de *crasto* alguns *oppida* de antigas *civitates*, mas duvido que tenha chamado *cividade*, por exemplo, a um pequeno castro ou castelo, simples refúgio transitório, que não tenha sido núcleo duma *civitas* ou que não merecesse o nome de cidade, na acepção da baixa latinidade ou na que lhe dá, por exemplo, Schulten.

As citações, já anteriormente feitas, de Sarmiento e de Grenier, mostram bem que, na opinião dos dois autores, já na baixa época romana *civitas* designa também o centro material das *civitates*. Para quê pretender, como quere o sr. dr. Leite de Vasconcelos, que não foi essa designação que *in loco* teve directamente em português a sucessora *cividade*? Em que se apoia a asserção da falta de continuidade histórica entre a palavra latina e a portuguesa, admitindo que se passasse a chamar castro a uma *civitas* e *cividade* a um castro sem importância?

Enfim: primitivamente *civitas* não é o mesmo que mais tarde *cividade*, mas *cividade* é o que resta do *oppidum* central duma *civitas* ou dum povoado permanente que merecesse foros de cidade e que porventura teria sido já baptisado *civitas* (*stricto sensu*) no baixo latim. Mantenho esta convicção de acôrdo com Grenier, Schulten, Sarmiento, Alberto Sampaio, Cuevillas, Serpa Pinto, etc. Diz o sr. dr. Leite de Vasconcelos que o nome *Cividade* foi aplicado em desconexão histórica com o nome *civitas*. Com Grenier e Sarmiento, duvido, mas, ainda quando houvesse tal descontinuidade, não a havia etimológica, e por certo, em grande parte, no ponto de vista semântico. Não é natural que se fôsse chamar *Cividade* a qualquer coisa que não fôsse o todo, uma parte, ou uma conexão, duma *civitas* (nos seus sentidos da alta e baixa latinidades). E, embora pudesse, por analogia, ter sido dado o nome de

cividades a *oppida* que não fôsem o centro político de *civitates*, não seria verosímil que, recusando-se êste nome ao *oppidum* central, por certo o mais importante, se fôsse dar a um simples castro dependente daquêle, ficando o núcleo da *civitas* com o nome mais vulgar e modesto de *castro* ou *castelo*. Porque há ainda a atender à menor freqüência, muito menor, no país, dos nomes, *cividade*, *citânia* ou *cidade velha* em relação aos de *castro* ou seus derivados. Essa menor freqüência parece bem corresponder ao número relativamente reduzido de *civitates*.

E não julgo ainda bem esclarecido o que nalguns documentos latinos medievais pode significar por vezes a palavra *castrum*. No doc. n.º 1 do meu trabalho (ano de 1307), fala-se em «domum de Ciuidade». Está tudo em latim, menos Ciuidade. É evidentemente um topónimo e bem preciso, não vago como queria o sr. Strecht de Vasconcelos. Em documentos ulteriores em português, também se fala no «sitio da Ciuidade, da dita Cidade [do Pôrto]». Quem duvida do carácter toponímico vulgar daquela Ciuidade? Mas, nas pretensas actas do Concílio de Lugo, *castrum novum* e *castrum antiquum* terão por igual o valor dos actuais topónimos populares *castro* ou *crasto*? Suponho bem que correspondessem a lugares povoados e fortificados mas que fôsse, como afirmou o sr. dr. Leite de Vasconcelos, à idade relativa das «fortificações» que se referiam os qualificativos «novo» e «antigo». A prova de que eram designações diversas das vulgares está em que na toponímia portuguesa se conservou a designação de Castelo tanto para o burgo muralhado dos bispos portuenses como para o morro de Gaia (se é que êste foi, como aliás creio, o *Portucale castrum antiquum* das actas lucenses). E, para o caso de Cale, a época neo-gótica fornecia já indicações retrospectivas tão precárias!... Entre a data romana ou pre-romana de Cale e os tempos da reconquista cristã já mediavam séculos!...

Não me proponho resolver definitivamente estes assuntos. Insisto apenas no significado de «povoado de origem pre-romana e sito no alto dum monte» que tem, *sem dúvida*, o topónimo *Cividade*. E êste vale quanto pesa para a questão de Cale, porque do lado portuense não há outros topónimos que possam indicar um centro

indígena (a origem de Cale era, sem dúvida, pre-romana) de povoamento, além do *Cristelo* de Massarelos ou Tôrre da Marca, dos *Crastos* da Foz, da Noeda ou de Gondomar, e do lado gaiense não há também senão alguns castros e o *Castelo* de Gaia, êste, aliás, mais susceptível de ser considerado uma excelente base militar, política e comercial dos romanos, um verdadeiro posto avançado da Lusitânia romana perante a Calécia por tanto tempo rebelde ao invasor, do que um povoado de profundas raízes indígenas. É mais verosímil que tivesse estas raízes o Monte Murado, por exemplo, ou outros *castros* do lado gaiense.

CRISTELO E ESTRADAS ROMANAS

O segundo ponto que desejo ainda rebater, do artigo do sr. dr. Leite de Vasconcelos, é aquêlê em que se emite a hipótese de que o *Cristelo* da Tôrre da Marca, que mencionei na margem portuense, fôsse Cale. Naturalmente cabe aqui evocar o que atrás dissemos sôbre o valor do topónimo *Cividade* em relação ao de *Crasto* e, com muito mais forte razão, aos seus diminutivos, como é *Cristelo*. Mas devo lembrar ainda: 1.º — que a identificação do *Cristelo* está longe de ser tão precisa como a da *Cividade*; 2.º — que esta se encontra quási no coração do Pôrto antigo, a alguns passos do *Castelo* episcopal, sôbre o vale do Rio da Vila, de tão curioso significado antropogeográfico, ao passo que o *Cristelo* está topograficamente de todo desligado do *Portucale castrum novum*, mais de um quilómetro a juzante dêste e até cêrca-de 600 m. a juzante do *Castelo* de Gaia; 3. — e sobretudo — que, se a falta de restos arqueológicos de Cale se explica no meio do denso casario das ruas Chã, do Loureiro e Corpo da Guarda, a abertura da Rua da Restauração e o arranjo dos jardins do Palácio de Cristal já deveriam ter dado qualquer documento arqueológico do *Cristelo*, ali mais facilmente conservado do que no centro da cidade.

Não concordo ainda com o sr. dr. Leite de Vasconcelos em que o problema da *Cividade* e da localização precisa de Cale na área portuense é de importância secundária perante o da posição desta em relação ao Douro, a N. ou S. dêste. S. Ex.^a entende ter resol-

vido êste último problema, baseando-se sobretudo na passagem de Salústio ⁽¹⁾, e acha «sem dúvida de menor alcance» o outro, que importaria apenas «pròpriamente à história local». Pois eu não penso assim, e vou dizer porquê. Em ciência, o nosso conhecimento é tanto mais perfeito quanto mais preciso. Afirmar que Cale é a N. do Douro em local incerto, representa um menor progresso científico do que fixar êsse local num determinado ponto. Sabia-se que Tróia era na Ásia Anterior. Eis, segundo a doutrina do sr. Prof. Vasconcelos, o essencial. A localização da Tróia homérica na colina de Hissarlik, isso é, para S. Ex.^a, história local... Cale não teve a importância de Tróia na história antiga, mas, pelo menos, colaborou expressivamente no nome de Portugal!

E eu creio que para o problema topográfico de Cale tem maior valor a descoberta da Cividade no coração do Pôrto, ao lado da Sé, do que o próprio fragmento de Salústio, em que Vóssio leu — e, na minha humilde opinião, leu muito bem — *Gallæcia*, mas onde o copista escrevera *Gallia*. É lícito hesitar em dar como certa esta leitura. Parece-nos que, pelo contrário, ninguém pode duvidar cientificamente do valor do topónimo *Cividade* como demonstrativo da existência dum velho povoado naquêlo local.

Surgiu últimamente na imprensa diária a notícia de que appareceu um marco miliário no Castelo de Gaia e dêsse facto, como da existência de restos de estradas romanas no concelho de Gaia, pretendeu-se inferir que estava *demonstrada* a localização de *Cale* ao S. do Douro. Sôbre o assunto escrevi ao «Comércio do Pôrto» uma carta que aquêlo jornal inseriu no seu número de 2 de Novembro de 1935, e na qual chamava a atenção para o facto de não figurar no texto epigráfico qualquer distância ou indicação topográfica útil para êste debate, sendo ainda para notar que o frag-

(¹) Ao contrário do que diz o sr. dr. Leite de Vasconcelos o termo «*Callæcia*», no título duma nota minha no volume de homenagem ao Prof. Melida, não é «inexacto» porque não me propuz ali reproduzir a própria passagem de Salústio, que figura exactamente no texto, mas apenas estabelecer nêsse título uma aproximação topográfica e ao mesmo tempo fonética entre *Cale* e *Calécia*. O sr. dr. Leite de Vasconcelos não admite esta última aproximação, mas fê-la, por exemplo, Hübner (cit. em *O. C. P.*, pág. 22 e nota 3).

mento arqueológico foi em tempos encontrado num muro na base do monte e não do Castelo — de qualquer modo deslocado da sua situação primitiva, para nós desconhecida. O ilustre director dos Museus Municipais de Gaia, sr. Armando de Matos, occupou-se do assunto numa comunicação à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia em 4 de Fevereiro de 1936, conservando uma escrupulosa reserva sôbre as relações do achado com a questão de Cale. É indiscutível que a zôna gaiense constituia um local de acesso de vias romanas que do sul vinham abordar o Douro. Devia ter constituído mesmo, na época da conquista romana, uma base militar das operações para o N. do Douro. Mas nem um facto nem outro provam que o povoado indígena de Cale fôsse do lado de Gaia. Cale já existia antes da chegada dos Romanos, como tantas outras cidades e castros do país.

Os vestígios das estradas romanas não são exclusivos da margem gaiense. Elas afluem ao Douro para cuja travessia havia certamente, em plena época romana, estações nas duas margens. Mas *Cale* é uma designação pre-romana, indígena, e, como já dissemos, os Romanos, no seu esforço de penetração na Calécia, deviam ter-se fortificado e estabelecido a sul do rio, talvez no Castelo de Gaia, aonde não é de surpreender que se dirigissem especialmente as suas estradas militares. Entre a *Cale pre-romana* e o Castelo romano de Gaia não há portanto necessariamente — nem verosimilmente — identidade. Cale seria já, por certo, uma das cidades calaicas do N. do Douro, que a conquista e pacificação foram deslocando das suas fortes eminências defensivas para a labuta dos vales, das planícies, das vilas rústicas, de novos povoados.

É curioso notar que, ao passo que o documento aparecido nas faldas do castelo de Gaia data, segundo o sr. Armando de Matos, da República, os miliários de S. Mamede, Trofa, Famalicão, etc., ou seja do norte do Douro, são já do século II da nossa era. Isto ratifica a nossa opinião de Gaia ter sido base da investida romana contra a Galécia, mesmo até contra Cale. A propósito, não se esqueça que no Pôrto, no próprio Castelo episcopal, apareceram inscrições romanas⁽¹⁾.

(1) Aem. Hübner — *Corpus Inscript. Latin.* — II, n.ºs 2370 a 2372.



Contra a opinião segundo a qual «Portucale» significaria «Cale que é um porto», suponho mais admissível que «Portucale» significasse inicialmente o «pôrto de Cale» ou pôrto contíguo a Cale. Não pôrto, na acepção de grande pôrto de mar, mas na de entrepôsto mercantil ou até na de «passagem» que, outrora e ainda hoje, é dada em muitos pontos do país a vaus e passagens de rios. A passagem não era evidentemente no alto da colina castreja, fôsse ela qual fôsse, mas no rio, nas suas margens. Ora possivelmente o carácter de entrepôsto de circulação que tem Portucale e a abundância de passagens nestas alturas do Douro, abundância testemunhada por vários factos, foram as causas da generalização progressiva que sofreu o topónimo Portucale, e a tal ponto êste se tornou difuso e impreciso com o tempo que o Pôrto teve de contentar-se por fim com o nome comum latino, abandonando, ao condado e depois à nação, o nome inteiro em que se continha o mais remoto tema, Cale. Felizmente possui o Pôrto a Cidade a denunciar eternamente mais êste seu sacrifício pela Pátria maior.

Grénier escreve a propósito das cidades galo-romanas: «Quando o *oppidum* [gaulês], do alto duma colina vizinha, dominava a ponte ou um confluente do rio, a cidade da época romana... desce do *oppidum* para o curso de água e espraia-se na margem» ('). Não haverá qualquer coisa de paralelo na formação do Portucale medieval nas margens do Douro, a partir da Cale indígena, hostilmente entrincheirada na eminência, em cujo sopé fluía o rio da Vila? Cremos que sim.

Assim, o Portucale medieval não se confundiria com a antiga Cale, embora dela derivasse e a chegasse até ulteriormente a englobar, como nome da região e enfim de todo o país.

OSBERNO E EDRISI

Em dois textos do séc. XII procurei elementos para a questão em debate. É o primeiro a narrativa, feita pelo cruzado Osberno, da conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Ali se menciona após

(') Déchelette — *Op. cit.*, t. VI, 2.^a parte, 1934, pág. 686.

o Leça, na jornada dos cruzados do Norte para Sul, o Douro (fluvius Doyra), «sôbre o qual está *Portugala*, assim chamada do seu antigo nome *Portu Gallorum*, e que, destruída com a vinda dos Mouros e dos Moabitas, desde há cêrca de 80 anos fôra restaurada». «Do lado sul, desde os primeiros rochedos da entrada até à outra rocha inferior, numa largura de 12 passos a partir da margem do fim da enseada, o pôrto tem umas areias medicinais [Cabedêlo?], com que se cobrem os doentes, para que, sobrevivendo o mar, os lave e assim se curem. O próprio bispo testemunhara que o seu predecessor ficara assim curado duma doença parecida com a lepra.» Narra mais o cronista que o bispo D. Pedro, ao chegarem os cruzados ao pôrto, havia ido ao seu encontro com os respectivos eclesiásticos. O rei estava ausente com o seu exército, em luta contra os Mouros. Descreve-se em seguida a entrevista, e, bem assim, que, no dia imediato, «saindo muito cedo dos navios, se haviam reunido todos perante o prelado no cemitério episcopal, sito no alto do monte». A reunião fôra ali por não poder a igreja conter tanta gente. O bispo fêz então, em latim, um sermão, transmitindo as ordens do rei e abençoando os presentes, depois de os absolver dos seus pecados. Nêsse sermão D. Pedro relatou as violências e saques dos Mouros nesta cidade e nesta região, e exortou os cruzados a auxiliarem D. Afonso na tomada de Lisboa.

Ao fazer o relato da viagem marítima dos cruzados, acompanhados dos prelados de Braga e do Pôrto, para Lisboa, Osberno refere-se às Berlengas (*Berlinges*), a rios, bosques, castelos e cidades, como Santa Maria (Feira?), o Vouga (*Voga*), Coimbra (*Colymbria*), Soure (*Soyra*), Tejo, Almada (*Elmada*), certamente Leiria (*Lora*), Alcobaça (*Alchubez*), Sintra (*Suchtria*), etc.

Do texto de Osberno⁽¹⁾ não se tiram, creio, elementos úteis para o nosso debate. *Portugal* não tem a etimologia *Portu Gallo-*

(1) No *Portugaliæ Mon. Hist., Scriptores* — I, pág. 392; e, com versão do Dr. José Augusto de Oliveira e prefácio do eng. A. Vieira da Silva, em complemento ao vol. II da *Lisboa Antiga* de Júlio de Castilho, sob o título *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, Lisboa, 1935.

rum que êle lhe atribui. O acanhamento de dimensões da Sé, êsse talvez coincida com a passagem das inquirições de Afonso IV, em que os cidadãos do Pôrto diziam que D. Tereza doara ao bispo apenas «huma hermidã que em esse tempo estaua hu hora está a ssé, e... hum burgo pequeno que estaua apar dessa hermidã» (¹). Do cemitério do séc. XII, em que se realizou a assembleia referida, seriam restos as sepulturas cavadas na rocha que nas recentes obras de restauração da Sé portuense foram descobertas à entrada do templo? A verdade é que a idade dessas sepulturas abertas na rocha não está ainda averiguada (²). Têm sido consideradas proto-cristãs; menos verosimilmente as têm alguns suposto prehistóricas. O certo é que são freqüentes junto dos templos românicos, sendo de lamentar que ainda não tenha podido fazer-se a exploração científica de uma só que fôsse, inviolada e intacta.

Outro texto do séc. XII, que já foi invocado para a discussão do problema de Cale e Portucale (³), é a *Geografia* do Edrisi, geógrafo árabe que esteve na Península entre 1142 e 1147, tendo então, segundo Herculano, visitado Lisboa e tendo acabado em 1154 o seu livro já na côrte de Rogério da Sicília.

Descrevendo o caminho de Coimbra a Santiago por terra, Edrisi, segundo a transcrição do illustre arabista prof. David Lopes, fala dum dia de viagem entre Coimbra e a *alcaria* (vila) de *Águeda*, outro de aqui à de *Oliveira* (de Azeméis), outra desta ao princípio da terra de Portugal, cuja largura o caminho atravessava num dia. Aí «fica, diz, a alcaria nova de Gaia (no texto: *Alcaria Bona de Qar*), junto do Douro, isto é, o rio de Zamora. Êste rio passa-se ali em barcos próprios para a travessia. Desta alcaria ao castelo de... (?) no rio Minho há 60 milhas ou sejam dois dias de viagem». Ao descrever o itinerário marítimo Edrisi dá o rio Vouga como limite do território de Portugal.

(¹) *O. C. P.*, pág. 71.

(²) Aristides A. Girão — *Sepulturas antropomórficas abertas em rocha* — Vol. de Homenagem a Martins Sarmiento — Guimarães, 1933, pág. 122.

(³) Id. — *Civitas Aeminiensis* — «Instituto», vol. 16.º, n.º 3, 4.ª série, Coimbra, 1934.

O sr. Prof. Aristides Girão inclinou-se a encontrar uma confirmação da afinidade fonética entre *Cale* e *Gaia* na passagem relativa a *Bona-Car* (evidentemente Vila Nova de Gaia) (¹), que lhe parecia indicar que a povoação mais importante surgia a quem vinha do Sul, antes de atravessar o rio. Mas o ilustre professor não deixa de reconhecer a possibilidade de harmonização desse texto com a tese oposta. É crível que *Bona* seja *Nova* e *Qar* ou *Car* seja *Gaia*, mas a palavra *nova* contraria aí a tese da antiguidade de *Gaia* = *Cale*, e quem pode duvidar de que o nome *Cale* subsistia também nessa data como parcela do *Portucale*, povoação da margem direita, sede dum episcopado já representado em concílios e enriquecido nessa época pela doação de D. Tereza?

Em suma, nem Osberno nem Edrisi ajuntam qualquer elemento importante ao debate que nos ocupa. Mas, como não tínhamos falado desses textos nos trabalhos anteriores, julgámos conveniente aludir ao precário resultado da respectiva análise no objectivo indicado. Não esqueçamos, porém, que o séc. XII já é muito tardio em relação às datas em que os textos falam expressamente numa *Cale* coeva, e que haviam decorrido cêrca de 700 anos sôbre a primeira menção de *Portucale*... É muito arriscado decidir sôbre testemunhos tão indirectos e lacunares. Quantas dúvidas na leitura de alguns textos e quantas vicissitudes e transformações na existência de alguns povoados no lapso de mais de meio milénio!?

(¹) É a autorizada opinião do sr. Prof. David Lopes, que rectifica outras suposições de Eduardo Saavedra sôbre identificações toponímicas. Saavedra publicou o texto na *Revista Archeologica* — I, pág. 49-52. Segundo Saavedra a viagem entre Coimbra e Santiago far-se-ia pelo interior do país, e não perto da costa, mas as distâncias e as referências geográficas não concordam com as suas interpretações. (David Lopes — *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano* — «Bol. da 2.^a classe da Acad. das Ciências de Lisboa, III, págs. 243 e seguintes).

CONCLUSÃO

Talvez um dia me detenha na análise de velhos topónimos portuenses que aparecem, por exemplo, na doação de D. Tereza e na confirmação feita por Afonso Henriques. Por agora quis apenas desfazer alguns lapsos, inexactidões ou fantasias de críticos do meu trabalho. Ao presente artigo seguir-se-á em breve uma colectânea documental que organizei, sôbre a antigüidade portuense.

Não pretendo ter demonstrado matematicamente que a povoação de Cale era na colina do Corpo da Guarda e que Portucale foi inicialmente uma sua derivação na foz do Rio da Vila. Mas do que tenho a certeza é de que não só me não foi oposta até agora qualquer hipótese mais verosímil, mas de que o povoamento da área central do Pôrto é mais antigo — muito mais — do que tantos supunham, considerando-o de fundação sueva...

Não. O Pôrto tem num passado remoto, como a nobre Brácara, a sua Cidade, *oppidum* que os Romanos já encontraram aqui e no qual provavelmente experimentaram a tenaz resistência comum a outras citânias e castros galaicos.

Nenhum dos críticos a que me referi, quis reconhecer o interesse e a novidade da contribuição que tal elemento trazia para a mais remota história do Pôrto. Pouco importa. O essencial é que esta tenha emfim enveredado por um rumo mais seguro do que até agora.

Pode a Cidade não se identificar com a Cale de Salústio ou do Itinerário de Antonino. Mas nenhum documento incontroverso permite localizar esta com mais segurança noutra ponto a N. ou a S. do Douro. E está emfim desfeita a lenda que fazia do Pôrto um local de povoamento ulterior em relação ao Castelo de Gaia. A Cidade do Corpo da Guarda foi, sem sombra de dúvida, um núcleo démico antiqüíssimo, no coração da cidade actual. Continue quem quiser, a ignorar ou a menosprezar este facto.

Aos leitores de boa fé entregamos estas considerações e a colectânea que, com algumas anotações necessárias, se lhes seguirá. Organizando uma tal colectânea, quisemos pôr à disposição de estudiosos das antiguidades portuenses, materiais que se

encontram mais ou menos dispersos, e muitas vezes tendenciosamente deformados. A todos oferecemos assim o meio de julgar detida e imparcialmente o assunto, examinando os vários elementos e interpretando-os não através de sugestões ou impressões de outrem, mas sob um critério próprio, que aliás deve necessariamente estar subordinado a normas basilares de método e de crítica sem as quais não é possível uma pesquisa verdadeiramente científica.

A. A. MENDES CORRÊA

A IGREJA DE S. SIMÃO EM VILA FRESCA DE AZEITÃO

A trinta quilómetros ao sudoeste de Lisboa encontra-se uma pequena vila, antiga e branca na sua frescura recordando nas suas construções e palácios subjacentes as fortes gentes doutras épocas. Vizinha da Bacalhôa, êsse solar onde parece ainda sentir-se passar sôbre as ruínas tristes da casa desmantelada, o espírito forte de Afonso de Albuquerque, o bravo dominador da Índia.

Quási junto a essa linda jóia um tanto embaciada pelo desleixo, mas que vai, felizmente, entrar num período de restauração, sob projecto religiosamente elaborado sôbre as notícias e vestígios da construção primitiva, fica a Igreja Matriz, do órago de S. Simão.

Espécie quinhentista pobre de arquitectura, foi construída em 1570. Por escritura de 20 de Julho de 1570, Afonso de Albuquerque obrigou-se à construção de uma igreja para se fundar a nova freguesia, desmembrando-se da de S. Lourenço tôdas as povoações mais orientais, cometendo a conservação do templo ao morgado. O órago dessa freguesia seria S. Simão.

Afonso de Albuquerque, filho bastardo do grande vice-rei da Índia do mesmo nome, teve projecto de trasladar para esta igreja os restos mortais do Pai e dispôs em testamento sepultar-se nela

com sua primeira mulher. Parece não se ter realizado o facto visto nem a tradição oral nem os registos alguma coisa referirem a tal respeito.

O templo é de três naves, sendo as laterais abobadadas e tendo a central ficado, à morte do fundador com o tecto por forrar. Comportam cinco arcos de pleno cimbrío, os quais repousam em colunas dóricas, as naves menores que abrem sôbre a principal.

Uma das imagens mais veneradas neste templo é a da Saúde, ali posta por Albuquerque, sendo de presumir vir êste culto do facto de ter lavrado a peste em Lisboa no ano de 1569. Era ao tempo Afonso de Albuquerque presidente da municipalidade olisiponense, e distinguiu-se pelos serviços prestados à cidade a qual se via assolada pela terrível epidemia.

As paredes são cobertas de alto a baixo de azulejos lisos, a três côres. Sôbre cada arco, ostentam um quadro com a imagem de um santo.

Na parede da nave do Evangelho existe um quadro representando S. João e lê-se a inscrição seguinte:

«Juiz, escrivão e mordomos mandarem fazer esta obra. Os que agora servem este anno de 1648».

Êste pessoal fazia parte da confraria de S. João. A igreja tinha quatro tórres: uma em cada ângulo. O terramoto que assulou Lisboa e arredores em 1 de Novembro de 1755 derrubou-as. Posteriormente foi reconstruída uma só dessas tórres.

Por morte do instituïdor da Capela, passou para seu filho Braz de Albuquerque, porquanto, ao tempo da sua morte já Pero Corrêa era falecido sem geração, e isto porque Afonso de Albuquerque no seu testamento feito na Índia, estabeleceu assim a sucessão:

«E acontecendo os casos que dito tenho a não haver filhos do meu filho ou falecendo antes de mim e ficando assim, quero que Pero Corrêa os haja (os bens) e seus filhos com condição de os dar a quem o fizer melhor e cumprir e, não ficando filhos, torne-se esta capella ao filho de D. Fernando, o mais velho, e de D. Constança, minha irman».

Tivemos ocasião de possuir um interessantíssimo documento relativo a esta capela, o qual julgamos inédito.

Trata-se da:

«Carta de licença para se fazer a Igreja de Sam Siman do limite dazeitão & os freguezes dela serem obrygados a fazerem a sua custa e assy a fabrica e ornamentos dela e a pagar o mantimento ao capelan na mesma assima declarada».

É um documento em papel, medindo 39×28 centímetros, em gótico e assinado pelo punho régio de D. Sebastião.

É o seguinte o teor do alvará:

Dom Sebastiam por graça de Deos Rey de Portugal & dos Alguarves, daquem & dalem maar em Africa senhor da Guinee e da conquista navegação e comercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da Imdia servindo como governador e perpetuo administrador que sam da ordem e cavalaria do maestrado de Sam Tiago. —

Faço saber aos que esta carta virem que os fregueses da capela de Sam Simão do limite dazeitão me emviarão dizer que elles se apartarão da capela de Sam Lourenço do dito limite por serem laa muitos fregueses e lhes ser trabalho irem a dita capela de Sam Lourenço a ouvir missa e receber os santos sacramentos e ordenarão a dita capela de Sam Simão e a tinham jaa principiada para nella terem capelão que lhes digua missa e ahi serem sacramentados assim como o erão na dita capela de Sam Lourenço e a obra da dita Capela de Sam Simão estava embarguada e entretida por se fazer e edeficar sem minha licença conforme aos estatuos da ordem, pedimdome que lhes desse licença para a fazerem e acabarem a sua custa per quanto elles se tinham obrigado de a fazerem e acabarem e assim a fabrica dornamentos dela e a darem em cada um ano ao capelão que nela for de mantimentos dous moyos de trigo e seis mil réis em dinheiro, apresentando loguo dous pubricos estromentos por que constou todo o acima declarado feitos por Justino Rodrigues tabeliam na villa de Cintra hum aos sete dias mes dagosto do anno presemte e outro aos vinte e seis dias de setembro do dito anno o que tudo visto per my sentimdoos assi por serviço de Deos e bem das almas dos ditos fregueses como por lhes fazer merce por esta dou licenca aos ditos fregueses para fazerem e acabarem a sua custa a dita Igreja e capella de Sam Simão com tall comdiçam que elles ditos fregueses para sempre sejam obrigados a fabrica e orna-

mentos repairo como corregimento da dita Igreja que pelos vesitadores da ordem lhes for mandado que facam sem a ordem a cousa aliqua das sobreditas terem obrigação agora nem em tempo allgun e que o capelão que na dita Igreja tiverem seja pago do dito mantimento a sua custa e será do abito apresentado por mym com forme a determinação do capitulo geral da dita ordem e não temdo o abito lho mandarey para isso lavrar quando se ouver de prouer e os ditos dous instramentos de que acima faz mencam mandey lamar no cartorio do convento de pallmela e esta carta se registará no Livro da Camara de Cezimbra e no fim da visitação da ordem da Igreja matriz da dita villa coom certidão do escriuão da camara de como fora rregistada. Mando aos vintadores da ordem como a todalas justicas e pessoas a que pertencer que a cumprão inteiramente sem duvida allgua. Dada em Symtra a 26 de Setembro Antonyo Fernandez a fez anno do nascimento de noso senhor Jesu xpo de mil e quinhentos e setenta. Francisco Coelho a fez escrever
ElRey D. Sebastião

No verso:

Paulo Affonso

Gonçalo Diaz de Carvalho

Francisco Coelho

Registada na chancelaria da ordem

Francisco Coelho

Pagou quarenta reaes

Francisco Coelho

aos officiaes 150 reaes

Valha sem sello ex causa

Melchior da Camara

Pagou 130 reaes

É bem inteiramente êste documento que marca tôdas as disposições necessárias para o funcionamento da instituição.

As notas que se juntam são colhidas da magnífica monografia da Bacalhôa, do erudito escritor que foi Joaquim Rasteiro.

LUCIANO RIBEIRO

ANOTAÇÕES E ADITAMENTOS DOCUMENTAIS AO «QUADRO ELEMENTAR» DO VISCONDE DE SANTARÉM

I

— *A missão diplomática do embaixador Michel de Seure em Lisboa (1557-59).*(¹)

NINGUÉM se ocupou até aqui em Portugal da interessante missão diplomática dêsse embaixador de Henrique II em Lisboa, onde contudo se manteve cêrca-de dois anos, durante a regência da rainha D. Catarina de Áustria, viúva de el-rei D. João III.

Michel de Seure — *Chevalier de Seure* — havia sucedido, em Lisboa, ao decrépito embaixador francês Honoré de Caix, em 1 de Julho de 1557.

Honoré de Caix residira bastantes anos, em missões intermitentes, em Lisboa, porque já no tempo de el-rei D. Manuel havia encetado os ajustes esponsalícios da princesa Charlotte, filha de Francisco I, com o nosso então príncipe herdeiro, depois D. João III. O seu imediato sucessor, Michel de Seure, disfrutava na côrte dos Valois de notória e distinta reputação de válido prestigioso, cir-

(¹) Este trabalho foi pelo autor apresentado, em concurso de investigação histórica, aos *Jogos Florais de Lisboa*, em Maio de 1936.

cunspecto, vigilante, consideração aliás confirmada pelos seus altos cargos e preeminências palatinas: gentil-homem da Câmara Régia, do Conselho privado de Estado e Cavaleiro da poderosa Ordem de Malta, depois um dos seus três Grão-Priores em França, de Champagne. Com tão singulares e cobiçados atributos, não admira que Seure tivesse sido a personagem preferida para a difícil embaixada na Côrte portuguesa, tradicionalmente confiada a vultos de assinalado renome e envergadura, designadamente desde que Portugal se arvorara em pioneiro indómito da colonização ultramarina.

E, no entanto, dentre os nossos escritores, apenas Fr. Luiz de Sousa e o Visconde de Santarém se referiram, mas equivocadamente, àquele embaixador francês. Com efeito, informa-nos Fr. L. de Sousa que de umas notas escritas, deixadas por el-rei D. João III, constava que ainda nas vésperas do falecimento do soberano era «*embaixador de França neste Reyno Honorato de Cays..... e que na mesma conjunção chegou outro para lhe suceder, Monsior de Xavra, Cavalleyro da Ordem de S. João, e gentilhomem da Camara del Rey de França. Este veo por mar, e chegou logo que faleceo El Rey D. João*»⁽¹⁾.

O relato é exacto, excluindo o apelido ou sôbrenome atribuído ao embaixador, que era Seure e não Xavra.

O insigne Visconde de Santarém, a seu turno, citou por duas vezes, mas só na *Introdução* do seu terceiro tómo⁽²⁾, o verdadeiro apelido daquele categorizado Maltês, que vira em um documento da Torre do Tombo para, depois, adiante, na resenha documental cronológica, o tomar, como se verá, pelo seu ilustre antecessor, Honoré de Caix, de Cays ou de Cazes⁽³⁾.

Como foi então isso possível a um consagrado investigador, como Santarém, cuja inconcussa probidade histórica se manteve sempre acima de qualquer dúvida ou suspeita? É que Santarém não tivera conhecimento do epistolário oficial, *datado*, do embaixador Seure. Com efeito, o erudito compilador e anotador da monu-

(1) Fr. Luiz de Sousa: «*Annaes de El Rey D. João Terceiro*», pág. 450.

(2) Visconde de Santarém: «*Quadro Elementar*», págs. CXVI e CXX.

(3) *Ibidem*, pág. 360.

mental colectânea «*Quadro Elementar*» — precioso inventário da nossa documentação diplomática, no qual se topam profusos informes sôbre embaixadas estrangeiras em Lisboa — não encontrou, em Paris, a extensa correspondência diplomática de Michel de Seure, concernente à sua missão em Portugal, porque tal documentário havia sido *desviado* — passe o eufemismo — da primitiva Biblioteca parisiense de St.-Germain-des-Prés, com outros códices, em 1805, sendo logo vendidos para a Biblioteca Imperial de S. Petersburgo, cujos traslados só recentemente foram publicados em França (¹).

O ilustre Santarém, tão deligente e metucioso na citação das *fantes*, documentais e bibliográficas, ignorou certamente também a existência (porque nunca lhe fez alusão), de um interessantíssimo códice da Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa, nada menos que um volumoso *diário* de Pero de Alcáçova Carneiro, conceituado Secretário de Estado de el-rei D. Sebastião, depois seu embaixador em Castela, códice em que se encontram curiosas referências cronológicas sôbre o embaixador francês Michel de Seure em Portugal. O aludido volume tem êste sugestivo título ou cabeçalho: «*Relações de Pero de Alcáçova Carneiro Conde da Idanha do tempo q̃ elle e seu pay serviraõ de Secretariõs*»(²).

Compulsando há tempos êste códice, nêle deparei, a fls. 572, o seguinte inédito relato, que literalmente transcrevo:

«*Em a cidade de Lxª 5ª feira 1 de Julho de 1557 foi beijar a mão delRey nosso Sr Monsieur de Xeur cavalrº da ordem de S. João e Gentil homẽ da Camara delRey de França e seu embaxºr o qual elRey de França mandou p.ª nesta corte rezedir por seu embaxºr em lugar de Honorato de Caiz e chegou a esta corte por mar dous ou 3 dias depois do falecimº delRey nosso Sr que D. tem que vinha..... (ilegível) mandouho S. A. levar ao Paço pelo conde de Vimioso o qual foi muy acompanhado de fidalgos seus parentes e de criados e chegados seus esprouho a Rª nossa Sª com elRey nosso Sºr na sua camara acompanhada da sua camª mor e das damas e assi do Sr Cardeal Infº o Sºr D. Duarte o Sºr D. Antº os duques de*

(¹) Edmond Falgairolle: «*Le Chevalier de Seure*», pág. 13.

(²) Academia das Sciências de Lisboa (Códice n.º 44).

Bragça e de Aveiro os marq. de Vila Real o Arcebispo de Lx^a os Bpos de Ceita e Portalegre os condes da Castanhr^a de Tentugal e do Redondo e os mais senhores de tit.^o que na corte avia, beijou o dito embaix^{or} a mão a elRey nosso S^{or} e estava asentado em hũa cadr^a e depois á R^a nossa S^{ra} que se alevantou em pee e assi esteve com o dito embaix^{or} enq^{to} lhe falou e deu as cartas que trazia delRey e da R^a de França que foi pouco espaço».

O embaixador Michel de Seure chegara, portanto, a Lisboa, segundo o conciso relato de Pero de Alcáçova Carneiro, em 13 ou 14 de Junho de 1557.

Ora, a documentação do Visconde de Santarém salta de 21 de Abril para 6 de Outubro de 1557 (1).

E não houve da parte de Pero de Alcáçova qualquer confusão cronológica no registo da embaixada de Seure, porque o seu assento vem intercalado nos do falecimento de el-rei D. João III (que morrera de «*muy supita e grave doença*» e fôra sepultado em 12 de Junho de 1557, «*sabado vespora da trindade e de S.^{to} Ant.^o ás 5 horas da tarde*») e o da chegada a Lisboa, em 11 de Julho de 1557, do embaixador de Castela, que viera apresentar condolências à côrte portuguesa.

O embaixador Michel de Seure arribara, por isso, ao Tejo, nas vésperas da solene aclamação de el-rei D. Sebastião.

Que Santarém não tivera conhecimento do aludido *diário* de Alcáçova o prova ainda a circunstância de haver julgado que Seure viera para Lisboa em 1558 ou em 1559, cuja missão teria sido curta, porque — elucida — «*foi em breve substituido por J. Nicot*» (2). Ora, não se pode considerar *breve* uma missão que se manteve cêrca de dois anos.

Como acima assinaiei, o informe de Fr. Luiz de Sousa, relativo a «*Monsior de Xavra*», concorda com o de Pero de Alcáçova, relativo a «*Monsieur de Xeur*».

Refere-se outrossim, o Visconde de Santarém a uma nota diplomática do Condestável de França, duque de Montmorency, para a

(1) «*Quadro Elementar*», T. III, pág. 359.

(2) *Ibidem*, pág. CXX.

regente D. Catarina, datada de 28 de Janeiro de 1558, na qual é comunicada a breve substituição do «*embaixador Honorato de Caix*» por outro diplomata (¹).

Existe, com efeito, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (²), aquela referida nota do Condestável de França, para a rainha D. Catarina, em cujo reverso foi aposto este elucidativo sumário arquivístico: «*Carta do Condestável de França á Raynha D. Catharina, na qual a faz sciente de lhe ter nomeado outro Embaixador em lugar do que rezedia em Portugal, por este não ser do agrado da dita Raynha*», etc.

Nêsse documento não se promete substituir o embaixador H. de Caix, como equivocadamente assinalou Santarém; porque basta um exame de relance ao seu conteúdo para nos apercebermos que se propunha substituir, não de Caix mas Michel de Seure, que êste sim, havia incorrido no desagrado dos portugueses e não aquê, que merecera sempre a consideração e respeito da côrte portuguesa.

Naquêlê aludido pergaminho promete o Condestável, atento o desagrado votado pelos portugueses ao embaixador Seure e da insistência da Regente para o substituir, ir enviar para Lisboa outro diplomata, que a todos contentaria. Basta-nos, para o provar, a transcrição das linhas iniciais da nota epistolar do Condestável:

«*Madame. Ayam entendu a mon retour au pres du Roy que le Chlr de Seure que sa mageste avoyt emvoyé po' resider som ambassadeur au pres*», etc. Eis agora a data que li no original: «*28 xb° de lannee 1558*», ou seja, 28 de Dezembro de 1558. O tradutor do documento, julgo que do século XVIII, não reparou na sigla ou abreviatura «*xb°*» (Dezembro), tomando «*de lannée*» por «*janvier*», confusão fácil em grafias vocabulares do século XVI.

Estribando-se, depois, o douto Santarém na pretensa autenticidade da mencionada data (28 de Janeiro) da anterior carta do Condestável, fixou em «*depois de Fevereiro de 1558*» a época(³), aproximada, em que teria sido escrita uma carta pela regente D. Cata-

(¹) *Ibidem*, Tômo III, pág. 360.

(²) Corpo Cronológico, P. 3, Maço 18, n.º 24.

(³) *Ibidem*, pág. 361.

rina ao bispo de Portalegre (1), na qual lhe anunciava, com júbilo, que o seu embaixador em Paris, João Pereira Dantas e Gaspar Palha lhe haviam mandado dizer que, finalmente, o embaixador (*sem indicar o nome*) ia ser substituído. Aquela referida carta para o bispo de Portalegre, não datada, deve ter sido escrita, não em 1558, como conjecturara Santarém, mas sim *depois* de Dezembro de 1558, isto é, depois da citada carta do Condestável, opinião aliás concorde com os informes contidos no epistolário do embaixador Seure, que não só nessa qualidade esteve em Lisboa *todo o ano de 1558*, como ainda escrevia a sua última nota desta capital em 18 de Abril de 1559.

Que se não estranhem estes equívocos cronológicos de Santarém, investigador que teve de catalogar milhares de documentos, cujas datas escaparam, por vezes, à sua derradeira revisão, como sucedeu, por exemplo, com o nosso embaixador D. Francisco Pereira, que é simultaneamente tido por nosso embaixador em Paris e Castela em 2 de Junho de 1559 (2), o que não consta da nossa documentação diplomática.

Como em Junho de 1559 se aprestava em Paris para sair para Portugal o novo embaixador de França, Jean Nicot, inferimos que na aludida carta de D. Catarina, para o bispo de Portalegre, havia referência à substituição do detestado Seure pelo embaixador J. Nicot (3), que chegou a Lisboa em fins de Agosto de 1559 (4).

Refere-se, finalmente, o insigne Santarém a uma pretensão do embaixador Honorato de Caix, formulada a el-rei D. Sebastião, referente aos seus honorários, em atraso, que desejava fôsem recebidos e guardados em Paris pelo diplomata português Pereira Dantas, até que êle, H. de Caix, lhe escrevesse nêsse sentido, porque não «*o podia lá ir requerer, por sua muita velhice*» (5), isto é, que

(1) «*Colecção de S. Vicente*», T. 10, fls. 221, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(2) «*Quadro Elementar*», T. II, pág. 103 e T. III, pág. 371.

(3) E. Falgairolle: «*Jean Nicot*», etc., pág. XXX e XXXI.

(4) *Ibidem*, pág. 3.

(5) «*Quadro Elementar*», T. III, pág. 368.

já se não sentia com fôrças para ir pessoalmente receber em Paris os seus vencidos honorários de antigo embaixador em Portugal. Segundo Santarém, a requerida pretensão de Caix havia sido feita em Lisboa, depois de Janeiro de 1559, quando já se encontrava aposentado, muito velho, «*Embaixador que fôra d'El-Rei de França*» (*).

Não obstante êste derradeiro informe, que nos habilita a considerar H. de Caix com residência na capital portuguesa, depois de finda a sua carreira diplomática, em 1 de Julho de 1557; como Santarém tivesse ignorado também o paradeiro do epistolário do embaixador Seure; e como do imediato seu sucessor, J. Nicot, só tivesse conhecimento de *uma única* nota diplomática, datada já de 5 de Novembro de 1559 (**), tudo isso concorreu para que, afinal, da invocada documentação, transparecesse no espírito de Santarém esta indecisa conclusão: *Honorato de Caix esteve em Lisboa, como embaixador francês, desde o tempo de Francisco I e de D. Manuel até à data em que fôra substituído por Seure, em 1558 ou já em 1559.*

Ora, a verdade *documental é só esta*: H. de Caix, reputado diplomata francês, não desempenhou funções diplomáticas *seguidas*, em Lisboa, mas intermitentes, o que aliás consta até da «*Chronica de el-Rei D. João III*», de Andrade; em 1 de Julho de 1557 era substituído pelo embaixador Michel de Seure, ao qual, por sua vez, succedeu, em 4 de Setembro de 1559, o célebre J. Nicot. É isto o que sem receio de possível contestação aqui fixamos.

*

* *

Diz ainda o ilustre Santarém que no ano de 1559, sem declarar o mês, escrevera el-rei D. Sebastião ao seu embaixador em Castela, Martim Correia da Silva, para que solicitasse da princesa D. Joana um salvo-conduto para que o «*Embaixador de França, junto da Côrte de Lisboa, que acabava de residir em Portugal, pudesse livre-*

(*) «*Colecção de S. Vicente*», T. 10, pág. 235 v.

(**) «*Quadro Elementar*», T. III, pág. 373.

mente passar pelos reinos de Castella com os seus criados», etc (¹). Esta informação vem no «Quadro Elementar», logo depois daquela em que o antigo embaixador Caix requeria a el-rei D. Sebastião para que Pereira Dantas lhe recebesse e guardasse, em Paris, os seus honorários. Quem não vê nos dois informes, seguidos, referência ao mesmo antigo embaixador, H. de Caix? Como Santarém tivesse o cuidado de fundamentar êste seu derradeiro informe, fui verificá-lo na sua indicada origem. Da sua leitura se infere que o documento, de 1559, se reporta, não a H. de Caix mas sim ao embaixador *Chevalier de Seure*. E assim, el-rei D. Sebastião dissera para o seu embaixador Correia da Silva que o rei de França «escrebeo ao cav^lº de Xeur seu embajx^{or} nesta corte que se fose dela, ho dyto embajx^{or} me pedio», etc. (²).

Suficientemente provado fica pois que o «Quadro Elementar» é omisso na documentação referente ao embaixador Michel de Seure; que a falta dessa documentação indusira Santarém a confundir Seure, na secção documental, com H. de Caix; que a correspondência diplomática, recentemente publicada em França, do embaixador Seure, concorda com os escassos informes documentais que temos daquela embaixada, designadamente do Arquivo Nacional, de Pero de Alcáçova Carneiro e até de Fr. Luiz de Sousa; que Santarém, finalmente, atenta a amplitude que dera ao seu vasto repositório documental, no absorvente *fervet opus* da ordenação dos seus inúmeros papéis, lhe não sobejou tempo para ler *alguns* dos seus documentos (o que aliás implicitamente confessa na sua obra), transcrevendo, como *bons e fieis*, alguns *sumários* arquivísticos *errados*, ora no conteúdo, ora nas datas. Um mero acaso (simultâneo conhecimento do epistolário de Seure e do *diário* de Pero de Alcáçova) me proporcionou ensejo de vir reparar aquêlê lapso do «Quadro Elementar», integrando a personalidade do *Chevalier de Seure* no lugar que lhe compete na nossa história diplomática, isto é, intercalando-o documentadamente entre os embaixadores Caix e Nicot. Infelizmente, porém, o embaixador Michel de Seure não teria dei-

(¹) «Quadro Elementar», T. III, pág. 369.

(²) «Colecção de S. Vicente», T. 10, pág. 251.

xado gratas recordações em Lisboa... E foi até precisamente êsse aspecto da sua residência em Lisboa que me trouxe até ao leitor. O embaixador Seure foi, pelo visto, o único diplomata francês que no século XVI, por causa da sua obstinada atitude para com portugueses e castelhanos, merecera, como vou mostrar, a execração pública peninsular, e em tão alto exacerbamento que se vira constrangido, pelas reiteradas instâncias da regente D. Catarina para a côrte francesa, a deixar Portugal.

O Visconde de Santarém refere-se àquele desagrado, votado pelos portugueses a Seure, o que *apenas* consta do que vagamente transparece no documento invocado (1), sem que nêle se digam *as causas* de tal animosidade. É o que me proponho agora esclarecer.

★
★ ★

Depois de convenientemente instalado em Lisboa, ia em 1 de Julho de 1557, com a pragmática do estilo (cerimonial sumptuoso, reformado por el-rei D. João III), apresentar o novo embaixador a sua crença a el-rei D. Sebastião, no Paço da Ribeira.

Decorrido pouco tempo, valendo-se das inerentes prerogativas ou imunidades do seu elevado cargo, teria iniciado o seu tôrvo e maquiavélico plano estratégico: expiar, atentamente, os movimentos dos dois países peninsulares, os seus aprestos, as largadas para os mares, para os respectivos domínios, as chegadas das riquezas, das especiarias das Índias! Bem sei que os costumes e a mentalidade do Renascimento não eram os da actualidade. Afigura-se-me, contudo, que mesmo assim, o embaixador Michel de Seure exorbitou bastante, ultrapassou, insólitamente, o âmbito da sua missão em Portugal, procurando atingir e prejudicar a nossa celebrada expansão ultramarina e vibrar crudelíssimos e freqüentes golpes nas naus castelhanas, por meio de aleivosos informes para França,

(1) «Corpo Cronológico», P. 3, M. 18, N.º 24.

para que não falhassem as arteiras sortidas dos seus corsários em pleno oceano...

Sobremaneira interessante seria podermos acompanhar Michel de Seure, desde a sua chegada a Lisboa, na sua absorvente tarefa de delação. Infelizmente, porém, no aludido *diário* de Pero de Alcáçova, além do transcrito relato, nada mais se encontra relativo àquela embaixada. Copiosa deveria ter sido, no entanto, a correspondência secreta de Seure para França, a ajuizarmos pelo substancioso recheio das suas cinco extensas últimas cartas, cujos traslados foram publicados, há anos, por meritória iniciativa do ilustre escritor E. Falgairolle.

O distinto editor alegou, no prefácio, que apenas existem na Rússia (Biblioteca de S. Petersburgo), do embaixador Seure, aquelas cinco notas epistolares, datadas de Lisboa, a primeira das quais de 30 de Janeiro de 1559 e a derradeira de 18 de Abril do mesmo ano, curto espaço êste que induzira Falgairolle a conjecturar que aquela missão diplomática de Seure em Portugal «*ne dura que fort peu de temps*»⁽¹⁾, dúvida que o *diário* de Pero de Alcáçova contradita e esclarece. Devo também informar que além daquelas cinco cartas de Seure, existe mais uma, original, na Biblioteca Nacional de Paris («*Fonds*», fr. 3.187, fl. 186), sem importância para a nossa história diplomática. Temos, por isso, de resignar-nos ante o irremediável desaparecimento de uma considerável parte das notas epistolares daquêlê embaixador, referentes a mais de 18 meses, isto é, desde meado de Junho de 1557 até 30 de Janeiro de 1559, que foi o dia em que de Lisboa escrevera a sua primeira carta, conhecida, para França.

Mas teria de facto escrito o embaixador Seure várias cartas diplomáticas naquêlê longo interregno de 18 meses? Assim foi, porque na sua primeira carta, publicada, de 30 de Janeiro de 1559, muito extensa, para o seu rei, Henrique II, refere o embaixador haver-lhe endereçado muitas outras, especificando entre elas, pela maior importância dos assuntos versados, as de Maio, Setembro e

(1) *Obra citada*, pág. 12.

Dezembro de 1558, documentos certamente extraviados, para sempre perdidos.

Não obstante, as poucas cartas que escaparam da implacável voragem dos séculos, essas bastam-nos já para se compreender e justificar a repulsa da Rainha D. Catarina e dos portugueses por tão aleivoso diplomata. Os agravos deveriam ter sido de vulto, para provocarem uma tão exacerbada celeuma e acinte dos portugueses para com o embaixador Seure; e por tal forma recrudesceram os protestos, em face da sua insólita atitude, que se fizeram solicitações à Regente para que se afastasse de Portugal aquele embaixador. É possível que ao desejo de o ver fora de fronteiras, não andasse indiferente também Carlos V, cuja política ultramarina o embaixador Seure se comprazia em prejudicar, por-ventura ainda com mais requintada violência que a de Portugal.

E no entanto, Michel de Seure carpia-se, reputando-se uma vítima, injustamente repellido e vexado pelos portugueses: «...*ces sg^{ra} me veulent ung mal de mort et se passeront aisément dun tel hoste*» (1). Os «*ces seigneurs*», claro está, que tão sistemática e mortal antipatia lhe votavam, eram os portugueses. E que tão áspera animosidade era compartilhada pelos espanhóis o prova o receio que o embaixador tinha em regressar, desta vez, por mar a França ou que lhe não consentissem, como pretendia, o passaporte para atravessar o território espanhol: «...*jestime bien que ceulx d'Espaigne feront difficultés de le me bailler*» (2).

É que em Espanha se não deveriam talvez ignorar, entre outros, estes trágicos planos da estratégia diplomática que Seure mandara para França: «...*si V^{re} M^{te} en avoya le moyen, quelle envoyast dix ou douze bons navires de guerre..... lesquels navires pourroient saccaiger aisément en passant la ville de St. Domingo, qui est maintenant fermée de murailles de terre de peu de deffence, la ou ilz feroient ung bon butin et la bruslant et dessolant la rendroict inutile pour longtemps*» (3). Nem mais, nem menos que uma amostra,

(1) *Obra citada*, pág. 36.

(2) *Obra citada*, pág. 39.

(3) *Obra citada*, pág. 20.

uma nêsga do traíçoeiro plano, remetido de Lisboa, para o saque e destruição de colónias espanholas!

E o que não teria Seure informado ainda nos vocábulos e frases *cifradas* da sua correspondência diplomática?

Mas, enfim, mercê da intervenção da princesa D. Joana, mãe de el-rei D. Sebastião, lá conseguiu o almejado salvo-conduto e abalou, por terra, para França (¹).

Vejamos agora, respigados aqui e acolá, nas suas cinco aludidas cartas, alguns períodos do negregado embaixador, que mais interessam à nossa história ultramarina: «...*jay entendu de quelques Portugais en secret, que cest chose assurée quil y a infinyes richesses dor du long de la grande riviere Derellava autrem. dicte des Amazones, laquelle est la plus grande riviere qui soit au monde, et prend sa naissance aupres du Quito..... Ils disent aussi quil y a dans lad. riviere une infinitté de grandes isles plaines de richesses, elle est de difficile entrée a navires de voile quaire, parce q. la grande courante et grandes batures qui y sont a l'entrée qui a plus de trente lieus de large, tellement que le trafic de la se devoit fe. avec brigantins et fustes qui peuvent remonter..... je vous en diray quelque jo^r si Deus plaist ce que jen apprendray entre sy et lá, car ce sont choses dont ne mose fier de parler a personne par deça*».(²).

Por uma vez, para comunicação mais urgente, mandou o embaixador a Paris um portador especial, da sua absoluta confiança, Plannoy, que — confidenciava o embaixador para o seu soberano — «*nentend pas les affaires de la mer, lequel il ma semble nécess^{re} de depescher vers V^{re} Ma^{te} pour luy rendre compte de tout ce qui se prete de deça, dont je la supplye le croyre*» (³). O embaixador Seure não desperdiçava, como se vê, o seu tempo em ociosidades na capital portuguesa...

Em uma extensa nota epistolar informava ainda Henrique II sôbre as cousas que reputava mais dignas de o interessar: «...*Je*

(¹) «*Colecção de S. Vicente*», T. 10, fls. 346 e 353.

(²) *Obra citada*, pág. 22 e 23.

(³) *Ibidem*, pág. 23.

vous envoye ung sommaire du revenu du Roy de Portugal et ung de leur naviga (ti) on et forteresses és pouvoir en Inde orientale, qui est tout ce quen ay peu apprendre, a la verité, depuis que suis par deça (¹).

E prossegue nos informes: «...ses sg^{rs} font aprester sept navires po^t envoyer en Inde qui partiront ce mois de mars, ils en envoient deux plus q. de coustume..... il leur est ceste année passée venu plus de trente mille quintaulx de poyvre, et plus de six mille de canelle et droguerye» (²).

Em uma outra nota epistolar exalta os serviços prestados: «...je vous ay envoyé durant ces mois de septembre et decembre (1558) force coppies et sommaires de lres venues de Linde» (³).

O embaixador Seure não hesitava perante obstáculos; por uma vez, à falta de melhor correio, serviu-se, audaciosamente, do próprio jurista Dr. Braz de Alvide, que ia partir para Paris (como advogado da nossa excelsa infanta D. Maria), entregando-lhe correspondência, em fim de Maio de 1558, para entregar na côrte francesa. Por sinal que mais tarde chegou a suspeitar que o falecido Braz de Alvide — «feu s^r Blaise Dalvyde» — não houvesse feito chegar a referida correspondência ao seu destino (⁴).

E depois de tudo o que sucintamente aí fica, ainda aquêle figurão julgava os portugueses (⁵) «*peu gracieux*»... Fracas recordações deveria ter deixado então o embaixador Michel de Seure em Portugal.

(¹) *Ibidem*, pág. 25.

(²) *Ibidem*, pág. 25.

(³) *Ibidem*, pág. 26.

(⁴) *Ibidem*, pág. 29.

(⁵) *Ibidem*, pág. 28.

II

A embaixada de Jean Nicot em Lisboa. O Visconde de Santarém, por indocumentado, não assinalou⁽¹⁾ as datas desta missão.

Refere Santarém⁽²⁾ que do embaixador Nicot um *único* documento encontrou nas suas investigações, datado de 5 de Novembro de 1559. Por sinal que fôra o documento que servira de base, aos nossos modernos escritores sebásticos, para fixarem o início das negociações matrimoniais de el-rei D. Sebastião com a princesa Margarida de Valois, em França. A verdade, porém, é que estão actualmente publicados, do embaixador Nicot, mais *nove* documentos epistolares, *anteriores* à data do invocado por Santarém, o primeiro dos quais é de 4 de Setembro de 1559⁽³⁾.

Tal qual sucedera ao epistolário de Seure, o do seu imediato sucessor em Portugal, J. Nicot, também fôra levado para a Rússia, em 1805.

Sem receio de desmentido, cabe-me a prioridade, em Portugal, da referência ao interessantíssimo epistolário de Nicot, cujo exame reputo fundamental ao estudo das negociações *iniciais* do malogrado casamento de el-rei D. Sebastião em França, porque até aqui só ao documento citado por Santarém, de 5 de Novembro de 1559, se têm reportado os nossos escritores, que daquêle assunto se occuparam, designadamente os Drs. Antero de Figueiredo e Queirós Veloso.

No «*Quadro Elementar*» não se encontram, portanto, assinaladas, as datas, nem aproximadas, do início e término da embaixada de Nicot em Portugal.

(1) Comunicação feita pelo autor, em 30 de Julho findo, na *Associação dos Arqueólogos Portugueses*.

(2) «*Quadro Elementar*», T. III, pág. 378.

(3) E. Falgairolle: «*Jean Nicot — Sa Correspondance Diplomatique Inédite*», pág. 3.

Pelo que se infere da sua correspondência oficial, recebeu Nicot instruções, sôbre a sua missão em Lisboa, em 6 de Maio de 1559; chegou a Lisboa em meados de Agôsto, depois de uma penosa e acidentada travessia pelas tórridas e calcinadas províncias espanholas; apresentara credenciais a el-rei D. Sebastião na tarde de 4 de Setembro; regressara, finalmente, a França, em meados de Outubro de 1561.⁽¹⁾

III

O embaixador Dr. Braz de Alvide — depois advogado da Infanta D. Maria em França — faleceu em Paris, não em 1555, mas em Agôsto de 1558.⁽²⁾

A Rainha de França, D. Leonor de Áustria, viúva que ficara de Francisco I, mãe da nossa celebrada Infanta D. Maria, falecera em 18 de Fevereiro de 1558.

Segundo uma cláusula contratual, imposta por Carlos V, seu irmão, ao vencido de Pavia, o dote da esposada, em França, passaria, por seu falecimento, não deixando ela outros filhos, à sua filha portuguesa, isto é, à douta Infanta D. Maria. Foram longas e laboriosas as respectivas negociações sucessórias. Fôra encarregado de pleitear em Paris a reivindicação hereditária da nossa princesa, o consumado jurista Dr. Braz de Alvide, que hâbilmente se desempenhara em outras missões anteriores em França, no tempo de el-rei D. João III. Partira o Dr. Braz para Paris *em fins de Maio de 1558*⁽³⁾. O illustre Santarém, abonando-se com um informe de Barbosa Machado, fixou a partida do Dr. Braz para Paris em 30 de Março de

(1) E. Falgairolle: *Obra citada*, págs. 4, 8, 75 e 81.

(2) E. Falgairolle: «*Le Chevalier de Seure*», pág. 28.

(3) Falgairolle: *Ibidem*.

1558 (data que atribuiu às cartas da Infanta, por êle levadas, para altas individualidades francesas), discordância cronológica de some-nos importância, possivelmente devida a êrro de revisão gráfica — Março por Maio — tanto mais que é expressa a data fixada por Seure: «...à la fin de may dernier» (1558). O cronista Barbosa viu, certamente, o transunto, pelo menos, das notas epistolares da Infanta D. Maria, porque nem de outra forma ousaria sumariá-las,⁽¹⁾ referência documental que Santarém, invocando a origem, aceitou fielmente.

Santarém deveria saber, por isso, que o Dr. Braz de Alvide havia partido, em 1558, para Paris, na qualidade de bastante procurador ou advogado da Infanta⁽²⁾.

E sabendo aquilo, lamentável foi o lapso em que havia incorrido *anteriormente*⁽³⁾ dando como falecido o Dr. Braz, em Paris, em 1555, não por mera troca do algarismo final, mas sim por distraidamente se ter estribado na *errada data moderna* e no sumário, apostos na nota diplomática do nosso embaixador em Paris, João Pereira Dantas⁽⁴⁾.

No reverso do referido documento do *Corpo Cronológico* lê-se esta cota: *Parte 1.^a — Maço 96 — Doc. 100. A 11 de Setembro de 1555*. E no respectivo *sumário*, visivelmente moderno, do século XVIII, lê-se o seguinte:

Carta de João Pereira d'Antas para ElRei / D. João 3.^o, em q' lhe dá nota dos negocios de que / foi emcarregado no Reino de França, o D.^{or} / Braz Dalvide, e da sua doença, falecimento / naquele R.^{no}, e de outras couzas q' na mes / ma declara. Escrita de Paris.

A imperícia ou descuido do arquivista anotador é transparente, porquanto:

a) — Naquela carta refere-se Dantas a S. A. e não a el-rei D. João III; b) — O Dr. Braz de Alvide era vivo em Junho de 1558, como se vê no aludido epistolário do embaixador Seure e nas «Me-

(1) Barbosa: «*Memorias d'ElRei D. Sebastião*», T. 1, p. 121 a 123.

(2) «*Q. Elem.*», T. III, pág. 362).

(3) *Ibidem*, pág. 341.

(4) *Corpo Cronológico*, P. I, M. 96, N.^o 100.

morias» de Barbosa Machado; c) — Tendo ido Braz de Alvide a Paris, para liquidar, juridicamente, a herança materna da Infanta D. Maria, como aliás nos informa, mais adiante, na sua obra, o V.^{to} de Santarém (1), é claro que o seu advogado não podia ter falecido em 1555. De facto, a carta de Pereira Dantas é datada de 11 de Setembro, não de 1555, mas de 1558, como se vê em letra do tempo, a um canto do seu reverso:

1558

Dejoam Pereira dantas
De xj desetembro
falecim^{to} de Bras dalvide
negocios da jnfante.

Posteriormente, porém, decorridos alguns anos, estando já impressa a resenha documental do terceiro tómo do «*Quadro Elementar*», apercebeu-se Santarém do lôgro em que incorrêra, fazendo fé no *sumário moderno* do documento, em que se tinha por falecido o Dr. Alvide em 1555; e então, pressuroso, aditou, em *chamada*, na Introdução do referido tómo, na página CXVI, reportando-se à carta do embaixador Dantas: «*Este officio que collocámos no anno de 1555, conforme o primeiro summario que ha 15 annos fizémos no Real Archivo, sendo agora verificado, achou-se ser do anno de 1558, como se mostra pela copia authentica que do dito Archivo temos*». Quere isto dizer: da primeira vez que viu a carta de Dantas, tomara nota apenas da *errada* data e do *errado* sumário; decorridos 15 anos, lendo a mesma carta, reparou que ela era de 1558.

Deixara assim, embora tardiamente, um defunto, em 1555, de haver ressuscitado em 1558. Pena foi que a rectificação de Santarém não tivesse aparecido, como é costume, no fim do volume, porque os rebuscadores dos *sumários* cronológicos nem sempre lêem, devidamente, os proémios dos autores, o que succedeu em uma publi-

(1) «*Q. Elem.*», T. III, pág. 362).

cação recente, de *revisão histórica* (¹), na qual é ainda citada a *errada* informação documental de Santarém, *sem a ulterior rectificação dêste*, percalço que justifica o meu reparo, no intuito de se evitarem futuros anacronismos sôbre a data da morte do Dr. Braz de Alvide e da sua derradeira missão oficial em França.

Importa notar que na deslocada rectificação de Santarém, ou antes, na mesma página, é equivocadamente atribuída a mencionada nota diplomática, de 11 de Setembro de 1558, não já ao embaixador português em Paris, João Pereira Dantas (como o declarou na secção documental, e bem), mas a Gaspar Palha, que na verdade se encontrava então em Paris, acidentalmente, para ali tratar de outros assuntos oficiais.

Conclusões:

I) — A embaixada de Honorato de Caix em Portugal terminou, não em 1558 ou 1559, como, à míngua de informes documentais, conjecturara Santarém, mas em 1 de Julho de 1557.

II) — O embaixador Michel de Seure sucedeu nesta última data a H. de Caix na embaixada francesa, situação que deixara, por sua vez, em Maio de 1559.

III) — Ao embaixador Seure sucedera Jéan Nicot, em 4 de Setembro de 1559, cuja missão findara em Outubro de 1561.

IV) — O Dr. Braz de Alvide faleceu em Paris, não em 1555, como erradamnte refere uma informação moderna de um documento do Arquivo da Torre do Tombo, data ainda invocada por um autor contemporâneo, mas sim em 31 de Agosto de 1558.

C. DA CUNHA COUTINHO

(¹) A. Pimenta: «*D. João III*», pág. 350.

NOVOS ELEMENTOS PARA O ESTUDO DA PENHA ENEOLÍTICA (GUIMARÃES)

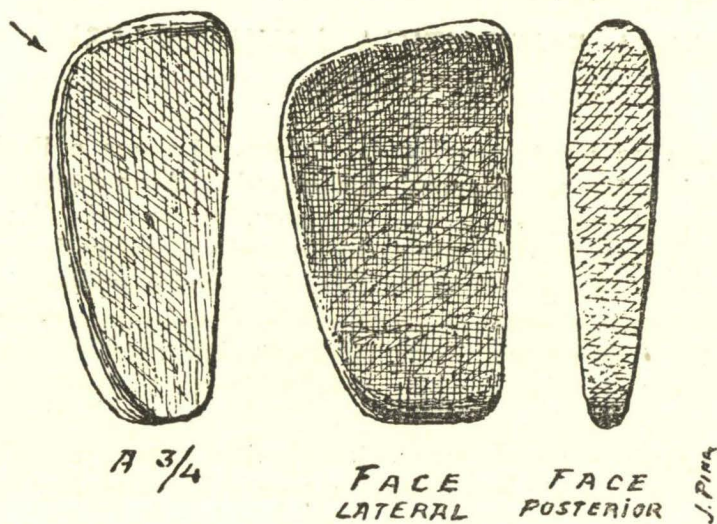
PROCURANDO prestar contas das informações que a Penha, de Guimarães, me proporcionou quando, há anos, enveredava por entre as suas inacessíveis e monstruosas rochas à procura de tesouros encantados, nada podendo então alcançar de precioso, fui encontrá-los rigorosamente defendidos pelos guilhos iriçados dum granito rijo, descarnado já pelo rodar dos séculos e avaramente guardados ainda pelo agrilhoar persistente dum agreste silvado que tenazmente embaraçava os passos à audácia que tentava profanar o seu êrmo esconderijo.

Não me julgando, de pronto, habilitado a prestar as cuidadosas informações requeridas nestes casos, quer pelo tempo já decorrido, quer pela falta de saúde a impedir-mo de fazê-lo, muito ligeiramente apresento estas simples notícias, quâsi a obliterarem-se-me da memória.

A Penha da minha devoção, situada no extremo norte da chamada serra de Santa Catarina, que se eleva entre o Vizela e a ribeira de Sêlho, a 617 metros, como altaneiro fulcro duma Pátria que lá do fundo do vale de Guimarães havia de surgir um dia; a Penha de lendas misteriosas e de mouriscas tradições, que foi covil de feras, valhacouto de quadrilheiros, eremitério de solitários ascetas e, em tempos longínquos, refúgio de povos da mais primitiva civilização, tornou-se hoje numa aprazível estância de recreio e turismo.

Os aborígenes desta privilegiada estação, ao contemplarem, há dezenas de séculos, o típico e penhascoso aspecto da montanha, coroadado pelo mais singular e fantástico cêrco de muralhas com que a natureza caprichosamente a protegeu, espalhando e sobrepondo inúmeros blocos monolíticos que assim dispostos tomavam a forma de gigantes em guarda às grutas acolhedoras que os aconchegavam; ao escutarem o murmurar da água pura com que as ninfas e as divin-

POLIDOR (TAMANHO NATURAL)



dades de Bormânico os dessedentaram da áspera secura da serra; ao divisarem, no vasto horizonte, pleno de côr e de luz, o sol a rebrilhar no poente, sôbre a orla do mar infinito, deviam ter ficado maravilhados, com certeza.

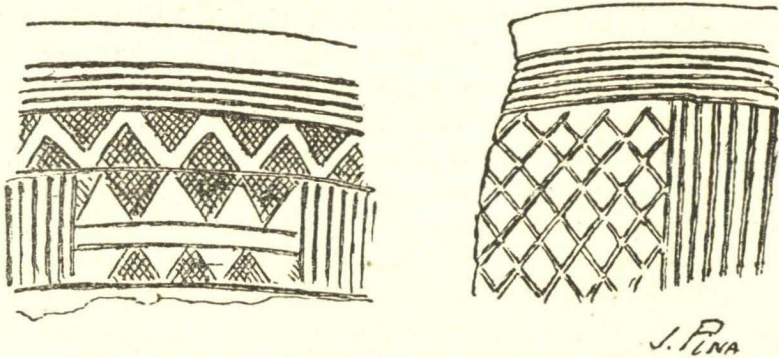
Então, suspendendo o caminhar e alcançando-se nas eminências da montanha, como antílopes, viviam confiados naquele lugar de tanto encantamento e segurança, donde, lá de cima, sem suspeitarem dos Césares invasores observavam ao norte, além de outras tribus em redor, os vizinhos citanienses de Sabroso e Briteiros.

Tudo isto já o sábio vimaranense doutor Martins Sarmiento havia acolhido e traduzido por estas palavras:

«Na Penha houve, sem dúvida nenhuma, um castro».

E, noutro ponto:

«Eu desconfio muito que os penedos, apontados como jazigos de tesouros encantados, já deram o que tinham a dar. Disse atrás que todos êles formavam grutas ou galerias; e que em tôdas elas apparecessem, em tempos, urnas funerárias e outros objectos que costumam acompanhar estas memórias sepulcrais, não me surpreenderá nada.»⁽¹⁾



Estes e outros estímulos de bairrismo despertaram no meu espírito a devoção constante de contribuir com o meu possível esforço para a completa confirmação daquelas palavras e para ela porfiei colher da montanha, então solitária, os indispensáveis e concludentes elementos.

Prosseguindo, pois, na escalada à planura superior do massiço, onde já havia prosseguido ao início do desatêrro num recinto rodeado de ciclópicos penedos de formas arredondadas, que lembravam uma construção megalítica, destinada, provavelmente, a necro-

⁽¹⁾ Martins Sarmiento. *Dispersos* (publicação da Sociedade de Martins Sarmiento).

tério, pelos trabalhadores foi chamada a minha atenção para uns cacos escuros e bastante grosseiros que surgiam quasi à superficie entre as terras movidas, de mistura com variados objectos líticos, ídolos, símbolos estelares, facas, pontas, mós, etc., e, assim ficaram resolvidas as desconfianças de Martins Sarmento.(¹)

Intensificados os trabalhos, outros fragmentos de cerâmica grosseira, rude, mas exuberantemente ornamentada, eram encontrados dispersos, assim como pedaços de barro em pasta, pertencente aos caniços das tapagens das grutas onde outras colheitas se fizeram também.

Todo êste património está presente nos museus da benemérita Sociedade Martins Sarmento de Guimarães.

Entre os objectos encontrados destacarei, pela forma, pela espessura e pelo rajado do granito, uma delgada e curiosa lasca, peça de ferramenta de hábil oleiro desconhecedor da roda, dos moldes dos esmaltes e de outros artificios que valorizassem as aptidões do artista, para satisfação das suas necessidades estéticas e da grei.

Essa pequenina peça, de faces lisas e arestas boleadas, em forma de trapézio, adapta-se perfeitamente aos sulcos dos desenhos incisos da cerâmica das urnas eneolíticas da Penha, e que, pela fricção, seria empregada para brunir as superficies lisas e o gravado rectilíneo da urnamentação dêsses vasos.

E, assim, julgo ter encontrado qualquer coisa de útil para o fabrico manual da olaria nos prelúdios da civilização no ocidente da península.

JOSÉ LUIZ DE PINA

(¹) José Luiz de Pina — *A Penha eneolítica*. Revista de Guimarães, volume 38. 1928. Página 135.

IRMANDADE MILITAR DE NOSSA SENHORA DO CARMO DA PRAÇA DE VALENÇA DO MINHO

A TÉ agora apenas lográmos obter o original do compromisso ou estatutos de uma confraria ou irmandade militar, fundada no século XVIII, de que nos vamos ocupar no presente artigo, não tendo, porém, conseguido encontrar quaisquer outros documentos officiais a respeito da criação de tais instituições.

A mais antiga notícia, que, sôbre êste assunto, alcançamos,⁽¹⁾ encontra-se nas *Ordenanças militares de 1643*, elaboradas pelos Conselhos de Guerra e de Estado.⁽²⁾

Eis a respectiva transcrição:

«Nas capellas (e confrarias) da cavallaria, artelharia, e terços, hade haver sempre hum Juíz, hum escrevão e hum Tezoureiro, e tres mordomos com livro de receita e despeza numerados e rubricados pello Ouvidor do d.º terço para clareza e conta do q̃. acresser e se for gastando, hade haver inventario em livro particular de tudo o

(1) Devido à obsequiosa indicação do nosso ilustre consócio sr. Gastão de Matos, conhecido escritor militar.

(2) Publicadas, pela primeira vez, no volume III das *Provas da História do Exército Portuquez*, de Cristóvão Aires, distinto escritor militar. Vide páginas 116-117.

que ouver e for havendo, pertencente a d.^a capella e tambem hade haver livro separado, em que se declare cada hum dos Officiaes e soldados que morrem em mão dos inimigos ou de doenças, e o dia em que foram enterrados, e se deixarão testamento ou se morrerão sem elle e os capellains e ouvidores darão conta ao Mestre de Campo que fara cumprir os testamentos dos defuntos a seus testam.^{tos} e tudo (o) do q̃. testarem se hade logo inventariar, e vender em prassa publica, a cuja venda hade assistir o sargento mor do terço o Capitam do defunto, e ouvidor e Capellam mor, para q̃. sem dellacam se cumpra a vontade do testador.

«Morrendo sem testam.^{to} se fará a mesma delegencia entregandosse o q̃. proceder do que se achar depois de pagas as dividas, em mãos de pessoas seguras e abonadas, com q̃. logo se destrebua a quinta parte pella sua alma, e o mais fique a seu herdeiros e constando q̃. os não haja se continue contudo por elle em missas, o q̃. se hade ezeccutar p.^{lo} dito capellam mor, e ouvidor com aprovação do Mestre de Campo e Ouvidor Geraes com asestencia dos administradores geraes que tomarão todos os annos conta do comprim.^{to} dos tais testam.^{tos} e gastos e despezas das capellas e tais confrarias.»

As referidas ordenanças foram comentadas e criticadas pelo célebre militar Joane Mendes de Vasconcelos.

O parágrafo reproduzido mereceu-lhe as seguintes observações:

«Resposta — Tudo esta advertido neste titulo como convem mas porq̃. conthenua sempre com os terços, me pairesse q̃. se devia juntam.^{to} declarar coaes são os officiais de Cavallaria, e artelharia, q̃. ham de assistir cõ os das suas capellas, e p.^{to} q̃. tudo se hade mandar q̃. entreduzam o dar a forma em q̃. se hade fazer declarando o q̃. se hade tirar em cada pagam.^{to} p.^a o gasto dellas.»

No tómo 2.^o do curioso livro de Bento Gomes Coelho, *Milicia pratica e manejo da infantaria*, publicado em Lisboa, em 1740, (1) há, a páginas 82-85, do capítulo VI *Da obrigação, que o sujeito que exercer o posto de sargento mayor de Infantaria tem no seu Regimento, assim nas Praças, como em Campanha: partes, e condiçoens que*

(1) Foi-nos indicado pelo nosso amigo o capitão-capelão sr. Ernesto Pereira Sales, illustre investigador.

deve ter, referência, no título 62, à organização e funcionamento das confrarias.

Assim ali se alude à espórtula com que, em todos os regimentos, se concorre para a festividade de Nossa Senhora ou Santo padroeiro e para os enterros e sufrágios pelas almas dos oficiais e soldados que morrem e se refere à existência dos respectivos compromissos.

Diz, ainda, que o sargento-mor deve verificar as despesas que se fizerem com aqueles encargos e, também, obrigar a todos a contribuírem com a sua esmola para a confraria.

Temos conhecimento das seguintes irmandades militares: de Santo António, do Regimento de Infantaria de Lagos, depois n.º 2, com estatutos aprovados em 1702 e reformados em 1736; do Senhor Jesus dos Quarteis, do Regimento de Infantaria n.º 9, Viana do Castelo; de S. Roque, do Regimento de Infantaria de Faro, depois n.º 4, cuja existência é anterior a 1762; de N. S. da Conceição, do Regimento de Infantaria n.º 22, Leiria, com compromisso datado de 1 de Março de 1821; de N. S. do Carmo, do Regimento de Cavalaria de Moura, depois n.º 2; de N. S. do Rosário, do Regimento de Infantaria de Chaves; de N. S. da Conceição e Almas, dos Militares da Guarnição do Pôrto, fundada em 1720 e com estatutos; de N. S. da Vitória, dos veteranos da 3.ª companhia de Cascais; de Santa Bárbara, do Regimento de Artilharia de Elvas, e dos artilheiros da guarnição da Madeira, constituída em 1765; de N. S. da Saúde e S. Sebastião, do Regimento de Artilharia da Côrte, depois n.º 1; de S. Sebastião, dos militares de Viana, criada antes de 1767 e de N. S. do Carmo, do Regimento de Infantaria de Valença, depois n.º 21.⁽¹⁾

É esta última que será o objecto dêste artigo.

Deve-se a criação desta Irmandade à devoção do coronel comandante do Regimento de Infantaria da Praça de Valença, D. João de Sousa, como consta do alvará da sua aprovação.

(¹) Num artigo que, sob o título *Padroeiros dos regimentos, confrarias e irmandades militares (Apontamentos históricos)*, que começou a sair na revista *Portucale* (n.ºs 51 e 52, de 1936), tratamos, mais desenvolvidamente, destas diversas irmandades.

Foi, de princípio, destinada exclusivamente aos militares dêste regimento, como se lê no capítulo primeiro dos seus estatutos: (1)

«Como esta Irmandade he só instituída para os Militares do Regimento de Valença, e para q̃. se conserve com mayor aumento, e união: Ordenamos que não seja admittida nesta Santa Irmandade pessoa algũa de qualquer qualidade, estado, ou condição, sem ser do mesmo Regimento; e poderão ser ademettidos por Irmãos, os Agregados, e Reformados que estiverem incorporados ao Regimento, como tambem o Governador, Major, e Ajudante da Praça.»

Examinemos agora os restantes artigos dêstes estatutos.

Conforme o capítulo 2.º, *De como hade ser a paga dos annaes*, os annaes ou quota a pagar pelos irmãos e suas espôsas seria de 120 réis por ano.

O capítulo 3.º, *Do que se hade observar com os Irmãos que sahirem do Regimento*, prescreve que os irmãos que sejam transferidos de provincia ou regimento, ou excusos do serviço, continuarão pagando as suas quotas e que os que deixarem de as satisfazer, durante três annos, não terão direito aos sufrágios.

O capítulo 4.º trata da forma das Opas, que devem ser da côr do hábito de N. S. do Carmo.

No domingo seguinte ao dia de N. S. do Carmo celebrar-se-á a festa da mesma Senhora, estabelece o capítulo 5.º.

No capítulo 6.º, *De como se hade fazer a eleição dos officiaes da Meza*, se determina a forma da eleição dos membros que compunham a meza da irmandade: Juíz, escrivão, tesoureiro, procuradores (dois), zeladores (dois), e mordomos (seis).

Esta eleição seria feita na véspera do dia da festa e o seu resultado anunciado, do púlpito, pelo padre prégador neste dia.

A despesa proveniente da realização das festas da Padroeira (no seu dia e na véspera) caberia uma parte aos officiaes da mesa e duas

(1) O original dêstes estatutos ou compromisso pertence, actualmente, ao Arquivo Histórico Militar por amável oferta do sr. Guilherme Guerra, que, igualmente, o enriqueceu com o curioso folheto *Nossa Senhora do Carmo Padroeira Militar de Valença*, por Carlos Alberto de Magalhães Marques da Costa, Pôrto, 1902, que utilizamos, com proveito, neste trabalho.



*Imagem de N. S. do Carmo, Pa-
droeira Militar da Guarnição
da Praça de Valença*

ao cofre. Aquela seria ainda dividida em três partes, cabendo duas aos officiaes da mesa exceptuando o juiz e o escrivão, a quem caberia a parte restante, da qual pertenceriam dois terços ao juiz e o terço restante ao escrivão.

Os sufrágios pelos irmãos seriam effectuados, na igreja da irmandade, no dia 3 de cada mês de Novembro, rezando-se um officio de 12 padres, precedido de uma missa pelos irmãos defuntos.

Os capitulos 9.º, 10.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º e 16.º estabelecem, respectivamente, as obrigações e deveres do juiz, escrivão, tesoureiro, procuradores, zeladores, capelão e irmãos em geral.

O capítulo 11.º determina que, nos saimentos da irmandade, seja o escrivão quem leve a cruz, quando está presente o juiz; na ausência dêste o tesoureiro; na falta dêste o procurador, o mordomo ou o irmão mais graduado.

Serão aspados ou riscados os irmãos que, em acto público da irmandade, tiverem disputas entre si.

O dinheiro da irmandade ficaria nas mãos do tesoureiro, que teria um livro de receita e despesa.

A irmandade acompanharia os seus irmãos defuntos e, por êles, mandaria dizer vinte missas, sendo uma de corpo presente.

Também a irmandade acompanharia os préstitos fúnebres de todos os militares da guarnição da Praça, qualquer que fôsse a sua graduação, que nela falecessem.

Finalmente, no último capítulo, o 22.º, se estabelece a forma como se hão-de fazer as alterações nos estatutos.

Estes estatutos foram aprovados por alvará de el-rei D. José, datado de 12 de Janeiro de 1767, que é do teor seguinte:

«Dom Jozé por Graça de Deus Rey de Portugal, dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa Snr. da Guiné &.^a Faço Saber que Dom João de Souza, coronel do Regimento de Infantaria da Praça de Vallença do Minho, com os officiaes, e soldados do mesmo Regimento, me representarão por sua petição, que para melhor se instruirem no exercicio das vertudes, conservarem o catholico zelo do Amor de Deos, e serem favorecidos, com os copiosos auxilios, com que o mesmo Senhor costuma fortelizar, áqueles, que ancioza, e devotamente o buscão, não só no particular do seu bem espirital,

e temporal; mas tambem nas emprezas militares, quando se lhes offerecem as occazioens dellas: tomarão por sua Patrona, e defensora a Virgem Nossa Senhora do Carmo, e lhes erigiram huma Irmandade na Capella do Bom Jezus, sitta no terreiro da obra croada da dita Praça; cujo dominio, por ser do Cabbido da Insigne collegiada de Santo Estevão da mesina, lho cedera, e transferira, todo o que nella tenha, pelo contracto celebrado na Escriptura, que me appresentarão: e que para o governo da dita Irmandade, compozirão os Estatutos, que tam bem me appresentarão; e porque dezejavão effectuar tão santo, e louvavel intento, tendo por seu conservador geral ao Auditor do dito Regimento, que de presente hera, e aos mais, que ao diante forem: Merce, que já Eu, concedera aos militares da villa de Vianna, na creação da Irmandade do Martir São Sebastião. Pedindo-me lhe fizesse merce approvar os ditos Estatutos, e que sejam conservadores da referida Irmandade o Auditor, que de presente hera, e os que lhe succederem, e que tambem tomasse debaixo da minha Real, e Immediata Protecção a mesma Irmandade, para gozar dos Previlégios e isenções, que gosão as mais, que assim o são. E visto seu requerimento, e reposta do Procurador da minha Real Coroa, a quem delle, e do declarado comprehisso escripto neste mesmo Livro em vinte e dous Capitulos desde folhas huma, em que principião, em the folhas treze, em que finalizão, e antecedente, a em que principia esta Provisão, se deu vista. Hey por bem fazer merce aos Supp.^{es} de lhes confirmar, como com effeito confirmo, e hey por confirmado os mencionados Estatutos declarados nos referidos vinte e dous Capitulos deste Comprehisso, e da maneira, que em elles se contem, e declara: que da Irmandade, de que tractão seja conservador, o seu presente Auditor, e os que de futuro lhe succederem; e de tomar a mesma Irmandade debaixo da minha Real, e Immediata Protecção, para que goze das izenções, previlegios, e regalias, que gosão, as que assim o são tudo na forma, que os Supp.^{es} me pedem; com declaração porem, que accetando a predita Irmandade legados, de que deva dar contas, o farão os Admenistradores, perante as Justiças a que tocarem as mesmas contas. Cumprindo-se esta Provisão, como nella se contem, que valerá posto que seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação do

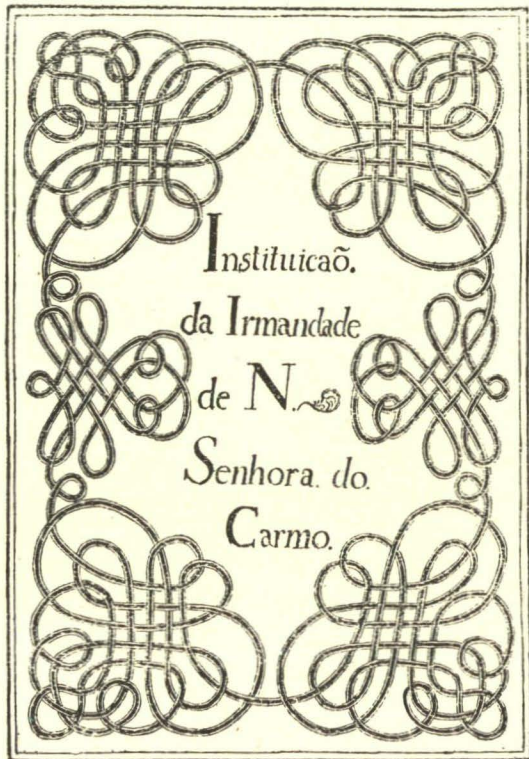
Livro Segundo n.º quarenta em contrario. E pagarão de novos direitos quatro centos reis, que se carregarão ao Thesoureiro delles no Livro quinto de sua receita a f. 68, e se registou o conhecimento em forma no Livro decimo nono do Registo Geral a f. 173. El Rey N. S.^r o mandou por Seu especial mandado de trinta de Dezembro do anno proximo passado, tomado em Consulta do Dez.º do Paço de dez de Mayo do mesmo anno pelos Menistros abaixo assignados do seu Conselho, e seus Dez.^{es} do Paço. João da Costa e Souza o fez em Lx.^a a doze de Janeiro de mil sette centos sessenta e sette annos. De feitio desta quatro centos e oitenta reis, e de assignatura della oito centos reis. *Antonio P.º Virgollino a fes escrever.* (a) *Ant.º Joseph de Affon.ª Lemos — Pedro Viegas de Novais — Pedro Glz. Cordeyro Per.ª.* P. onze mil duzentos rs. e aos officiaes mil e oitenta rs. Lix.^a 28 de Fevereiro de 1767. a) *Dom Seb.^{am} Mald.º* A f. 88 do L.º 5.º da receita dos novos dereitos fica carregados ao Thez.º delles honze mil e duzentos rs. que se achou mais dever das mr.^{es} declaradas nesta Provisão. Lx.^a 28 de Fev.º de 1767. (a) *Antonio Joze de Moura — Fran.º da Costa Coelho.* A f. 236 do L.º 19.º do reg.^{to} g.^{al} dos Novos direitos fica reg.^{do} este conhecimento Lix.^a 28 de Fevr.º de 1767. (a) *Corr.ª de Moura.* Reg.^{do} na Chanc.^{ria} mór da Corte, e R.^{no} no L.º de off.^{os} e m.^{es} a f. 237. Lix.^a 28 de Fev.º de 1767. (a) *Jeronimo Jozé Corr.ª de Moura*».

Do folheto, já mencionado em nota, transcrevemos alguns periodos relativos à capela, em que se venerava a imagem de N. S. do Carmo, sob cuja égide funcionava a irmandade militar, de que nos occupamos.

«Dentro dos muros de Valença existe uma capela militar denominada do Bom Jesus, cuja fundação se julga coeva da fortificação da praça.

«A capella pertencia desde 1700 á collegiada de Santo Estevão e n'ella se encontrava, entre outras, uma pequena imagem da Nossa Senhora do Carmo. O elemento militar tinha por Ella uma singular devoção; a fama dos seus milagres estendia-se bem longe e assim era já n'essa epocha considerada como a sua santa e desvellada Protectora.

«Guarnecia a praça o antigo regimento de infantaria de Va-



Frontispício do Compromisso da Irmandade de N. S. do Carmo do Regimento de Infantaria de Valença (1767)

lença, que tomára a seu cargo o culto especial da imagem da Virgem, venerando-a com os fracos recursos de que podia dispôr».

Esta imagem, como, igualmente, succedeu a outras, entre elas, que saibamos, as de Santo António, do Regimento de Infantaria de Cascais, depois n.º 19 e do Regimento de Infantaria de Lagos, depois n.º 2, acompanhou, durante a Guerra Peninsular, o Regimento de Infantaria de Valença, depois n.º 21, inculcando aos seus componentes o brio e o valor necessários para se defrontarem, durante quatro anos, com as hostes napoleónicas.

Quando em 16 de Agosto de 1814, terminada aquella guerra, o regimento voltou ao seu quartel de Valença, celebrou-se uma sumptuosa festividade na Capela do Bom Jesus, que terminou com uma procissão, em que figurou a imagem de N. S. do Carmo (¹).

Escreve o autor do citado folheto: «Por muitos annos o culto pela imagem da Senhora do Carmo se conservou vivo e intenso e o seu anniversário era festejado com desusada pompa; e esse culto tão extraordinario era que muitos dos heroicos soldados da guerra da Peninsula lhe legaram as suas condecorações, algumas das quais ainda hoje adornam a veneranda imagem.

«Mas o tempo, que tudo apaga, foi rareando as fileiras dos valentes legionarios e com elle se foi apagando tambem a devoção pela milagrosa Virgem».

Pela saída de Valença, em 1878, do regimento, ficou a administração desta irmandade a cargo do govêrno da praça.

Em 1842 veio guarnecê-la o Batalhão de Caçadores n.º 7 que da mesma se encarregou.

(¹) Reproduzimo-la segundo uma fotografia que, amavelmente, foi offerta, ao Arquivo Histórico Militar, pelo sr. Guilherme Guerra.

Esta imagem ostenta três condecorações: a Cruz de Condecoração da Guerra Peninsular, com o n.º 4; a medalha espanhola da Batalha de Vitória e a da Divisão Auxiliar à Espanha, que, em testamento, lhe foram doadas pelo marechal de campo reformado Joaquim Pereira de Eço.

A sua comenda da Ordem de S. Bento de Aviz foi, pelo mesmo illustre official, legada, no referido testamento, à Imagem de N. S. de Faro, cuja capelinha se ergue no Monte dêste nome, a cavaleiro da Praça de Valença.

Três anos depois estava em decadência sob o domínio do governador da praça.

Em 14 de Dezembro de 1847, segundo documento, guardado no A. H. M., o Visconde de Campanhã, marechal de campo graduado e quartel mestre general, em officio, dirigido ao comandante da 4.^a divisão militar, formulou os seguintes quesitos acêrca desta irmandade:

«1.º Quantos irmãos velhos existem na Praça de Valença e suas graduações para se conhecer se poderiam provizoriamente tomar conta da administração da Irmandade.

«2.º Declarar se estes irmãos velhos contribuem com alguma quota mensal, ou annual para as despezas da Irmandade, e qual era esta quota relativamente às praças dos Corpos que têm ali tido quartel permanente.

«3.º Quais são os proventos, que segundo os estatutos resultão aos irmãos ou às suas familias (alem das missas mencionadas nos legados) por exemplo fazer a Irmandade o enterro dos irmãos, de sua mulher, filhos &c.».

Durou êste estado de decadência até ao ano de 1902, em que a antiga irmandade estava reduzida a seis veteranos.

Foi neste ano que o então governador militar da Praça de Valença, o tenente-coronel de infantaria Izidoro de Magalhães Marques da Costa, procurou levantá-la do estado de abandono em que se encontrava.

«Com o esforço da sua vontade e a cooperação dos seus distinctos officiaes, intenta levantar o culto d'esta imagem, restaurando a capella, reformando os estatutos da irmandade, e angariando donativos que façam refulgir essa recordação histórica em todo o seu antigo esplendor», escreve o autor do citado folheto, irmão do referido official.

Foi por esta época que, nos estatutos da irmandade, se introduziu um artigo novo, o 23.º, assim concebido:

«*Da admissão de novos irmãos e suffragios a fazer-se no mez de Novembro de cada ano.*

«A meza desta irmandade, a que se refere a acta n.º 1 de 18 de Maio de 1902, resolveu por unanimidade em virtude do que dispõe

o capítulo 22 destes estatutos, alterar e modificar o modo que vem estabelecer em relação á admissão de novos irmãos, que podem ser todos os officiaes do exercito e suas familias, e bem assim aos suffragios a fazer-se unicamente no dia immediato ao da commemoração dos fieis defuntos, em Novembro de cada anno, constando de officio composto de doze padres e no fim deste missa cantada».

Foi da iniciativa do mesmo official a celebração de uma festividade, em 28 de Setembro de 1902, anniversário dos reis D. Carlos e D. Amélia, juizes honorários e perpétuos da Irmandade de N. S. do Carmo, em honra da mesma Senhora.

Nessa festividade proferiu o cônego Bernardo Chouzal, illustre orador sagrado, um patriótico discurso (1), em que, eloquentemente, faz o elogio do Exército Português, ao qual, do alto da tribuna, saudou com um bravo entusiástico.

Dêste discurso extratamos um período em que se louva a acção do governador no ressurgimento do culto da Padroeira da Guarnição da Praça de Valença: «Fazer, pois ressurgir este culto pela Virgem do Carmo é um acto de justiça que nobilita os seus iniciadores e um penhor de esperança para o futuro d'esta praça de guerra...»

Durante a festividade e no percurso da procissão que, então se realizou, um grupo de senhoras cantou o hino da Senhora do Carmo, cuja letra (2) era de Carlos Alberto de Magalhães Marques da Costa, autor do folheto a que já nos referimos, e cuja música era do maestro português António Duarte Argar, que, durante muitos anos, regeu a banda de Caçadores n.º 7.

Aquí archivamos a letra dêsse hino:

(1) *Discurso recitado na festa solemnissima da Virgem do Carmo Padroeira Militar da Guarnição da Praça de Valença no dia 28 de Setembro de 1902*, Porto, Officinas d'O Commercio do Porto, 108, Rua do «Commercio do Porto», 112, 1902, in-4.º gr. de 24 s.n. - 17 páginas.

Também devemos ao sr. Guilherme Guerra o conhecimento e a oferta dêste interessante opúsculo ao Arquivo Histórico Militar.

(2) Ao sr. Guilherme Guerra agradecemos o conhecimento desta letra.

I

Senhora cheia de unção
Virgem do Carmo Bem dita,
Inundai-me o coração
Da vossa graça infinita.

Côro

Salvé! Salvé! Virgem bela
Divina e casta Senhora
Nosso guia, nossa estrela,
Nossa Santa Protectora.

II

Mãe sublime, Mãe piedosa,
Aos vossos filhos na guerra
Ajudaste, carinhosa,
A defender sua terra.

Côro

Salvé! Salvé! Virgem bela...

III

Na luta, cheia de glória
Contra o feroz invasôr,
Foste o Anjo protector
Que nos levaste á vitória.

Côro

Salvé! Salvé! Virgem bela...

A-pesar dos esforços do tenente-coronel Marques da Costa a Irmandade não floresceu.

As festas da Padroeira nunca mais tiveram a imponência da que se realizou em 1902, limitando-se, nalguns anos posteriores, a um simples missa.

«Emquanto viveu o major reformado José Antonio da Silva, que, por muitos anos, comandou a 1.^a Companhia de Reformados, ainda se viam 2 ou 4 irmãos, praças reformadas, envergando as suas opas, em acompanhamentos de algum funeral, porque aquele major tinha o culto da Virgem...» (¹).

Depois da proclamação da República desapareceram tôdas estas tradições. Apenas se salvaram os Estatutos da Irmandade, de cujo frontispício damos a reprodução. Das joias e outras ofertas votivas, que pertenceram á Imagem e que estiveram sempre guardadas num dos cofres do govêrno da Praça, ignora-se o destino.

O altar de campanha, que acompanhou a Imagem durante a Guerra Peninsular, desapareceu também...

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

(¹) São de uma carta que, em 28 de Agôsto do corrente, nos dirigiu o sr. Guilherme Guerra as informações contidas nesta transcrição e nos períodos seguintes.

A ESTAÇÃO ASTURIENSE DO RODANHO

QUANDO, em 1914, o Conde de la Vega del Sella, descobriu a indústria a que poz o nome de *asturiense*, e verificou a sua vastíssima extensão nas costas cantábricas, previu a possibilidade de se encontrarem estações dessa cultura nas costas galaico-portuguesas.

Mais tarde, o ilustre arqueólogo sr. Padre Eugénio Jalhay descobre e estuda a estação asturiense de *La-Guardia*, na Galiza, fronteira a Portugal e renova, com insistência, se não a certeza, a hipótese da continuidade, pela costa minhota, daquela indústria (*A estação asturiense de La-Guardia-Galiza-1928*).

Nêsse mesmo ano de 1928, o nosso saudável amigo, sr. Engenheiro Rui de Serpa Pinto, malgrado geólogo e arqueólogo cuja morte prematura veio impedir continuasse a trabalhar em prol da cultura, com o brilho e vigor que o caracterizaram, descobre em Portugal o primeiro núcleo de estações asturienses (*Moledo-Âncora-Afife*), estabelecendo a ligação com as estações galegas, e publica sôbre as suas descobertas um notável e importante estudo (*O Asturiense em Portugal — 1928*).

Ainda nêsse mesmo ano o infatigável estudioso, sr. Professor Abel Viana localiza um segundo núcleo de estações (*Areosa-Viana do Castelo*), ao norte da foz do rio Lima, de que deu o respectivo relato num belo e proficiente trabalho (*Estação Asturiense de Areo-*

sa-Viana do Castelo-1929), cabendo-lhe o mérito de fazer baixar para o Sul a área do asturiense.

A solução de continuidade entre as estações de *Afife* e *Areosa* foi preenchida pelas investigações do estrénuo trabalhador que é o sr. tenente Afonso do Paço, que, neste trôço, da costa, encontrou a estação asturiense de *Carreço*, com a qual completou a ligação das estações asturienses da costa de Entre-Minho-e-Lima, e sôbre a qual publicou notáveis monografias (*Estação Paleolítica de Carreço-1929*; *Estação Asturiense de Carreço-1930*).

Não nos detemos, neste momento, em referir algumas estações descobertas no interior, que se supõem relacionadas com o asturiense e cujo material tem dado lugar ao estabelecimento de hipóteses e controvérsias; não está na índole dêste trabalho fazer a síntese e crítica do asturiense.

Mais tarde, Serpa Pinto escrevia que a indústria ancorense — assim chamava aos instrumentos asturienses do tipo dos que encontrara em Âncora — se deveria estender pelo menos até ao Pôrto (*Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima-1932*).

Com tão valiosos elementos indicando o caminho a seguir, não era difícil, para ninguém, continuar as investigações no sentido de encontrar e localizar, tanto quanto possível, mais elementos para a zona do asturiense em Portugal, nomeadamente, no trôço costeiro do Lima ao Pôrto. Foi o que fizemos. Em Agosto de 1932, durante umas curtas horas que passámos em Viana do Castelo, aproveitámos o ensejo para, num passeio rápido à *Praia Sul*, na Costa de entre Lima e Neiva, procurar indícios do prolongamento da indústria asturiense costeira naquele local. De facto, conseguimos dar o primeiro passo na continuidade da referida indústria ao sul do rio Lima, pelo descobrimento da estação asturiense do *Rodanho*, repartida pelas freguezias de Darque e Anha do concelho de Viana do Castelo.

Pouco material aí colhemos: pretendíamos, sòmente, verificar a possível existência do asturiense naquele local, e não uma investigação em regra, para a qual não tínhamos, nem tempo, nem material para pesquisas metódicas, nem, sequer, a autorização legal;

todavia, o material arqueológico encontrado e trazido é bastante característico, o que vem dar uma notável importância à estação do *Rodanho*.

SITUAÇÃO

A foz do rio Lima é constituída por um gôlfo limânico cuja maior amplitude, perpendicular ao sentido da corrente, se encontra, mais ou menos, em frente a Portuzelo, e que se estreita para ocidente, formando o canal da barra, desde a ponte de Viana até o mar. A partir de dois terços de distância da ponte ao mar, a margem esquerda inflete-se para noroeste, formando uma ponta, o Cabedêlo, que estreita a foz, pela aproximação em que fica da margem direita.

A essa inflexão da margem esquerda do Lima, corresponde idêntica inflexão da costa, que se apresenta como uma reentrância, pequena baía de forma circular; a corda dêsse arco de círculo terá um quilómetro e a sua flexa talvez cento e cinqüenta metros. No prolongamento desta flexa, a uns trinta metros para o interior, encontramos o campo do *Rodanho*, atrás dumas dunas ou *fieiros*, que se elevam como muralha entre a praia e os terrenos do interior, já revestidos de vegetação.

É uma pequena veiga, na orla ocidental dum pinheiral, cortada por um regato que nasce perto da estrada, na *Fonte do Campo das Galegas*, e que, perto do mar, se infiltra na areia; perto da praia as ervas tornam-se mais raras, cobertas pelas areias das dunas, e vão desaparecendo progressivamente, mostrando, antes de se iniciar o declive da praia própria dita, um terraço arenoso, onde se notam alguns afloramentos de granito. A praia, cujo início é no Cabedêlo e que acompanha, na largura da sua faixa, o arco de círculo acima referido, ergue-se em ligeiro declive até aos medos ou fieiros, que, no local do *Rodanho*, são interrompidos e substituídos, como fica dito, por um terraço arenoso, que penetra um pouco para o interior, o que supomos ser devido à acção erosiva do regato,

que desfez a formação orográfica, de origem eólica, para abrir caminho até ao mar, que todavia, não chega a atingir.

Este terraço é formado por areia fina, enquanto a areia da praia é grossa, ainda pouco trabalhada pela acção das ondas.

Para o interior fica, como já dissemos, a região arável, abrigada a norte por um môro que a protege dos ventos do norte, e no sopé oriental do qual se espraia a risonha vila de Darque.

Tôda esta região apresenta vestígios pré e proto-históricos e ainda lhe emprestam uma importância folclórica, assaz grande, algumas lendas.

NÓTULAS GEOLÓGICAS

Tôda a região minhota é dominada pelo granito proveniente duma erupção no paleozóico e sôbre o qual mais tarde se dispõem outras formações geológicas.

No litoral minhoto encontra-se, segundo a carta geológica, imediatamente a seguir ao paleozóico (granito), uma série de formações do terceário lacustre (plio-pleistocénico), recoberta, por vezes, por aluviões quartenárias.

Nas margens do rio Lima, no referido golfo limânico, notam-se depósitos destas duas últimas eras; a margem esquerda do canal da barra é formada por terrenos do terceário lacustre, excepto no Cabedêlo, onde a deposição das aluviões do rio forma um estrato recente. Na costa, imediatamente ao sul do Cabedêlo, encontramos a praia, de formação recente, como prova a natureza de suas areias, e a zona de terra vegetal, onde se encontra o terraço de areias finas do *Rodanho*, que a carta geológica aponta como sendo do terceário lacustre. É evidente que o terraço foi coberto, posteriormente, por areias impelidas pelo vento, que obstruíram a foz do regato, o qual, impotente para as arrastar para o mar desobstruindo o caminho, se infiltra por elas. Todavia, nos afloramentos graníticos que se encontram no Rodanho, há vestígios da acção do mar.

A existência de calhaus rolados, em abundância, e duma camada de areia mais grossa sôbre a areia fina, e, ainda, a ausência

de terra negra vegetal, fazem-nos supor, conjuntamente com os vestígios da acção do mar sobre os afloramentos graníticos, que o terraço do Rodanho é uma praia levantada por movimentos epirogénicos ascendentes.

Se no local fôsse encontrado um concheiro não lhe atribuiríamos o carácter de praia levantada, como se dá com a estação encontrada em *La Guardia*, onde, no depósito de conchas se encontram instrumentos asturienses; mas a ausência de *Kjoekkenmoeddingen*, e o facto de ter sido exactamente no terraço que foram encontrados os instrumentos desta estação, junto dos afloramentos rochosos, confirma, pelo que se sabe do asturiense, a hipótese de se tratar duma praia levantada. É de notar que admitimos um movimento ascensional na região ao sul da baía de Vigo, que consideramos lábio duma fractura que determina o paralelismo do rio Minho ao Lima, entre Melgaço e Valença; todavia, o facto de se encontrar em Áncora, Carreço e Areosa, algum material asturiense entre a penedia ou a praia batida pelo mar e até debaixo de água, nas marés baixas, faz supor que a costa teve, naquela zona, um movimento descensional ou negativo, embora de pouca amplitude; o achado dêste terraço, que reputamos praia levantada, leva-nos a admitir uma série de fracturas na costa do Minho, que se articula como um teclado. Já Serpa Pinto chamara a atenção dos geólogos para a necessidade do estudo metódico da costa minhota (*Notas*, etc.), a fim de se poder determinar o sincronismo entre os depósitos fluviais e marinhos e as indústrias pré-históricas.

No presente momento o terraço do *Rodanho* encontra-se a uma altitude de cerca de seis metros, e afastado do mar cerca de trinta metros, distância que é preenchida pela praia, que desce em lento declive até ao mar.

TIPO DE ESTAÇÃO

Os primeiros achados asturienses encontram-se em concheiros, à entrada das grutas que haviam servido de abrigo ao homem paleolítico.

Mas fora das Astúrias, na região do Noroeste da Península, onde domina o granito, ou as rochas arcáicas, não se encontram grutas que tenham podido servir para habitação do homem, nos primeiros tempos da sua vida conhecida; e, conseqüentemente, os elementos da cultura asturiense são encontrados em estações ao ar livre.

Estas estações, actualmente, são constituídas: ou por camadas de quartzites roladas, chamadas seixos, quasi sempre entre penedias do litoral, batidas pelo mar ou, pelo menos, atingidas pelas marés vivas; ou por camadas de seixos situados a pequena profundidade, cobertos por aluviões modernas de areia, e, por vezes até, cobertas por terra de mato, por vezes sôbre terra negra, de origem vegetal, sem calhaus rolados.

Em qualquer dos casos são as quartzites, os seixos ou calhaus rolados, o material para fabrico dos instrumentos líticos.

O facto de se encontrarem instrumentos asturienses entre a penedia batida pelo mar indica que o homem daqueles tempos, ali mesmo, com os seixos, fabricava o instrumento de que carecia, se utilizava dêle e, depois, o abandonava, pois a abundância de matéria prima o dispensava de guardar tais utensílios para outras ocasiões. Ora, os que se encontram recobertos por aluviões de areias ou de terras de mato, já um pouco no interior, permitem-nos supor alterações na topografia primitiva do local, devidas ao alteamento dos terrenos, ocasionados por movimentos epirogênicos ascendentes, como já dissemos.

A estação asturiense do *Rodanho* pertence ao segundo tipo das estações galaico-portuguesas: os instrumentos foram encontrados no terraço, cobertos por uma pequena camada de areia fina, a pequena profundidade, entre calhaus rolados, perto de rochas graníticas que ali afloram. Todavia, na parte inferior da jazida, não encontramos terra negra, nem outros elementos de estratigrafia, que talvez existam, mas cuja verificação exacta nos foi impossível fazer pelos motivos expostos.

Foram os regos abertos na areia fina da superfície do terraço pelas torrentes e águas livres vindas do interior, que puseram à mostra, entre os seixos rolados, os instrumentos que permitiram localizar mais esta estação asturiense.

A estação do Rodanho faz-nos lembrar a estação de *Daguin-Biarritz*, onde, como aqui, o jazigo se encontrava perto do limite das areias de praia e da terra vegetal de vale, na foz dum regato, e que, actualmente, está recoberto de areias devidas às ondas das marés vivas. Simplesmente, no *Rodanho* é ao vento que se deve o recobrimento da jazida.

Da riqueza e da vastidão da estação nada podemos dizer. Mas, como a zona asturiense se prolonga, indubitavelmente, até ao Pôrto, pelo menos, êste núcleo pré-histórico deve ser contíguo a outros, que estabeleçam a continuidade das estações para o Sul, e mais ou menos ricos, consoante as condições de abundância de calhaus rolados e das circunstâncias da sua utilização.

MATERIAL

Nesta estação encontrámos exemplares da maior parte do material lítico encontrado nas outras estações. Dos instrumentos encontrados, nem todos se colheram mas sòmente os que, a dentro das possibilidades de transporte de que dispunhamos, se apresentavam como mais característicos. Na sua maior parte são grosseiros instrumentos de quartzite, de dimensões médias, muito frustes, muito rolados, revelando uma grande acção das águas e, ainda mais, uma maior acção eólica, exercida sòbre êles, apresentando, nas superfícies talhadas, grande polimento.

Alguns exemplares, além do limado devido à abrasão eólica, apresentam, também, os chamados traços peróxídeos, devidos ao roçar de peças metálicas (charruas, brochas de calçado, etc.) nas faces dos instrumentos.

Referimos em seguida os exemplares colhidos na estação do *Rodanho*.

A) — PICOS

O pico é o instrumento característico desta cultura; é um instrumento novo, criado pelo homem para satisfazer uma necessidade nova também, e que se considera independente da civilização paleo-

lítica, pôsto que, pela rudeza de seu talhe se assemelhe aos instrumentos do período da pedra lascada. Deste instrumento há algumas variantes de que damos resenha:

1) — *Pico asturiense*, pròpriamente dito, do conde de la Vega del Sella, que é, como todos os outros, talhado em calhaus rolados de sillex ou de quartzite, de forma alongada ou oval, geralmente aplanado nas faces; obtém-se talhando a face anterior no sentido do eixo maior, aguçando-a, formando dois planos cujas arestas constituem um gume médio, de mais de metade do comprimento do pico; na parte do eixo maior oposta à aguçada, conserva-se a superfície natural do seixo (talão), bem como na parte posterior, o que facilita a apreensibilidade.

2) — *Pico espalmado*, segundo o Padre Eugénio Jalhay, com a face anterior plana em quási tôda a sua extensão, sem o gume ou aresta média, antes com uma faceta, e o talão da superfície natural do seixo muito reduzido.

3) — *Pico ancorense*, de Serpa Pinto, no qual a superfície do talão se prolonga até perto da ponta, reduzindo as dimensões da aresta média, e tomando formas triangulares ou trapezoidais.

4) — *Pico sub-rectangular*, de Serpa Pinto, de aspecto grosseiro, talhado em três bordos do calhau rolado, que se cortam em ângulo recto.

5) — *Pico arredondado*, de Serpa Pinto, com o aspecto geral do pico, cujo bôrdo porém, é curvilíneo e contínuo, não tendo nalguns exemplares, a aresta média.

6) — *Pico vianense*, de Abel Viana, que não o considerando, precisamente, uma variante dos picos descritos, o caracteriza pelo seu aspecto muito rudimentar, constituído por um seixo ovalado ou elítico, a que se arrancaram duas, três ou quatro lascas.

7) — *Pico alongado*, de Afonso do Paço, variante do pico espalmado, mas muito esfusante, bastante alongado e extremamente rebuscado no seu trabalho.

8) — *Pico em bico de pato*, de Afonso do Paço, muito elegante, muito bem desbastado nas suas faces, o gume ou aresta média em linha recta, com uma quebradura na parte aguçada, donde a ponta larga, que lhe deu o nome.

Além dos tipos descritos, admite-se, ainda, a existência dos picos em forma de *pinha* e em forma de *leque*. Devemos, porém, fazer observar que, na sua maior parte, a forma dos picos asturienses, se deve mais ao feitio dos seixos em que foram talhados, e às contingências da sua manufactura, de que a diferentes usos a que podessem ser destinados.

No *Rodanho* foi encontrado um pico de tipologia ancorense, cuja superfície rolada que forma o talão se prolonga pela face anterior, quasi até à extremidade do pico, e outro, que reputamos de pico arredondado, de gume curvilíneo e continuo no bordo e com incipiente aresta média.

Este último exemplar é bastante semelhante a um *coup-de-poing*.

Sucedee, porém, que esta civilização, durante algum tempo foi considerada como desprovida de *coups-de-poing*; mais tarde, em *Âncora, Carreço e Viana*, foram encontrados alguns e, recentemente, tem-se procurado relacionar o asturiense galaico-português, tido por anterior ao das Astúrias e, portanto, pré-asturiense, com os instrumentos da estação de *Camposancos*, descoberta pelo Dr. Joaquim Fontes (*Estação Paleolítica de Camposancos*, in *Brotéria* — 1925), visto que entre uns e outros há grande conformidade de técnica, e, da mesma forma, com os das estações ainda inéditas do *Guadiana* (*Elvas, Arronches, Alfarobia, Caia*) descobertas pelo engenheiro senhor Lerenó Antunes Barradas. Contudo, como este trabalho, não se destina a fazer a síntese e crítica das investigações do asturienses, mas a dar uma notícia acêrca da estação do *Rodanho*, ficam para ocasião mais adequada, algumas considerações sôbre este assunto.

B) — RASPADORES

Os raspadores asturienses, ou são formados numa lasca desprendida dum seixo, mediante uma forte pancada, conservando, ainda, o bôlbo de percussão, e cujos bordos, mediante uma série de hábeis retoques, formam um afiado gume, tendo, por vezes, talão que permite fácil reensibilidade, ou são nucleiformes, discoidais, obtidos por golpes dados com um percutor sôbre o contôrno dum

seixo rolado, circular ou elíptico, até se formar um bordo em zig-zague ou denteado, sendo as lascas tiradas dum só lado, formando gume circular conservando, as duas faces paralelas, a sua superfície natural. Estes são os mais raros.

Na estação do *Rodanho* colheram-se dois raspadores bastante típicos: um, discoide, em seixo oblongo, com retoques na face anterior, apresentando, na sua superfície, um polido devido à abrasão eólica, que nêle actuou grandemente, e com bastantes traços peroxidados, e o outro, um exemplar muito elegante, com muito trabalho, em seixo ovalóide, com retoques na face anterior, donde foram levantadas nove lascas.

C) — MACHADINHAS

As machadinhas asturienses (*hachuelas* de Vega del Sella), são feitas em seixos rolados, de forma circular ou oval, mais ou menos aplainados nas faces, os quais apresentam num dos bordos certos retoques para produzirem o gume.

Este gume, ora é circular, ora é curvilíneo, e a sua secção é quasi circular. É instrumento que se usava com as duas mãos, pois as suas dimensões são grandes e o seu pêso também o é. (Alguns exemplares têm mais de dois quilogramas de pêso).

Só encontramos no *Rodanho* um exemplar, feito num seixo alongado, de gume rectilíneo e de faces toscamente retocadas, donde foram levantadas algumas lascas que deixaram pequenas depressões na superfície dessas faces.

D) — PESOS DE REDE

Os pesos-de-rede, que se encontram, não só no litoral como no interior, não só no asturiense luso-galaico como nas estações consideradas como paleolíticas (*Camposancos*), nas do neolítico (*Castelo de Paiva*), nas do eneolítico (*Pepim, S. Olaia*), e, ainda, em castros (*Briteiros, S. Tecla*), persistindo até à dominação romana, são formados de pequenos seixos alongados, de contôrno ovalado ou elipsoidal, chanfrados numa e noutra extremidade do eixo me-

nor, sendo estas chanfraduras mais ou menos perpendiculares ao plano das faces e paralelas ao eixo maior.

As chanfraduras são obtidas pelo destaque duma grande lasca de cada uma das faces do eixo. Há exemplares em que o corte interessa, apenas, uma das faces do seixo, outros em que interessa ambas as faces.

Serpa Pinto faz observar que os pesos de rede têm só aparecido no litoral atlântico e que os de S. Olaia eram de barro. Admite-se que os do interior fôsem pesos de tear ou pesos de rêde para pesca fluvial, visto que as redes eram feitas de fibras, naturalmente leves; supõe-se que os mais pequenos fôsem para a pesca à linha — o que leva a admitir a existência do anzol já no asturiense — e ainda se concebe que sejam alheios ao asturiense e se encontrem por mera circunstância da matéria prima comum os fazer coincidir, visto que ainda hoje são utilizados pelos pescadores, com os nomes de *chumbadas do congro* e *poutadas*, pôsto que com trabalho intencional diferente (*Serpa Pinto, Op. cit.*; *Abel Viana, Op. cit.*; *Manuel Fernandez Costas-Industrias lithicas d'A Guardia*).

Encontraram-se vários pesos de rêde no *Rodanho*, sendo o mais característico um, formado dum seixo ovalado, com chanfraduras laterais, das quais se arrancaram algumas lascas, formando uma vasta extensão de planos diferentes dos da superfície do seixo, permitindo maior acomodação ao fim a que o destinavam.

E) — DISCOS

Tem-se encontrado vários discos, alguns de forma lenticular, e cuja utilização ainda é muito indefinida, visto que se admite servirem para projectil, raspador, machado de mão, triturador, esmagador e para colheita de moluscos.

Notam-se nos discos afinidades paleolíticas.

Foi, por nós, encontrado na estação do *Rodanho*, um disco pentagonal, ou, melhor, um pentágono discóide, muito típico e curioso, de elegante talhe, muito afim de outros encontrados em níveis do paleolítico.

No *Rodanho* não encontrámos, nem lâminas, nem lascas, nem instrumentos de osso, etc. Não quiere dizer que os não haja, mas sim

que a nossa exploração, muito rudimentar, não nos permitiu encontrá-los.

Mais ao sul, na praia de *S. Bartolomeu do Mar*, concelho de Espozende, perto dos castros que, benemèritamente, António Correia de Oliveira pôs a descoberto, encontrámos, há anos, um instrumento figurando uma espécie de punção, talhado numa quartzite rolada, com muito trabalho de extracção de lascas, e uma pequena superfície natural. Era um instrumento muito rolado, muito fruste, que supomos paleolítico.

UTILIZAÇÃO DO MATERIAL

Parece que, no asturiense, a forma de muitos instrumentos não obedece a necessidades diversas de utilização, mas a modalidades diferentes de fabrico, determinadas, sobretudo, pela forma e dimensões dos seixos empregados e pelos acasos do talhe (*Serpa Pinto*).

Todavia, a forma do instrumento asturiense, há quem a considere intimamente ligada ao meio em que ia ser utilizado e, assim, cada tribo dar-lhe-ia o talhe mais conveniente (*António Almiro do Vale-Hipótese sôbre a extensificação do asturiense*, etc.).

O pico asturiense servia para desprender moluscos das rochas a que estavam presos, o que se fazia dando uma pequena pancada na carapaça. O pico era empunhado de forma a que superfície natural ficasse voltada para palma da mão, não se entalando as pontas dos dedos entre o rochedo e o pico, devido à aresta dêste se prolongar até perto da ponta. De resto, alguns instrumentos asturien- ses, picos, machadinhos, *coups-de-poing*, alguns raspadores, discos, serviam para colher mariscos, numa adaptação perfeita ao seu fim, e com indícios manifestos da providência do fabrico, para protecção dos dedos, fácil prensibilidade e melhor execução (*Abel Viana*).

Os discos podiam servir de projectil, raspador, machado de mão, para colheita de lapas, trituradores, esmagadores, para o que se prestavam.

Os pesos de rêde deveriam segurar as rêdes de fibra para a pesca.

Em nosso entender, o disco do *Rodanho*, que dificilmente se prestaria a colheita de moluscos, devia ter outra utilização. O Conde de la Vega del Sella admite que, durante o asturiense, os moluscos colhidos eram já cozidos e não comidos em crú. Ainda não existiam vasilhas de cerâmica, e os alimentos deviam ser colocados em vasilhas de madeira ou odres de couro, e lançando-lhes para dentro pedras aquecidas ao fogo, que os coziam. Supomos que o disco do *Rodanho* tinha esta utilização.

CLIMA ASTURIENSE

Durante o paleolítico deu-se uma glaciação na Europa (a de Wurts) que fêz desaparecer a fauna dos climas quentes, fêz recolher o homem em cavernas e fêz surgir a fauna dos climas frios.

Nos concheiros asturienses das Astúrias encontram-se conchas de moluscos dos climas quentes e isso mostra que, naquêle período desaparecida a glaciação, o clima se tornara muito quente, mais quente que o actual. Por outro lado, êsses concheiros foram cimentados ao ar livre por águas saturadas de carbonato de cálcio proveniente dessas conchas, o que prova que houve poucas chuvas, visto que, se houvesse abundância de águas pluviais, ou outras, elas não se saturariam. Mais tarde, porém, na parte superior de alguns concheiros, aparecem restos do caracol terrestre, indício de maior humidade e, conseqüentemente, duma alteração de clima, para mais chuvoso, mais ou menos idêntico ao actual.

Durante o paleolítico, os animais de caça, acoçados pelo frio, fugiram das montanhas para a costa, à procura de calor e de alimentação, e aqui eram caçados pelo homem, que, não só os comia, como lhes aproveitava as peles e os ossos; desde que o clima melhorou, os animais regressaram às montanhas e o homem asturiense, pela carência de caça, deixa de ser caçador para se tornar pescador.

O HOMEM ASTURIENSE

Do homem que talhou o asturiense, pouco ou nada se sabe: ignora-se a que variedade ou tipo rácico pertencia, visto que o clima quente, permitindo-lhe viver ao ar livre, tornou os seus restos difíceis de encontrar, provavelmente abandonados aqui e além, numa região inicialmente, quente e sêca, mas, depois, de chuvas abundantes, e de vegetação exuberante. Supõe-se, porém, dada a persistência da sua habitação no exterior das cavernas obturadas pelos concheiros e habitadas no paleolítico, e, provavelmente, nas proximidades das velhas estações paleolíticas, nas regiões sem cavernas, como a luso-galaica, que se trata dos descendentes das antigas tribus paleolíticas, mantendo o mesmo local, de residência, porque ao terreno o ligavam laços atávicos. Essa descendência é confirmada pelas afinidades paleolíticas da indústria asturiense, recentemente postas em relêvo e tidas, as estações luso-galaicas, como pré-asturienses, ou seja, anteriores, como ciclo de cultura, às estações das Astúrias. Admitindo o abandono das cavernas passada a época da glaciação, e dado o condicionamento do ambiente que impôs o abandono, da caça pela adopção da pesca, explica-se o aparecimento do pico, instrumento para satisfazer novas necessidades e a simultaneidade dos utensílios asturienses com os paleolíticos, não abandonados de todo.

O homem asturiense viveu ao longo das costas, alimentando-se de peixe e mariscos, e só deixa vestígios da sua indústria, essencialmente piscatória. Da existência no interior, durante este período, pouco se sabe, não nos repugnando admitir que parte das populações das cavernas tenha ido para as montanhas, atrás da caça e aí levasse uma vida precária.

Da sua actividade espiritual nada se sabe. Consideram-no como de cultura inferior, sem manifestações de arte. Todavia, há quem afirme que o asturiense não foi de cultura inferior mas sim lhe faltaram condições de perpetuação dos testemunhos duma arte, possivelmente existente (*Abel Viana*).

Contudo, parece-nos que, pela falta de animais, motivos das gravuras rupestres, tão belas e tão realistas, do período paleolítico,

se devia ter dado uma decadência artística, agravada pela excelência do clima, que não obrigava o homem a trabalhar, e, a inventar para satisfazer as suas necessidades materiais e, depois, destas, as espirituais.

A mesma ausência de animais terrestres explica a carência de instrumentos de ôsso.

A excessiva temperatura de então, actuando nos organismos, originaria um entorpecimento grande, uma passividade e um amortecimento apáticos, um estado de letargia, que faz do povo asturiense uma sociedade gregária e indolente, sob o ponto de vista físico, e de intellecto pouco desenvolvido por carência de actividade cerebral; o pico e quasi tôda a indústria lítica desta cultura, grosseira no talhe e de execução fácil, confirmam esta asserção, tão diferentes se apresentam em relação aos instrumentos paleolíticos que o homem, estimulado pelo frio, e mais activo, trabalhou com mais cuidado e atenção. Por outro lado, a secura da atmosfera, permitindo uma maior oxigenação do sangue, gere espíritos que seriam vivos e scintilantes, se em condições de maior actividade cerebral, mas desatentos, superficiais, incapazes dum esforço activo, tenaz e constante. É, pois, uma cultura sem manifestações artisticas. Foi, pôde dizer-se, um período de modorra, de vida vegetativa.

Mais tarde, modificado o clima, tornado menos quente, aparece, já no neolítico, uma arte menos naturalista, mais estilizada e esquemática, a que não deve ser estranha a entrada de novos elementos étnicos. Talvez que essa arte seja, em grande parte, função do ambiente modificado e, na sua tendência para a abstracção, represente a evolução da arte naturalista, perdida pelo homem asturiense, pescador, mas conservada pelo caçador das montanhas, onde, na maior parte dos casos, se irá localizar a actividade humana a partir do neolítico; êsse caçador, vivendo nas montanhas durante êsse período, num regime climatérico menos suave, teria adquirido outras características, mais enérgicas, filhas da actividade peculiar a que o ambiente o impeliu, na luta pela existência.

Eis o que os vestígios e condições mesológicas do asturiense permitem reconstituir, hipoteticamente, acêrca da vida do homem de então.

ADENDA — EXPANSÃO PARA SUL

Posteriormente ao encontro da estação asturiense do Rodanho, outros vestígios da mesma cultura foram encontrados mais ao Sul, confirmando a asserção de Rui de Serpa Pinto, de que esta indústria se deveria estender até ao Pôrto.

Os padres srs. Luciano Afonso dos Santos e José Martins Mendes, em pesquisas arqueológicas, encontraram diferentes instrumentos de tipo asturiense, nomeadamente, picos, machadinhas e pesos de rede, nas freguesias do litoral minhoto ao Sul do Rodanho: Darque, Castelo do Neiva, S. Bartolomeu do Mar e Belinho, e na de Alvarães, localizada mais no interior, mas a pequena distância da costa.

Também o professor primário, sr. Daniel Maciel, que à investigação arqueológica se tem dedicado com desvelado interesse, encontrou, na sua freguesia de Durrães, no interior, ribeirinha do Neiva, numerosa quantidade de picos asturienses.

O encontro de picos asturienses no interior leva à conclusão de que o pico não era destinado, somente à colheita de marisco nos rochedos batidos pelo mar, mas teria outras funções, difíceis de determinar.

F. FALCÃO MACHADO

O ÚLTIMO ALMIRANTE DE CASTELA EM PORTUGAL (1702-1705)

I

○ HISTORIADOR do último Almirante de Castela, Cesáreo Fernandez Duro, faz notar que entre as diferentes biografias que consultou para a sua obra, nenhuma era completa, pois não abrangiam os três últimos anos de vida do protagonista «período... que, num caso ordinário, não teria alterado o modo de ser da pessoa biografada, nem daria motivo para trocar ou modificar o opinião formada sôbre os actos anteriores; mas, precisamente nesse tempo rompeu D. João Tomaz com os seus antecedentes, adoptando resoluções de tão grave transcendência que por elas veio a figurar na história geral da nação...»

Procurou Fernandez Duro obviar a essas faltas quanto lhe foi possível, embora apresentasse o seu livro como «um simples avanço para o conhecimento de uma personagem até agora pouco estudada»; todavia as informações que em Portugal pôde obter estavam muito longe de ser completas. Não tentamos elucidar de maneira definitiva êsse período final da vida do Almirante, mas cremos que os novos elementos que para o problema trazemos alteram sensivelmente o aspecto que a vinda do prócere castelhano apresentou

aos coevos e que os historiadores têm até hoje aceitado. Parece-nos que do exame do principal dêesses documentos ressaltará a convicção indubitável de que a intervenção de Portugal na querela da Sucessão de Espanha resultou muito principalmente de uma justa consideração de interêsses gerais, e não das influências e das informações tendenciosas do Almirante a que, aliás, a diplomacia francesa e espanhola attribuiam uma importância primacial que não tiveram.

As três fontes a que recorreu o académico espanhol — a autobiografia do Almirante, o panegírico do seu comensal e companheiro de emigração cardeal Cienfuegos, e a diatribe anónima intitulada *Vida e heróicas acções* que circulou manuscrita na época da sua maior influência política — podemos acrescentar uma outra biografia inédita, a do Padre António Franco, na sua *Imagem do segundo século da Companhia na Provincia de Portugal* (¹) a fôlhas 98 e seguintes. Como se trata de um benfeitor notável da Companhia de Jesus, o carácter da noticia é um tanto panegírico; mas, ainda assim, o autor justifica inteiramente o conceito de historiador verídico e consciencioso em que o tem o nosso ilustre consócio, o senhor Padre Francisco Rodrigues (²).

Sem a pretensão de refazer ou corrigir a obra de Fernandez Duro, antes seguindo-a, começaremos todavia por um ligeiro resumo da vida do Almirante até à sua estada em Portugal, verdadeiro objecto do nosso estudo.

D. João Tomaz Henriques de Cabrera, décimo primeiro Almirante de Castela, Duque de Medina de Rio Sêco, Conde de Modica, Ossona, Melgar e Rueda, Visconde de Cabrera e Bas, Senhor de Castroverde, Aguilar, Rueda e Mansilla, pertencia à mais alta nobreza de Espanha e a sua casa era uma das mais ricas daquelle reino. Notaremos de passagem que descendia dos duques de Bragança.

(¹) Biblioteca Nacional de Lisboa, mss., F. G., cod. 750.

(²) Como é freqüente nas obras do século XVIII, a redacção não tem sempre a clareza desejável; pensamos que foi uma das obscuridades dêste biógrafo que levou o senhor Matos Sequeira a supor que o Almirante assistira ao cerco de Badajoz, que só começou depois da sua morte.

Nascera em Génova, em 21 de Dezembro de 1646. Seu pai, o 10.º almirante, foi durante as lutas da menoridade de Carlos II um fiel partidário da rainha viúva; o filho seguiu a mesma bandeira, sendo capitão da Guarda Real, conhecida por *chamberga*, e provavelmente manifestou-se ardente inimigo de D. João de Áustria, porque foi um dos acusados pelos seus sequazes de o quererem assassinar.

Depois de sucessivas pendências, uma mais grave provocou o seu desterro da côrte, indo em 1670 para a Itália, como mestre de campo do têtço da Lombardia. Em 1676 foi como embaixador extraordinário a Roma, e passou depois a governador do Milanês; caso curioso, a sua nomeação foi feita estando no poder D. João de Áustria e na mesma altura em que seu pai era desterrado como outros partidários da rainha mãe.

Ao voltar a Castela, e depois de uma breve e pouco brilhante passagem pelo alto cargo de vice-rei da Catalunha, ascendeu às mais elevadas posições em 1691, sendo nomeado conselheiro de Estado, tenente-general do Rei, e estribeiro-mor.

Exerceu nos annos seguintes a maior influênciã, sendo o verdadeiro chefe do govêrno; mas, tendo associado ao poder o conde de Oropesa, viu-se com êle desterrado da côrte em resultado dos distúrbios que provocaram a destituição dêste.

Embora pareça ter-se inclinado nos últimos tempos de vida de Carlos II para o partido francês, foi, logo no princípio do reinado de Felipe V, vítima da inimizade do cardeal Portocarrero, perdendo o cargo de estribeiro-mor, mas ficando conselheiro de Estado.

Em 1702, foi nomeado embaixador em França; partiu com numeroso séquito para Paris; desviando-se, porém, do caminho para junto da fronteira de Portugal, refugiou-se aqui, entrando por Miranda e chegando a Lisboa em 24 de Outubro (¹).

(¹) É esta a data que supomos exacta; encontra-se no copiadór do Duque de Cadaval a que a seguir nos referimos. José Soares da Silva, na sua curiosa *Gazeta em forma de carta*, 10, diz: «O Almirante de Castela Don Juan Tomas Henriques de Cabrera, hũa das pr.^{as} pessoas não só do seu reyno mas de toda a Europa, desde 23 de Novr.^o deste anno pres.^{te} fica nesta corte com caza, e ca-

Começa então o último período da sua vida, que vamos tentar escrever; para elle há elementos preciosos, até hoje não aproveitados, no vol. IX do copiadador do Duque de Cadaval, que existe na Biblioteca Nacional de Lisboa (¹).

Antes de iniciarmos esse estudo, diremos algumas palavras sobre o carácter e papel político do Almirante. Como é natural, a sua vida foi muito diversamente apreciada, e as mesmas acções que a uns davam motivo para elogio, serviam a outros para justificar censuras. Já dissemos que não existe uma única biografia contemporânea que se possa considerar desinteressada.

Todavia, e embora no seu papel como lugar-tenente do Rei não pareça ter revelado qualidades excepcionais, não devem ser inteiramente injustificados os louvores que o Padre Franco lhe tributa, se atendermos à concordância mais ou menos explícita que lhes dão os indiferentes e até os inimigos do Almirante.

Considera-o o jesuíta português «prodigiosamente sagaz e pródigo»; ora um dos mais enérgicos partidários de Felipe V chama-lhe homem de engenho agudo e artificiosa afabilidade (²). Diz aquele

bana, deixando a de Madrid p.^a mais de dous pares de annos...», mas, como veremos, esta data é inadmissível; a carta do Duque, referindo a chegada, que adiante transcrevêmos, é de 25 de Outubro. José Soares da Silva deve ter errado num mês ao escrever, em 31 de Dezembro, a notícia dos acontecimentos principais do anno.

(¹) Mss., F. G., cod. 749; dêle, ou antes de algumas das narrações ali transcritas, teve conhecimento D. António Caetano de Sousa; Cfr. *Hist. Gen.*, VII, 512 e seg.

Devemos observar que, a-pesar do seu título, o livro não é um simples copiadador. Antes da correspondência respeitante a qualquer assunto, tem uma memória dos factos que a motivaram; também intercala várias narrações sobre casos ligados àqueles de que trata a correspondência; tem cópias de cartas recebidas ou consultas feitas e resumos de conversas. Por vezes o próprio Duque acrescenta notas autógrafas às cartas ou às narrações.

Da colecção de copiadadores há dois na Biblioteca Nacional de Lisboa, o VII e o IX vol.; o catálogo de Martinho da Fonseca *Os mss. da Casa Cadaval* menciona outros dez volumes (*Bol. da Soc. de Bibl. Barbosa Machado*, III, 25).

(²) San Phelippe, I, 83-4.

que o Almirante tinha em persuadir uma inexplicável facilidade; as instruções de Luiz XIV ao seu embaixador Conde de Marsin recomendam que o afastem do Rei Felipe V, pois êste difficilmente escaparia aos seus artificios que o conduziriam a resolver muitas coisas pela sua vontade. As *Memórias* de Saint Simon, que aliás contêm numerosas informações erradas e são nitidamente desfavoráveis ao Almirante, também lhe concedem «*beaucoup d'esprit, de monde et de talents*» e, noutro ponto «*de l'esprit infiniment, de la politesse, l'air et les manières aimables, obligeant, insinuant, caressant, curieux, prenant toutes façons de plaire*» (1).

As instruções ao já citado Conde de Marsin consideram o Almirante como o mais hábil, mais fino e mais político dos membros do conselho do Rei de Espanha, onde a influência primacial da sua palavra é também afirmada pelo biógrafo português.

Mais exemplos poderíamos citar comprovativos de que o valor de D. João Tomaz na política castelhana derivava largamente das qualidades pessoais de sedução que todos os contemporâneos lhe reconhecem; estes, porém, bastam para justificar os encómios do jesuíta português (2).

(1) *Op. cit.*, V, 47, 180 (Ed. Hachette).

(2) Na biografia do Padre Franco há várias notícias inéditas e curiosas, como a que diz respeito à maneira faustuosa por que viajava o Almirante nos últimos seis anos de vida; levava as viagens tam bem dispostas que em qualquer localidade se aposentava «como no seu paço». Se tinha de comer no campo, como lhe aconteceu em campanha, fazia seguir uma cosinha sustentada por dois machos fortíssimos, que durante a jornada preparava oito pratos diversos bastantes para duzentas pessoas. Os próprios Reis se utilizavam da vantagem que oferecia esta cozinha ambulante, útil principalmente na Península, onde era difícil encontrar cómodas hospedagens. (*Op. cit.*, fl. 102 v.)

II

Não são muitas as obras impressas em português que tratam da estada do Almirante em Portugal, e, em tôdas elas, D. João Tomaz ocupa um lugar secundário. Mas, se estudarmos os manuscritos da época que são bastante numerosos, veremos também que a sua vinda a Portugal não passa despercebida, mas não parece, em geral, ter sido considerada elemento definitivo para esclarecer a situação. Por outro lado, veremos que as estações oficiais mais elevadas não pautaram o seu proceder em qualquer data pelas informações que do ilustre trânsfuga recebiam; pelo contrário, afigura-se-nos que julgavam o valor delas ainda inferior ao que realmente deviam ter; o seu decantado poder de convicção não actuou grandemente nos conselheiros de D. Pedro II, embora talvez influenciasse o monarca, nada indica que fôsse êle a causa determinante da sua attitude.

Há, porém, um erro em que todos caíram, como julgamos que tivessem caído todos os contemporâneos, ou induzidos pelo marquês de San Phelippe, como julga Fernandez Duro, ou talvez porque o próprio Almirante apresentasse as causas do seu exílio de uma maneira que mais convinha ao seu carácter e à sua elevada estirpe. Com efeito, tanto historiadores como memorialistas, tanto amigos como inimigos, todos dizem que o Almirante era suspeito aos franceses e ao novo govêrno de Espanha, que a sua nomeação para embaixador em França fôra uma verdadeira prova de desagrado real, que o nomeado aceitara constrangido o cargo que considerava inferior à sua categoria, e que se exilara para Portugal a-fim-de escapar aos perigos que o ameaçavam na sua qualidade de fiel partidário da casa de Áustria. Ora Fernandez Duro demonstra irrefutavelmente que, muito pelo contrário, foi o Almirante que solicitou ser empregado, talvez para readquirir no novo reinado a situação que no antigo tivera, e que a sua desafeição ao govêrno se limitava a uma opposição ao cardeal Portocarrero e aos seus partidários, não suspeitando os franceses que esta attitude representasse tendência para a opinião contrária à dinastia bourbónica. Os estudos do historiador espanhol convencem-nos de que o Almirante só nos últimos tem-

pos da sua estada em Espanha, e devido às vexações de que o fizeram alvo os conselheiros seus inimigos, resolveu emigrar e consequentemente foi levado a declarar-se partidário da casa de Áustria.

Cabe agora indicarmos os motivos que nos conduzem a julgar que o aspecto tomado pela emigração do Almirante e as causas a que ela aparece atribuída foram adrede propaladas pelo interessado, como aliás Fernandez Duro implicitamente deve ter suposto, embora o não afirme. Os memorialistas contemporâneos escreveram uniformemente que o Almirante fugira de Castela por estar ameaçado de ser preso em França, para onde o mandavam a fim de evitar as dificuldades que a sua atitude anti-francesa podia suscitar. Assim o dizem D. Luiz da Cunha, o Padre Franco, José Soares da Silva, Afonso da Gama Palha, Saint Simon e um anónimo que parece bem informado a cujo trabalho recorreremos largamente.

Os documentos que Fernandes Duro cita indicam pelo contrário que a corte francesa desejava atrair o Almirante ao serviço de Felipe V; julgavam-no, e provavelmente com razão, afastado do partido borbónico pelas desavenças com Portocarrero; não o queriam em Espanha por temerem a sua possível influência sobre Felipe V, mas esperavam que em França prestasse bons serviços, demonstrando o que elle próprio dizia sobre a sua fidelidade ao novo monarca, a qual de forma alguma punham em dúvida, antes parecia justificada pelo seu procedimento; em resumo, não ia para França como suspeito de affecto à casa de Áustria, mas apenas por se poder tornar um obstáculo junto do Rei à influência absoluta que Luiz XIV queria exercer em Espanha. Não podemos aqui deixar de recordar a frase que o Padre Franco atribui ao Almirante «Dizia elle: que o rei seja espanhol ou não seja vai mui pouco, porém muito em ser rei ou vice-rei» frase que resume o pensamento primordial do manifesto de D. João Tomaz em que explica a sua emigração (').

Todavia, nesse mesmo escrito, bem claramente se nota que a causa principal da sua desafeição ao governo de Felipe V deve pro-

(') Este manifesto, como mais adiante veremos, deve ter aparecido nos primeiros meses de 1704.

curar-se nos dissabores e privação de cargos que sofrera devido à influência de Portocarrero. Desenvolve largamente o Almirante as razões por que julga ilegítimo rei o fundador da dinastia de Bourbon em Espanha, mas declara que teria estado pronto a servi-lo. Refere que o cargo de embaixador ordinário não convinha a homem da sua estirpe; mas nem conta que essa inferior categoria era *apenas* imputável à animosidade do cardeal, que modificou a ordem régia respeitante à embaixada, nem refere que êle próprio solicitou ser enviado à França. Muito pelo contrário afirma que, desde o começo do reinado de Felipe V, sòmente procurava a maneira de manifestar a sua fidelidade à casa de Áustria. Ora, não só o Almirante iria servir Felipe em França, renunciando assim a todos êsses propósitos, se lhe tivessem dado a categoria de embaixador extraordinário, mas ainda — e o caso é na verdade bastante notável para merecer citação — já depois de emigrado em Portugal, em 7 de Novembro de 1702, se queixava para Madrid ao secretário de Estado de que o enviado de Espanha em Lisboa não tivesse ido visitá-lo, e pouco antes protestava em carta à Rainha Regente que o seu homízio era devido tão sòmente aos vexames sofridos, que o faziam para o futuro temer maiores violências.

Se não certo, é, ao menos, extremamente provável que o Almirante saísse de Madrid com o propósito feito de emigrar; tomara a precaução de levar consigo verdadeiras preciosidades e empenhara por dez anos as enormes rendas da sua casa. Os negócios dos inimigos dos Bourbons não estavam de tal maneira prósperos que se lhe possa supor uma resolução precipitada por circunstâncias excessivamente favoráveis. Mas, como observa Fernandez Duro, não só é difícil admitir uma resolução imposta por escrúpulos de consciência e que demora dois anos a manifestar-se, mas ainda há provas de que o Almirante (contra o que no manifesto afirma) discutiu acêrca da sua categoria como embaixador e dos correspondentes vencimentos, e, por isso, é de supor que a sua resolução, filha do orgulho ferido, só fôsse tomada depois de se certificar que não obteria as condições que desejava.

É também muito provável que o cardeal Portocarrero e o presidente de Castela, Arias, informados das intenções do Almirante,

já então nas vizinhanças da fronteira, procuraram favorecer, ou ao menos não dificultar, a retirada do seu émulo, talvez receosos da influência que êle poderia vir a adquirir, em detrimento da sua própria.

Em resumo, vemos na origem da emigração do Almirante uma simples divergência entre políticos ambiciosos do poder, a que só as circunstâncias deram o aspecto de uma questão de princípios e introduziram na política geral da Europa.

III

D. João Tomaz trazia, como dissemos, numerosíssimo séquito, que um contemporâneo em situação de estar bem informado avalia em trezentas pessoas e em cento e cinqüenta carruagens (1); o Padre Franco fala em cem criados, oitenta cavalos, e grande número de côches e caleças. Ao entrar em Portugal enviou notícia da sua vinda ao embaixador do Império, conde de Waldstein, pondo-se à sua disposição. Segundo diz o manifesto, quis o conde recebê-lo em sua casa, mas é mais provável a informação que nos dá o copiador do duque de Cadaval de que chegou a alugar em Santa Apolónia as casas de Manuel Lobo que adereçou com mobília que lhe emprestava o Conde de Vila Nova. O Almirante, porém, ou fôsse, como êle diz, que receasse criar dificuldades à sua política apresentando-se abertamente como partidário da casa de Áustria, ou fôsse, como parecem indicar as cartas que antes citámos, que pretendesse disimular ainda a sua atitude, não aceitou a oferta do embaixador e mandou alugar a quinta do Conde de S. Lourenço em Belém — hoje quinta da Praia, onde está instalado o liceu de

(1) Fernandez Duro, 75; êste autor cita um documento que indica objectos que o Almirante foi autorizado a levar consigo e que prescreve muito menos carros, mas apenas deve tratar dos de carga. Esse documento coincide no número de quadros com os duzentos que diz o Padre Franco.

D. João de Castro — enquanto buscava outra morada. Todavia, depois de a ter obtido, manteve ainda nessa quinta alguns criados e nela foi residir pelo menos duas vezes, uma em Março de 1703, outra no princípio de 1704.

A sua habitação permanente não foi aqui. Os livros de desobrigas da freguesia da Ajuda, que pudemos consultar por mercê do nosso distinto consócio, o senhor Mário de Sampayo Ribeiro, apenas referem nove criados em 1704 ⁽¹⁾ e catorze ou quinze em 1705 ⁽²⁾, na maior parte portugueses, e todos pessoas de pequena categoria.

O Almirante, o Conde de la Corzana, e sem dúvida os mais importantes dos emigrados que os acompanhavam foram residir para a quinta do Duque de Cadaval, em Sete Rios, de cujas casas nobres só existem hoje algumas ruínas, notòriamente uns arcos de cantaria metidos na parede dum prédio da Estrada de Benfica e os restos dum aqueduto ⁽³⁾.

Não podemos apresentar documento algum que contenha explicitamente o que afirmamos. Mas Lord Mahon diz que o Almirante veio habitar um palácio do Duque de Cadaval, e um documento que mais tarde aproveitaremos refere-se a que o Almirante podia vir por dentro da quinta a Sete Rios. Ora a forma simples, a *quinta*, empregada nesse documento, que é do copiadador Cadaval, já nos fizera suspeitar que se tratasse de uma casa do duque, e a notícia de Mahon que a tirou provàvelmente de um escrito da época, talvez algum dos manuscritos de Stanhope que aproveitou, ajusta-se demasiadamente bem à nossa hipótese para se tratar de uma simples coincidência. A verificação não a pudemos fazer, porque, se-

⁽¹⁾ Livro de 1700 a 1704, fls. 180.

⁽²⁾ Livro de 1705 a 1709, fls. 5 v. Nêste ano estavam na Quinta Velha, junto a Pedrouços, o médico do Almirante, D. Gabriel Rolim (aliás Gabriel Joli), sua mulher, filhas e família — nove pessoas ao todo.

⁽³⁾ Segundo o *Portugal Antigo e Moderno*, o palácio foi destruído pelo terremoto de 1755; é pouco provável que tal se desse, porque a *Memória paroquial* da freguesia (T. T., *Dic. Geogr.*, XX, 930) não cita estas casas nobres como tendo sido destruídas e diz pelo contrário, que eram ocupadas «ao presente» por Monsenhor Peixoto.

gundo parece, já não existem os livros de desobrigas da freguesia de S. Sebastião da Pedreira.

Da viagem do Almirante até Lisboa sabemos que foi muito demorada pelo mau estado dos caminhos; tendo prevenido das suas intenções as pessoas que o acompanhavam, parece que já depois de ter atravessado a fronteira, foi abandonado por algumas delas, que preferiram regressar a Espanha, entre outras por seu próprio sobrinho D. Pascoal Henriquez, filho do marquês de Alcañices, que fugiu já de Belém, com carta de seguro de D. Pedro II, tendo sido uma das testemunhas no processo instaurado em Madrid contra o Almirante e que terminou pela sua condenação à morte, em 17 de Agosto de 1703. O Marquês também desaprovou acerbamente a conduta de seu irmão, se é verdadeira uma carta que, como sendo d'ele, encontramos reproduzida (¹).

Entre os que se conservaram em Portugal citaremos o mestre de campo general Conde de la Corzana (²), três padres jesuítas, Cienfuegos, de que já falámos, Casnedi confessor do Almirante e que seria um dos seus testamenteiros (³) e Aguirre, a quem êle deixou um legado, e o médico Gabriel Joli, também seu legatário. Saint Simon diz que trazia também um filho bastardo, mas, quasi

(¹) *Misc. ms.*, T. T., 1096, fls. 186 v.

(²) Há uma biografia largamente documentada desta personagem: a de Rodriguez Villa (Madrid, 1907), mas é muito pouco desenvolvida sobre êste período; Fernandez Duro afirma que era dominado pelo Almirante. Tomou parte na guerra e acompanhou depois o Imperador para a Alemanha.

(³) O Padre Carlos António Casnedi, italiano, deve ter acompanhado o Almirante para a Espanha quando êle regressou do govêrno do Milanês, em 1686; pelo menos esta data está aproximadamente de acôrdo com a declaração que êle faz ao «benevolo leitor» em uma das fls. preliminares do primeiro vol. da sua obra *Crisis theologica* (Lisboa, 1711): «Vixi per quatuor fere lustra in Hispaniâ eum Magno Castellæ Almirante, Duce de Medina, munificentissimo Societatis Benefactore, cujus à confessionibus eram... et subinde... in Lusitaniam perrexi. Cum ergo per viginti quatuor annos Hispanos inter, & Lusitanos commoratus sim, Viros...». Note-se que a *Licença da Ordem* do Prêposito Provincial, Padre Manuel Dias é de 6 de Setembro de 1709; Casnedi residiria assim na Península há mais de 23 anos, dos quais cerca de 18 em vida do Almirante.

indubitavelmente, esta informação é falsa (1). Nenhum memorialista de tal fala; é até bem provável que o Almirante não tivesse filhos; haverá talvez uma confusão com um irmão bastardo que veremos actuar na Catalunha por esta mesma época, possivelmente aquele que, em data desconhecida, veio «às furtadelas» para Portugal e de quem José Soares da Silva nos informa que em princípios de 1707 embarcou com os ingleses para Valência. Não sabemos qual fôsse dos muitos irmãos ilegítimos do Almirante: o que podemos crer é que não fazia parte do séquito dêste, pois veio escondidamente.

Do itinerário só sabemos que passou em Sendim, onde o secretário da embaixada, D. Miguel de San Juan, se fingiu doente para poder voltar a Castela (2), em Leiria (3), e em Via Longa, onde o Almirante se hospedou na quinta do Conde de Vale de Reis, e onde o govêrno português tentou convencê-lo a ficar (4).

Um dos seus primeiros cuidados foi devolver para Espanha as ajudas de custo que recebera para a embaixada que não queria desempenhar. Acção muito nobre, por saber que os seus bens iam ser indubitavelmente confiscados; notemos, porém, que êles nada lhe renderiam durante dez anos, período suficiente para acabar a guerra, de cujo resultado dependeria a efectividade do confisco.

Segundo um manuscrito do século XVIII, que parece ter sido escrito com o intuito de historiar a guerra da Sucessão e de que há

(1) Saint Simon tem mais informações erradas; por exemplo a de dar o Almirante como tendo desaparecido ao aproximar-se da fronteira da Navarra, quando, pelo contrário, a sua ida a Zamora e a Alcañices (pontos mais ao norte que alcançou, ainda longe da Navarra) foi perfeitamente notória às autoridades.

(2) Fernandez Duro, 77.

(3) Na carta dedicatória do seu livro ao bispo de Leiria D. Alvaro de Abranches, diz Casnedi: «Ut in hoc florentissimum Lusitaniæ Regnum cum Excell. Magno Castellæ, & Legionis Archithalasso, seu Almiranto (à cujus confessionibus eram) transmigravi, eo gloriosissimo fine, ut languenti Hispaniæ legitimum, ex Augustissima Cæsaris Familiâ, caput restitueret, transire per Leriam, Urbem oppidò amœnam, & elegantem, necesse fuit (*op. cit.*, fls. prel.).

(4) Copiador Cadaval, fls. 34.

uma cópia (?) incompleta na Biblioteca Nacional de Lisboa (1), a vinda de tão ilustre fidalgo para Portugal «abriu exemplo a outros mujtos que se passarão para este rejno, ainda que não pessoas de tanta qualidade»; entre êstes havia dois comissários de cavalaria, mas nem o manuscrito indica ninguém especificadamente, nem temos notícia de qualquer trânsfuga de certa importância social, fora do séquito do Almirante e daquele seu irmão bastardo, de que falámos acima.

Todavia julgamos que já antes da emigração do Almirante teria havido entendimentos em Castela para a proclamação de um rei da Casa de Áustria tratados em Portugal. Uma história inglesa, em geral digna de confiança, informa-nos que durante a tentativa dos aliados contra Cádiz (antes mesmo, portanto, da partida do Almirante para a sua embaixada) o partido austríaco de Madrid e Toledo mandou dois emissários, D. Francisco de Santa Cruz e D. Luiz Pavedao (sic), a conferenciar com o Príncipe Jorge de Hesse-Darmstadt, antigo vice-rei da Catalunha. Êstes dois indivíduos chegaram à baía de Cádiz numa fragata que partira de Faro (2).

De uma maneira geral, aliás, parece-nos incontestável que os partidários aliciados pelo Príncipe demonstraram uma eficiência muito superior à dos sequazes do Almirante, nos quais veremos que não confiava o hábil Duque de Cadaval, a quem os factos vieram dar inteira razão.

(1) F. G., 1615, fls. 238-300; o colector observa no princípio do trabalho: «Este discurso he das guerras de Carlos 3.º enão está todo q̄ se estivesse fazia por algumas singularidades q̄ não refere D. Luis da Cunha nas memorias desta guerra hum tercr.º tomo daq.ª estimavel obra». Segundo a introdução que inicia o trabalho êste começou a ser feito em 1704; a parte existente não vai além dêsse ano.

(2) Parnell, *The war of Succ. in Spain*, 2.ª ed., 31 (1905).

IV

No momento da chegada do Almirante a Portugal, iam já bastante adiantadas as negociações para a entrada de Portugal na Grande Aliança e talvez a vinda do Almirante não influísse grandemente no andamento delas, sendo quási certo que as não precipitou, como adiante veremos.

O govérno de D. Pedro II procurara conservar a neutralidade, e o tratado com a França e a Espanha fôra feito na esperança de que a paz se mantivesse, mas as condições tornavam aquela cada vez mais difficil. O Rei já declarara expressamente que se considerava desligado da aliança franco-espanhola, por não tirar dela a protecção prometida.

O nosso mau entendimento com a Espanha era notório, e tanto assim que o Almirante disse ao pessoal da embaixada e ao governador de Zamora que recebera ordem de passar a Portugal, como embaixador por causa de graves negociações que haviam de resultar do ataque anglo-holandês a Cádiz (¹).

Mas havia mais: supunha-se entre nós, e talvez com algum fundamento, que Felipe V pensasse, com a aquiescência de Luiz XIV, na conquista de Portugal (²); via-se portanto o interêsse de coartar

(¹) O desenvolvimento e as várias fases das negociações com a Inglaterra e Holanda podem ver-se no excelente livro do Professor Damião Peres *A Diplomacia Portuguesa e a Sucessão de Espanha*.

(²) É pouco provável que pensassem nisso no periodo cheio de difficuldades que atravessavam; mas é muito de admitir que o tentassem se a situação melhorasse; em todo o caso é certo que em Espanha havia um grande desejo de empreender essa conquista, a que Luiz XIV se opunha, *apenas por ter muitos outros inimigos* (cfr. Girardot, *Correspondance de Louis XIV avec M. Amelot*). É curioso que o rei de França em várias cartas se refere à política que fôra a da casa de Áustria querendo absorver Portugal; mas, como considera natural em seu neto o mesmo desejo, e dado o seu conhecido desprêso dos tratados, não era talvez fantasioso o temor dos portugueses. Só como tendo trazido essas noticias se refere José Soares da Silva à influênciã do Almirante para o tratado de aliança.

o formidável poder que tendia a adquirir a aliança franco-espanhola e tudo isso facilitava as negociações que para atrair Portugal estavam desenvolvendo hábil e activamente os enviados de Inglaterra e Holanda, Methuen e Schonnenberg.

Nesta mesma altura em que o Almirante chegava, o embaixador de Castela prendera em cárcere privado um castelhano que dias depois fez embarcar, mandando-o acompanhar por um alferes português que tinha ao seu serviço. O escândalo que resultou não era de molde a melhorar as relações entre os dois países, porque correu que o sequestrado era um oficial da secretaria de Estado, que viera pessoalmente a Portugal confirmar informações que tinha dado acêrca de um projecto de conquista, acordado entre a França e a Espanha (*).

Não sabemos quem fôsse êste homem; mas que era político o interêsse que movia o embaixador parece incontestável pelo desenlace do assunto. Portugal protestou enêrgicamente e ameaçou proceder contra o diplomata que de tal maneira abusara da sua posição; a-pesar-de lhe afirmarem que o sequestrado fôra remetido para a pátria a pedido da sua família, o nosso govêrno não se satisfiz. Interveio o embaixador de França que garantiu pessoalmente que o preso seria devolvido a Portugal; como o cumprimento da promessa se dilatasse, chegou a haver dúvidas sôbre deixar retirar o embaixador culpado, quando êle o quis fazer ao declarar-se a guerra, e, se finalmente partiu, foi porque entretanto o castelhano achara forma de tornar a fugir de Espanha e viera novamente para Lisboa a oferecer os seus serviços ao Almirante; prova clara de que se não era política a causa da sua fuga, o próprio interessado como tal a apresentava (**).

O Almirante diz no seu manifesto que o Conde de Walsdtein pediu para êle uma audiência régia, e que a dificuldade de a obter foi um dos motivos que o levaram a não aceitar a oferecida hospedagem.

(*) Biblioteca Nacional de Lisboa, mss., F. G., cod. 1615.

(**) Copiador Cadaval, fls. 97.

A significação política da sua vinda era, porém, indubitável e tão indubitável que, ao ter aviso dela o Duque de Cadaval, logo no dia 25 de Outubro, perguntou a El-Rei se o poderia visitar. D. Pedro indicou-lhe que informasse o secretário José de Faria das razões que tinha para fazer essa visita. O Duque cumpriu escrevendo:

«Eu Como Vm.^o sabe rezo a São Fran.^o de Borja pela mesma Camandula do Almirante, E ainda q̃ não he estreito este parentesco he o q̃ baste p^a não faltar a buscar o Almirante q̃ se acha nesta Corte estrangeiro e desgostado, e Logo se vera se eu faltar q̃ S Mag^{de} me prohibe porq̃ havendo estas rezões juntas agora as de Vezinho aquem todos os dias passo pela porta sera mais notada a falta de o não buscar (').»

A-pesar da opinião contrária de vários conselheiros, El-Rei conformou-se com o parecer do Duque, cujo exemplo foi logo seguido por tôda a côrte. Nada nos indica que essas visitas fôsem secretas, como alguns autores modernos dizem, antes se nos afigura pelas notícias inéditas que consultámos, que elas fôsem manifestações de cortesia particular, mas notória.

É pois de supor que, como diz um memorialista, o Almirante fôsse muito agasalhado; mas conservou-se um tanto retraído. Segundo o Padre Franco passeava acompanhado apenas de um criado, a-pesar do numeroso séquito que trouxera; mas é provável que êsses passeios não fôsem muito freqüentes, porque o emigrado sabia-se ameaçado de morte, como o diz o memorialista, e como o confirma Fernandez Duro. Em Castela discutiu-se se era ou não legal vir assassinar o Almirante a Lisboa; alguém chegou a fazer a viagem para tal fim, mas teve provavelmente que fugir ao saber que havia notícia do seu intento ('). O Almirante, para esquivar o perigo, não saía de casa, e só recebia pessoas sôbre quem não pudesse incidir qualquer suspeita (').

(¹) *Loc. cit.*, fls. 34 v.

(²) Fernandez Duro, 86.

(³) Ms. 1615, fls. 265.

Em 6 de Novembro, o Almirante solicitou uma audiência régia que lhe foi concedida no dia seguinte e na própria câmara do Rei, que lhe falou com agrado, durante meio quarto de hora, e à despedida se «moveu... alguma coisa de modo que quasi deu um passo (1)». No dia 17 teve audiência de Suas Altezas, e nessa mesma tarde foi à audiência da Rainha de Inglaterra. O Conde de la Corzana foi recebido por El-Rei no dia 11 e pelo Príncipe e Infantes no dia 30. O cerimonial destas audiências foi bastante diferente; a do Almirante foi pautada sobre a que tivera o Príncipe Jorge de Hesse-Darmstadt em 29 de Julho, com a diferença que este foi recebido à porta pelo veador Conde de Assumar.

Ao Almirante, El-Rei recebeu-o descoberto, tendo o chapéu em cima de um bofete a que estava encostado, para não dar lugar a que elle usasse das suas prerogativas de grande de Espanha; o Almirante apeou-se fora do saguão do Côrte Real, as guardas (real e do exército) não pegaram em armas, e ninguém o conduziu até à galeria onde o porteiro da câmara o veio receber para levar o pedido de audiência ao *camarista de serviço*; dada a respectiva autorização, o porteiro acompanhou-o até à câmara onde, por êrro, deixou também entrar um criado do Almirante. À saída, e também sem ordem, o porteiro acompanhou-o até ao mesmo ponto (2).

O Príncipe e os Infantes tinham os chapéus na mão «por não

(1) Misc., ms., Biblioteca Nacional de Lisboa, *Pomb.*, cod. 687, fls. 136.

(2) Estas audiências vêm descritas no copiador do Duque e numa miscelânea ms. (*Pomb.*, 687, fls. 131 e seguintes). Os êrros do porteiro são explicáveis porque não era o efectivo. O príncipe de Darmstadt, talvez pelo seu próximo parentesco com a falecida rainha, não ficara satisfeito com o tratamento recebido e escusara-se por várias formas a receber uma jóia com que El-Rei o quizera presentear. Notaremos de passagem que o Hon. Arthur Parnell, na sua conscienciosa história *The War of the Succession in Spain*, supõe que o Príncipe Jorge «on Octobere the 27th was joined from Spain by his old friend the Almirante of Castille» (*op. cit.*, 39).

Já anteriormente discutimos a data; repetiremos, porém, que o copiador Cadaval é absolutamente formal, afirmando que o Almirante chegou em 24 de Outubro; o Príncipe partira em 19 de Agôsto (*ib.*, fls. 19), o que difficilmente se concilia com a sua estada em frente de Cadiz no dia 21 já conhecida de emigrados espanhóis a que antes nos referimos (*ib.*, 30). Comple-

estarem no bofete os quatro capeos de S. A. A.». A Rainha de Inglaterra recebeu também o Almirante de pé e como êste ajoelhasse «por obséquio do sexo» disse-lhe que não estava assim bem; D. João Tomaz levantou-se e falou de pé e descoberto.

O Conde de la Corzana foi recebido na sala do docel, o que era uma honra muito menor que a concedida ao Almirante. É claro que S. M., SS. AA. e os títulos ficaram todos descobertos durante as audiências; a êste falou El-Rei como a qualquer pessoa particular.

No mesmo dia 7 de Novembro dirigiu o Duque a El-Rei um parecer sôbre a conveniência da Liga, em que observava a vantagem de separar a Espanha da França, para, o que, era de desejar que fôsse rei o Arquiduque; mas ao mesmo tempo fazia notar que os factos não confirmavam as afirmações de Waldstein e Darmstadt sôbre as probabilidades de uma sublevação em Castela, pelo que só compreendia que se fizesse guerra com a vinda do pretendente a Portugal. Observava que na ocasião era impossível qualquer tentativa bélica, porque não havia prontos, nem artilharia, nem transportes, nem mantimentos «e quem entende q̃ só cauallos e homêns são exercito acharse ha não só enganado, mas precipitado, e perdido.» Em resumo, só depois de feitos os necessários preparativos devia Portugal entrar na Liga, e até lá continuar as conferências com tôdas aquelas expressões que não desenganem nem empenhem».

tamente inconciliável, porém, é a data da recepção real, que consideramos indubitável, com a da chegada de Darmstadt à esquadra de Rooke que Parnell marca no dia 21 de Julho. Parece-nos que êste autor avançou um mês as datas do acontecimentos da Andaluzia, os quais se deram entre 23 ou 24 de Agôsto e 30 de Setembro de 1702 (como dizem Mahon, *op. cit.*, 45 e seguintes, San Phelippe, *op. cit.*, I, 77 e seguintes, e outros) e não em Julho e Agôsto como afirma Parnell e também Ballesteros na *História de Espanha*, V, 14. Como o Príncipe abandonou a Andaluzia no fim de Setembro, nenhuma impossibilidade tinha em estar em Lisboa, onde ficou como particular, em 24 de Outubro. Note-se também que esta cronologia concorda com a chegada do capitão Wishart a Lagos para fazer aguada em 3 de Outubro (Parnell, 34). A chegada do Príncipe à esquadra passa, assim, para 21 de Agôsto, data muito provável e a entrevista com os castelhanos para as proximidades de 21 de Setembro.

Este parecer, e dado que, como todos sabem, e o copiadador confirma, o Duque era oposito à guerra, prova que a Liga já era uma idea aceite por D. Pedro II, antes que o Almirante tivesse tido qualquer conversa com êle.

Parece que o Almirante, a-pesar da sua amizade com o embaixador de Espanha, ou talvez por isso mesmo, conseguiu iludi-lo nos primeiros tempos, fazendo supor que não se ligara ao partido austríaco. Todavia, em casa e particularmente, mas na presença dos representantes da Grande Aliança, aclamou por seu rei Carlos III.

Os franceses supunham-lhe um fantástico plano de rebeldia no Perú, para o que apresentaria a candidatura a êsse trono de seu sobrinho, descendente dos antigos Incas; como observa Fernandez Duro, deve tratar-se de um embuste, de que êle attribui a autoria a um aventureiro por êle estudado em outro trabalho que não pudemos consultar.

Êsse receio desvaneceu-se, de certo, com a fuga do sobrinho, mas a presença do tio em Portugal era considerada ameaçadora; ao embaixador de França eram dadas instruções para obter a sua expulsão. Indicava-se-lhe, porém, que não era de desejar que êle fôsse mandado para Castela, sem dúvida para evitar que a sentença tivesse de ser executada; o que importava era não lhe deixar possibilidades de ter entendimentos em Espanha. Até que ponto iam êsses entendimentos é difficil avaliá-lo. Fernandez Duro fala de uma carta de Quinson, governador do Russilhão, em que se afirma que um irmão bastardo do Almirante esteve, em 17 de Outubro de 1702, em Gerona e depois em Barcelona a saber notícias da tentativa feita pela esquadra aliada contra Cádiz. Por outro lado os autores ingleses dizem que o Almirante se opunha à expedição da Catalunha e parece certo que a de 1705 foi resolvida contra sua vontade, por influência do govêrno inglês. A carta que o historiador espanhol cita no mesmo ponto é, porém, uma prova de que, em 1703, êle anunciava a chegada breve de uma armada à Catalunha, o que não corresponde de forma alguma aos projectos feitos pelos aliados e deve ser tomado como um artificio para animar os par-

tidários da casa de Áustria (¹); esta carta é datada de Belém, onde, portanto, devia estar vivendo o Almirante nos fins de Março daquele ano.

V

Assim crescia a importância do fugitivo que a pouco e pouco foi adquirindo influência sobre o espírito de D. Pedro II, com quem teve largas conferências (28); ainda antes de oficialmente nomeado, era já em Lisboa um verdadeiro embaixador do futuro rei de Espanha Carlos III, proclamado em Viena, em parte por sugestão do Almirante.(²)

Em 2 de Maio de 1703 já êste nos aparece revestido de tal cargo diplomático.

Na côrte portuguesa havia uma corrente bastante forte a favor da manutenção da paz; chefiava-a o Duque de Cadaval a que certos autores, notòriamente os ingleses, chamam partidário da França, injustamente em nosso entender. Não o era, antes a sua attitude se nos afigura a mais judiciosa e patriótica, desejando apenas que Portugal se não lançasse sem preparação numa aventura perigosa e cujos resultados lhe pareciam aleatórios. Duvidava êle que se effectuasse a cedência das praças que o Pretendente austriaco agora tão liberalmente oferecia; é provável que as suas desconfianças fôsem partilhadas pelos outros conselheiros, e talvez por isso a primeira preocupação que se manifestou mais tarde, ao começarem as operações, foi exactamente a conquista do maior número possível dessas praças.

(¹) Fernandez Duro, 91, nota.

(²) Ms. 1615, fls. 257.

(³) No Museu Britânico há cópias de diversas cartas do Almirante dirigidas à Rainha Ana e a diferentes personalidades (V. Conde de Tovar, *Catálogo dos mss. portug.*, 235); datam de 1703.

A julgar pelas memórias da época, essa repugnância a entrar na guerra estava bastante espalhada. É de supor que alguns pensassem que não seria menos de recear do que o excessivo poderio dos Bourbons a reconstituição do império de Carlos V. E parece que com êsse receio manobrava o Almirante, afirmando a D. Pedro que a sua entrada na Grande Aliança seria a única forma de convencer o Imperador a abdicar em seu filho segundo; ao mesmo tempo convencia Leopoldo de que a vinda para Lisboa do novo soberano era indispensável para obter a aliança portuguesa.⁽¹⁾

Na verdade esta situação representava para Portugal uma garantia não inferior, à que significaria a posse de tôdas as praças importantes que Castela tinha nas fronteiras do Minho e do Alentejo, que a experiência da guerra da Restauração provára serem aquelas que era necessário reforçar.

A nossa adesão à Liga era considerada pelos governos desta da maior importância; com razão um verzejador da época podia atribuir a Portugal as seguintes palavras:

El médico de Europa
Sin duda soy, porque tengo
Con las llaves de Castilla
En mi mano su remedio
Vengan todas y todos
Los que adolecen
Tomarán el remedio
Que yo les diere⁽²⁾

(1) Encontramos esta afirmação, aliás, não documentada, em Mahon, 69; também aí se atribui ao Duque de Cadaval, uma defesa de neutralidade, provavelmente apócrifa nos seus termos, mas exacta nas ideas.

(2) Dêste *baile entremezado* há duas cópias na Biblioteca Nacional de Lisboa: *Pomb.*, cod. 126, fls. 133-4, e cod. 721, fls. 230 v. É nitidamente favorável à Liga. O médico começa por ser consultado pela Europa:

Señor, un viejo soñó
Que podia ser mi dueño
Y sus instancias me traen
Los humores muy revueltos

Por isso, o tratado de aliança assinado em 6 de Maio de 1703, foi em Inglaterra, na Holanda, e no Império considerado uma grande vitória diplomática. O Almirante oficialmente não interveio nêle, mas já vimos a influência que indirectamente exerceu para tal fim.

Era com êle que, nos meados de 1703, exactamente quando a França pensava ainda em obter a sua expulsão, se entendiam os governantes de Portugal já participante da Grande Aliança.

Em 10 de Julho o secretário José de Faria comunicava ao Duque a resolução régia de que conferenciasse com o Almirante, o Conde de la Corzana e Schonenberg sôbre a maneira como devia ser conduzida a guerra. O relatório que o Duque apresentou acêrca do assunto é, sem dúvida, o documento mais elucidativo sôbre a importância relativamente pequena que tiveram em Portugal os esforços do Almirante.

A entrevista realizou-se no dia 11 com precauções especiais para dela não ter conhecimento o embaixador de França, que era informado de muitas coisas de casa do Almirante. Para isso, êste e o Conde de la Corzana foram, como de passeio por dentro da

e receita-lhe:

Haga usted ejercicio
Con el acero
Quedará sosegada
Libre del viejo

Depois de, no mesmo tom belicoso, ter indicado os remédios que convêm ao Imperador, à Igreja, a Carlos III, à Inglaterra, ao Duque de Anjou, à Holanda, ao Príncipe (de Hesse-Darmstadt), a Castela, à Saboia, a Génova, à Baviera, a Veneza, ao Grão-Turco, termina por prescrever ao rei de França:

Su majestad disponga
Su testamento
Porque sus muchas fuerzas
Lo tienen muerto
No lo dilate
Que la Liga con esto
Concluye el baile.

quinta até Sete Rios, onde Francisco Schonenberg foi ter por S. João dos Bemcasados e o Duque por S. Sebastião da Pedreira.

A primeira pergunta dêste foi a data da vinda do Arquiduque. O Almirante respondeu que era muito próxima, mas embaraçou-se sôbre a possibilidade de ela ser anterior às ratificações dos tratados. Socorreu-se de Schonenberg, e êste disse que, não querendo informar falsamente, declarava que tal se não podia dar e, como só em Setembro o Império teria procedido à ratificação, o Arquiduque não podia vir antes de meados de Dezembro. O Duque observou que esta demora fazia perder todo o outono, e que D. Pedro II tinha a certeza que o Arquiduque viria, pois era essa uma condição indispensável para a futura campanha, mas Schonenberg excusava-se a tomar compromissos sôbre um assunto que só dependia do Imperador. Depois de pequenas informações sôbre as armadas aliadas, o mais que prometeu foi prevenir da chegada do Arquiduque à Holanda, para haver tempo de preparar o seu alojamento completamente.

Sôbre o modo de fazer a guerra, o Conde de la Corzana declarou logo que nem valia a pena pensar em tal, pois em três ou quatro dias tudo terminaria; nem era preciso preparar depósitos de mantimentos. O Almirante apoiou esta afirmação: — a Espanha era como um ovo que mostrava a casca para que o supusessem cheio, e que estava vazio; só casca, sem gema nem clara. O Duque achou facilidades demais e interrogou o Conde: ¿que se podia fazer em tão breve tempo? O Conde respondeu que se veria; o importante era fazer alguma coisa; aconselhava que no inverno se invadissem a Espanha pelas fronteiras da Beira e do Alentejo, e depois por tôda a parte, prosseguindo por onde houvesse menor resistência.

Então — insistia o português — sempre alguma resistência havia a temer? Só os socorros da França, — disse o Conde — e êsses mesmos de pequeno valor.

O Duque não concordava com uma campanha durante o áspero inverno beirão, e o Conde também a acharia difícil se não fôsse, mais uma vez o afirmava, uma questão de três ou quatro dias; bastava ter tudo pronto para aproveitar a primeira lua que trouxesse bom tempo. Confessa o conselheiro de D. Pedro II que não

insistiu mais, porque, com o que ouvira ficara convencido da incapacidade do Conde, pessoas aliás de conversa interessante, «mas vai muito de galante a discreto».

As facilidades, no dizer dêle, não ficavam por aí; em Castela abundariam pão e alojamentos; tôdas as povoações favoreceriam a invasão, e só os soldados tentariam a resistência; os povos, êsses nem sequer tentariam fugir com os seus bens; entrando-se por Almeida não tinham outro remédio senão entregar-se. ¿Porquê? interrogou o Duque; e o Conde respondeu «muito incoerente», aludindo à necessidade de conservarem as suas fazendas. O português desdenhou observar que essa razão não servia só para esta fronteira, porque lhe bastava «entender o pouco fundamento da sua resposta».

Avaliando os efectivos do exército castelhano, o Almirante falou em doze ou quinze mil infantes e quatro mil cavalos; o Conde estendia-os respectivamente a vinte mil e a cinco mil, mas todos haviam de fugir e desertar, «porque era costume antigo dos castelhanos». E o Duque, a que não podemos deixar de supor uma intenção irónica, pedia que ficassem ao menos aquêles que haviam de mudar de partido, de maneira a facilitar os nossos intentos; e seria bom saber quais e quantos eram. O Almirante respondeu que tinha entendimentos para tal fim, mas disso não falaria, pois era segredo alheio; o que podia certificar é que todos se bandeariam, logo que vissem um poder grande na invasão do Arquiduque. Tornava o Duque que, pelo contrário, estava informado de que os castelhanos melhoravam as praças da fronteira e reüniam mantimentos; coisa de nada — responderam os castelhanos — umas estacadas em Badajoz para capitular mais honradamente; obra de pequeno valor, «remédio de tristes» dizia o Conde de la Corzana.

Passou o Duque ao último ponto a tratar; ¿como apoiaria a armada dos aliados a acção do nosso exército? O Conde propôs logo uma ameaça na Galiza e um ataque considerável na Andaluzia. Schonenberg apenas indicava que se faria o que parecesse melhor. O Duque declarou que, para efectuar um desembarque com probabilidades de êxito, era preciso que ela tivesse uma guarnição importante, o que lhe não parecia possível por ter de trans-

portar o séquito do Arquiduque e as fôrças que com êste viriam a Lisboa; Schonenberg pensava o contrário, mas o Duque suspeitou que nem êle nem o Almirante diziam tudo o que sabiam da situação de Castela, porque o Conde de la Corzana lhes não merecia confiança, sob o ponto de vista de capacidade.

Despedidos os dois castelhanos, o Duque deteve o ministro da Holanda e ponderou-lhe que, estando já feitos os tratados de aliança, convinha que ambas as partes tivessem inteiro conhecimento da situação; sendo assim, pedia que lhe dissesse se esperava algum movimento dos espanhóis a favor da casa de Áustria. Schonenberg respondeu que não; estivera vinte e tantos anos em Castela, supunha conhecer bem os castelhanos e não admitia tôdas aquelas facilidades do Almirante; pelo contrário, entendia que em Castela não havia homem que se atrevesse a juntar trinta para tal fim, mas que, perante uma forte invasão, todos tomariam o partido dela, sob o seu amparo. O Duque lembrou-lhe que êle próprio dissera a Roque Monteiro Paim que poderia dar-se uma sublevação em Castela antes de se romper a guerra, e que desejava saber se, nesse caso, El-Rei de Portugal ajudaria os sublevados. Sentiu-se o holandês atingido e alegou que não se tinha explicado bem, embora, na verdade, tivesse tido a impressão, por certas negociações, de que o caso se poderia dar; nessa previsão falara a Roque Monteiro, para lhe perguntar o que pensava. O Duque, parecendo-lhe Schonenberg sincero, declarou-lhe, frizando que o fazia em simples conversa, que se houvesse uma sublevação de certa importância, êle aconselharia a El-Rei que aproveitasse a ocasião.

Ao relatório oficial segue-se uma nota autógrafa do Duque:

«Disseme o P^o sebastyam de magalhais q̃ o P^o sem-foegos lhe dyssera daparte do Almyrante q̃ nas materyas de castela não falase ev dyante do condedela corsana não porq̃ o Almyrante douydase da fidelydade do conde mas por não fyar m^{to} da sua capacidade e por esta rezão faley com D fr^{co} esconemberg som^{to} e as pra (sic) Prazas adonde medyse tynha yntylygensya era ade Badagos esyoda Rodrigo S Mg^{do} me ordenou q̃ quando escruesse esta comferensya não falase nesta materya por não pasar o segredo a outras pesoas mas q̃ o tomase por lembransa».

A par da sensatez que demonstra nesta conferência o Duque de Cadaval, devemos também notar que êle nitidamente prova desconfiar das afirmações do Almirante. As mesmas dúvidas tinham outras pessoas. O memorialista anónimo lá comenta que êle «como naufragante não tinha outra taboa para a sua salvação que o Arquiduque».(¹) Os contrários à guerra faziam notar o grande poderio de Castela; era impossível conquistá-la praça a praça e não menos impossível uma defecção como a que o Almirante prometia; os seus partidários deviam não ser muitos e os indiferentes conservar-se-iam fiéis ao poder existente, pois nesse caso não corriam o risco de ser considerados rebeldes, mesmo que o Arquiduque triunfasse. O memorialista mostra-se bem informado quando diz que o Almirante afirmava «que em Castela não haveria tiro de mosquete e que a todo o que viesse com bala exporia o proprio peito», frase talvez nunca proferida mas que não destoa das suas palavras, antes pitorescamente as resume.

*
* *
*

Entretanto aproximava-se a época da chegada do Pretendente que devia determinar o início da campanha e ao mesmo tempo trazia grandes complicações de ordem protocolar, que para a diplomacia da época eram talvez mais importantes que quaisquer outras. As dificuldades provinham de que êle chegaria, como Arquiduque mas trazendo já a renúncia de seu pai e de seu irmão e com ela seria imediatamente proclamado, como já o fôra em Viena.

Em 10 de Novembro teve o Duque nova conferência com o Almirante, desta vez sôbre a forma de recepção do Arquiduque. As propostas feitas para êste acto suscitavam várias dúvidas. A primeira dizia respeito a vir Carlos III receber D. Pedro II ao portaló do navio em que viajava; a segunda versava sôbre a ordem de precedência

(¹) *Loc. cit.*, 268 v.

das duas guardas reais; finalmente era necessário saber-se que os títulos de Portugal poderiam ficar cobertos quando também o estivessem os grandes de Espanha. No primeiro caso era impossível a reciprocidade por parte do nosso soberano, como aliás se desejava; para o segundo o Almirante alegava que a *Guarda de Corpus* do rei de Espanha era formada por pessoas de elevada categoria e por isso não admitia comparação com a Guarda Tudesca; mas o Duque respondeu que a precedência das guardas era a que competia às pessoas e não aos soldados que as compunham; rebatendo a terceira exigência, o castelhano recordava que todo o que se cobria diante do Rei ficava *ipso facto* grande de Espanha. Afinal teve que se conformar com os desejos do conselheiro português: Carlos III viria até à proximidade do portaló, apenas à distância indispensável para o séquito do nosso Rei poder segui-lo; as guardas preceder-se-iam pela ordem que se precedessem os soberanos; e a questão dos chapéus seria resolvida pela igualdade como se pedia. Para que dúvidas não ficassem, foram as condições escritas e assinadas; delas há transcrição no copiador do Duque.

Constam de 18 artigos e terminam pela declaração de que «sendo conferidos, ajustados e aprovados, os capitulos acima referidos, forão assinados pelo Ex.^{mo} S.^r Dom João Thomas Henriques de Cabrera, Almirante de Castella, e pelo Ex.^{mo} s.^r Dom Nuno Alz Pr.^a Duque do Cadaval, e reciprocam.^{te} seprometeo q̃ seguardaria tudo o contheudo neste papel.»

Mas ainda havia mais que resolver: logo em 20 de Novembro se realizou outra conferência, esta sôbre a importante questão dos tratamentos. O conde de Assumar fôra encarregado do que respeitava à hospedagem do Arquiduque e El-Rei ordenava-lhe que desse Excelência a todos os grandes que se cobrissem diante do Pretendente, mas com a condição de receber dêles o mesmo tratamento. O Almirante declarava-se pessoalmente pronto a fazê-lo, mas não podia comprometer-se por outros, nem sabia o que pensaria o Arquiduque. O Duque disse-lhe que S. Ex.^a havia resolvido assuntos mais importantes em nome dêle, mas D. João Tomaz declarava aquele caso muito grave, e só depois de muitas horas de discussão, o conselho de Schonenberg, que chegara casualmente e que êle con-

siderava autoridade, o decidiu a concordar com o Duque, dizendo «por galantaria o ã em outras veses, ã sempre fazia o ã eu lhe mandaua».

O Duque, suspeitando que êle queria evitar reciprocidade de tratamento com os grandes, pediu que o acôrdo ficasse consignado em cartas que para tal fim trocariam. Nova dificuldade do Almirante, que ainda quis tornear a questão, mas acabou por ceder: as cartas foram escritas em termos bem claros.⁽¹⁾

O mau tempo demorou a viagem do Arquiduque que só chegou em 7 de Março de 1704. Ainda em 6 do mês anterior houvera mais uma conferência entre o Duque e o Almirante para regular o protocolo que se devia observar com a Rainha D. Catarina.

D. João Tomaz aconselhava um cerimonial semelhante ao da entrevista da Rainha Ana e do Arquiduque, mas o Duque objectava a diferença de costumes das duas côrtes, o facto de que D. Carlos já seria Rei à data da visita «que no norte se dava a paz que não era permitido em Portugal nem em Castela» e que os principes do norte tinham mais facilidade no trato. Por isso propunha cerimonial semelhante ao que fôra usado na entrevista de Filipe V com a viuva de Carlos II, visto a Rainha assim o querer para mostrar a estima que fazia do Arquiduque, pois não podia em Portugal reconhecer superioridade no Rei de Castela como no caso indicado a reconhecia D. Mariana. Ainda, como devia ir cumprimentar o Pretendente em nome de D. Catarina, precisava para o fazer da certeza que êle iria visitá-la ao seu palácio. Com tudo concordou o castelhano. ⁽²⁾

Ao aproximar-se a vinda de Carlos III, D. João Tomaz passou para a quinta do Conde de S. Lourenço, onde hospedou o seu amigo Príncipe de Hesse-Darmstadt,⁽³⁾ que partira com o novo Rei, mas cujo navio não tinha interrompido a viagem, arribando a Lisboa em 31 de janeiro.

⁽¹⁾ *Loc. cit.*, fls. 203, onde estão transcritas.

⁽²⁾ Cop. Cad., fls. 208 v.

⁽³⁾ Ms. 1615, fls. 275 v.

VI

Com a chegada do novo soberano, passou o Almirante a desempenhar um papel ainda mais importante, sendo estribeiro-mór e parece que funcionando de secretário das mercês ou do despacho universal.⁽¹⁾

Era talvez nesta ocasião que um engenhoso poeta, cujo estro não igualava a boa vontade, lhe dedicava um ditirâmico soneto: ⁽²⁾

Padre de España sois, gran Almiran-
Sus hijos sustentais, pio y clemen-
David a cuyo brazo tan valien-
La tierra besara el mayor gigan-

Torreón, pues las manteneis Atlan-
No doblando al vil yugo su alta fren-
Firmamento en quien de Austria refulgen-
Su Carlos dominará triunfan-

Lleguen pues de España a offerecer-
Su ser para que puedan venerar-
Porque el no hacerlo asi será ofender-

Pues sois sin duda de la España el Mar-
Nada he dicho, pues es tu brazo fuer-
Firmamento, David, Padre, y Baluar-

te

Como era de uso antes de começar a guerra, publicou El-Rei um manifesto em que justificava a sua resolução. Fernandez Duro

(1) Numa carta não assinada (Biblioteca Nacional de Lisboa, mss., F. G., cod. 439, fls. 4) o autor pede-lhe a nomeação de um cargo de ministro que lhe fôra prometido, ou pelo menos, como o Rei parte no próprio dia (31 de Maio), um passaporte como bom e leal vassalo.

(2) Miscelânea, ms., B. N. L., *Pomb.*, cod. 721, fl. 247 v.

achou semelhanças entre esse manifesto e o do Almirante e concluiu que era este o autor de ambos.

Não pensamos assim; em primeiro lugar, não vemos entre os dois documentos mais conformidade do que aquela que era de esperar entre escritos defensores da mesma causa; em segundo lugar, temos a afirmação cabal de Barbosa Machado de que o manifesto de D. Pedro é da autoria de António Rodrigues da Costa. É difícil recusar o testemunho do erudito bibliógrafo, principalmente tratando-se de um seu contemporâneo e colega durante uma dúzia de anos na Academia Real de História. A mesma notícia encontramos no diário de José Soares da Silva.⁽¹⁾

Também julgamos que Fernandez Duro errou na data que atribuiu à publicação do manifesto do Almirante, que elle supôs imediata à da sua condenação. A própria redacção do manifesto dá a entender que foi escrito na proximidade de começarem as operações de guerra: «porque no le pareció que quedaba bien puesta la razon si diesse mucho tiempo entre manifestarla y defenderla no debiendo sacar á luz maximas tan grandes del honor hasta que la ejecucion se halle en paraje de acreditar con las operaciones lo que escribió la pluma».

É crível pois que o manifesto, escrito em 1703, quando o Almirante esperava a cada momento a chegada do Arquiduque, só fôsse publicado no ano seguinte.

Também encontramos uma confirmação em José Soares da Silva, que, referindo em 3 de Maio de 1704 a aparição dos manifestos reais, diz: «O (manifesto) com que saiu o Almirante não o vi e o ouço gabar muito». ⁽²⁾

Quanto ao manifesto de Carlos III foi também attribuído na época a António Rodrigues da Costa. Não o conhecemos; ao mesmo

(1) *Gazeta*, I, 18.

(2) Também não conseguimos vê-lo, nem parece que o encontrasse algum historiador. Fernandez Duro, depois de explicar os motivos da sua desappareição, conta-nos que só viu uma cópia manuscrita que julgou má.

grupo de publicações deve pertencer um raro folheto de que possuímos um exemplar. (1)

A guerra começava pela dupla ofensiva franco-espanhola sobre as fronteiras da Beira e do Alentejo. Embora aquela fôsse a principal, não pôde realizar os seus objectivos, e a maior parte dêste exército atravessou o Tejo, reunindo-se ao outro e prosseguindo as operações ao sul do rio.

Ao contrário do que primeiro fôra projectado sobre a ida dos Reis para o Alentejo e depois de se ter adiado a partida, D. Pedro II e Carlos III saíram de Lisboa para se reunir ao exército da Beira com intervalo de dias. O Almirante acompanhou o segundo, que iniciou a viagem no último dia de Maio.(2) As más notícias da fronteira e a falta de preparação foram as causas prováveis da demora dos monarcas em Santarém até princípios de Agôsto.

Antes da partida dos soberanos, reuniram-se em Lisboa vários conselhos de guerra. Segundo alguns historiadores estrangeiros, o Almirante aconselhava nêles que se repetisse o ataque que em 1702 falhara na Andaluzia. Pelo contrário as fontes portuguesas contam que êle desejava o ataque por Ciudad Rodrigo «confiando inteiramente na afeição daquêles povos» diz D. Luiz Caetano de Lima (3) que estava em situação de colher boas informações. Vemos que estas notícias são confirmadas explicitamente pelo relatório do Duque de Cadaval. Se essa ofensiva só mais tarde foi intentada, devêu-se tal demora ao atraso da preparação dos portugueses, que o Duque, como dissemos, mostrara recear e aos pequenos efectivos dos contingentes estrangeiros. Dos aliados, porém, ainda eram menores do que as que ficaram em Portugal as fôrças destinadas à

(1) *Compendio del derecho de la Augustissima Casa de Austria A la succession de España*; 8.º de 29-1 pgs. No fim: Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de Sua Magestade, Anno 1704.

(2) A maior parte dos autores, seguindo D. António Caetano de Sousa, dizem 30 de Maio. Temos, porém, em contrário, a afirmação nítida de José Soares da Silva, que dá a notícia no próprio dia (*op. cit.*, I, 20), e também a carta que antes citámos de um pretendente a lugar official.

(3) *Mem. hist.*, Biblioteca Nacional de Lisboa, mss., F. F., cod. 588.

expedição marítima — prova que esta não era julgada a principal operação, o que nos parece tanto mais provável que os aliados necessitavam absolutamente, já o dissemos, de satisfazer Portugal, começando a cumprir as promessas feitas.

Supomos que é facilmente explicável o êrro de tantos historiadores. O Almirante realmente aconselhou a expedição à Andaluzia, mas em 1705, quando o Pretendente resolvera sair de Portugal. Para esta expedição é que se justificam as razões que apresenta San Phe-lippe com o discurso do Almirante, e que outros arbitrariamente transpuseram para o ano anterior. Mais adiante veremos que nas informações dêstes há êrro evidente; mas as opiniões do Almirante em 1705, que êle muito plausivelmente apresentou em conselho, significavam opposição à ida à Catalunha, parecer que Carlos III finalmente adoptou. Em Junho de 1704 em Santarém, todos, menos o duque de Cadaval, aconselhavam romper a guerra na Beira sem demora.⁽¹⁾

Durante êste período de preparação para a guerra, em que as duas côrtes estacionaram cêrca de dois meses em Santarém, se deu (se é verdadeira a informação do bispo do Grão-Pará) um factio misterioso: «...na portaria de S. Francisco, em Santarém, se entregou um cadáver sem cabeça, dentro de um sacco, em certa noite. De umas cartas que se mandaram a el-rei D. Pedro, que logo as communicou a Carlos III e ao almirante Henriques de Cabrera que todos estavam na villa, surdiu a decapitação occulta. Hoje sei que o secretário do almirante foi o morto por infiel (disse-m'o o chronista fr. Marcelliano)». ⁽²⁾ Foi o senhor Sampaio Ribeiro que nos chamou a atenção para esta passagem das *Memorias* de Fr. João de S. José; mas nenhuma outra referênciã a tal encontramos, e na época em que Queirós escrevia já tinha passado tempo bastante para alterar a verdade. Talvez se trate de uma simples dramati-

⁽¹⁾ Copiador Cadaval, fl. não numerada.

⁽²⁾ *Memórias de Fr. João de S. Joseph Queiroz, bispo do Grão-Pará, com uma extensa introdução e notas illustrativas por Camilo Castelo-Branco*, 77 (Pôrto, 1868).

zação da fuga muito anterior de D. Miguel de San Juan; talvez o Almirante tivesse novo secretário que traísse a sua confiança, porque sem dúvida a diplomacia espanhola havia de procurar entre os seus familiares algum que se prestasse a dar-lhe informações. Não é mesmo impossível que seja verdade tudo o que relata o bispo; mas custa-nos a crêr que um caso de tal forma trágico não seja relatado por nenhum dos memorialistas contemporâneos que conhecemos. Muito mais os interessaria a êles do que aos governantes que continuavam em Santarém a discutir nos conselhos a forma de dirigir a guerra, assentando por fim, como dissemos, a quási unanimidade em aprovar que se fizesse uma ofensiva importante pela fronteira do Agueda.

Assim pois, seguindo em Agôsto com os dois soberanos de Santarém para a campanha da Beira,⁽¹⁾ o Almirante podia supor que triunfavam os seus projectos de invasão por Ciudad Rodrigo. Infelizmente para êle, a attitude dos espanhóis não correspondeu às promessas que D. João Tomaz fizera, e não custa a crer que, por isso, êle caísse em total descrédito como diz Saint-Simon.⁽²⁾

Na verdade depois das suas pomposas afirmações passadas, é provável que os aliados vissem com espanto o novo critério de extrema temporização que êle agora adoptava; devia ser estranhado pelos aliados e devia desgostar D. Pedro II, quando ardentemente instava pela ofensiva, ouvir-lhe dizer que a travessia do

(1) San Phelippe diz que o Almirante levantou para esta campanha um regimento de cavalaria com estrangeiros e gente bisonha portuguesa. (*op. cit.*, I, 146). A tal não encontramos outra referência, nem na ordem de batalha existente no *Livro de várias plantas*, de João Tomaz Correia (Biblioteca Nacional de Lisboa, mss., F. G. cod. 740, fls. 38) há indicação de companhia de cavalos que se coadune com esta. Também nenhuma confirmação encontramos de que o Almirante fôsse general de cavalaria, pelo menos com patente portuguesa; teria, talvez, êsse pôsto no exército do pretendente; mas não era, decerto, general da cavalaria coligada como diz Fernandez Duro (*op. cit.*, 92).

(2) *Op. cit.*, VII, 193. O autor acrescenta que o Almirante correu risco de ser morto pelo povo. Esta notícia é quási certamente falsa; mas é incontestável que havia bastante má vontade contra a guerra.

Águeda era impossível e que «nunca se vira no mundo intentar batalha desfilada contra inimigo metido em boa ordenança».⁽¹⁾ O Almirante neste ponto tinha bastante razão, mas isso mesmo demonstrava a falsidade das suas informações, o que não era de molde a prestigiá-lo. Não sabemos o que se pensava d'êlé na Côrte, mas o Duque de Cadaval em 26 de Julho dizia a El-Rei em Santarém: — «Não temos mais certeza da sublevação que esperávamos que a do Almirante, a quem nunca dei crédito».⁽²⁾

Ao recolher da falhada campanha de 1704 não é pois de estranhar que o Almirante se sentisse deprimido e desgostoso.

Afastado por Carlos III, vendo ceder a sua influéncia à dos conselheiros alemães, nem mesmo teria entrada no conselho se a Rainha Regente D. Catarina lhe não tivesse dado o cargo, meramente honorífico, de governador das armas do Algarve.⁽³⁾

Foi em 1705 que se realizou o conselho em que, contra a vontade do Almirante, prevaleceu a opinião que tivera o Príncipe Jorge de fazer uma tentativa sôbre a Catalunha. Temos aqui que abrir um parêntesis para apontar um êrro que aparece em San Phe-

(¹) Cop. Cadaval, fls. 144.

(²) Copiador Cadaval, fls. 137. Devemos esclarecer que El-Rei, resolvendo partir para a campanha da Beira, deixou o Duque encarregado do govêrno de Lisboa, do que êste se queixou, entendendo que os seus serviços mereciam acompanhar El-Rei na guerra (*ib.*, fls. 128). Ao receber as más notícias da guerra, El-Rei escreveu-lhe da Castanheira, mandando-o chamar (*ib.*, *ib.*, nota autógrafa). O Duque esteve depois sempre ao lado de D. Pedro na campanha de 1704, como mestre de campo general junto à real pessoa. Notaremos que mais uma vez o Duque mostra nos conselhos altas qualidades; são notáveis as críticas à campanha que figuram no seu copiador, cuja autoria não lhe queremos forçosamente atribuir, mas que confirmam as suas opiniões antes expressas.

(³) Não encontramos registo da patente nem na *Chancelaria* nem no *Conselho de Guerra* (nesta colecção falta um livro em que ela podia figurar). É José Soares da Silva que diz que o cargo era honorário (*op. cit.*, I, 35). Há uma ténue confirmação indirecta na nomeação para o cargo efectivo de D. João de Lencastre, que não se refere a estar êle. vago por morte do Almirante. No único livro do govêrno das armas do Algarve respeitante a êste periodo que existe no Arquivo Histórico Militar, não há também referência

lippe,⁽¹⁾ no *Quadro Elementar*,⁽²⁾ em Fernandez Duro ⁽³⁾ e que nos parece necessário rectificar.

A origem é provavelmente a mesma — San Phelippe, copiado por J. B. Targe, onde o foi buscar o visconde de Santarém. Segundo essa versão, no conselho interveem Galway, Darmstadt, o Almirante, Lichtenstein, vários officiaes ingleses e holandeses e conselheiros portuguezes não especificados, D. Pedro II e D. Catarina. Ora não é possível que tôdas estas personagens assistissem a um conselho em 1705, nem mesmo em 1704. Darmstadt saiu de Lisboa em 8 de Maio de 1704 para uma expedição às costas de Espanha, chegou em frente de Barcelona a 29, seguiu para Niza em 1 de Julho, regressou ao Atlântico, vindo cruzar em frente do Algarve na primeira metade do mês seguinte, fêz capitular Gibraltar em 4 de Agôsto, defendeu a praça contra os francò-espanhóis desde Outubro dêste ano a Abril de 1705 e só chegou a Lisboa em 11 de Julho, chamado para um conselho que se resolveu convocar depois que aportou a Lisboa, em 20 de Junho, uma importante expedição anglò-holandesa. Segundo informação de Parnell,⁽⁴⁾ em 1 de Junho, escrevia de Gibraltar a Carlos III aconselhando que a expedição seguisse para Valência, avançando daí directamente sôbre Madrid, não lhe parecendo pois então a mais conveniente outra expedição como a que no ano anterior intentara à Catalunha.

Galway só em 10 de Agôsto de 1704 chegou a Lisboa,⁽⁵⁾ que

ao Almirante. Os diplomas do fim de 1704 e de 1705 são assinados pelo conde de Avintes, o que prova que êste era o governador efectivo.

José Soares da Silva diz que o Almirante, pela mercê «foi beijar a mão à Rainha com quem se houve com dobradas e rendidas genuflexões. Quem tal dissera!». Não sabemos se quere referir-se a qualquer mau entendimento entre a Rainha e o Almirante, ou à pouca importância que tinha o cargo que lhe davam, que não parecia de molde a provocar agradecimentos de quem outros tão importantes já occupara.

(¹) *Op. cit.*, I, 167 e seg.

(²) XVIII, 248.

(³) *Op. cit.*, 92.

(⁴) *Op. cit.*, 111, nota.

(⁵) *Ib.*, 75.

«o hospedou logo com um acidente de pedra»,⁽¹⁾ e não tornou a sair de Portugal senão com o exército.

Finalmente, do Almirante sabemos que acompanhou Carlos III na campanha da Beira, devendo portanto ter saído de Lisboa em 31 de Maio; regressando em Outubro ou Novembro, partiu para o Alentejo antes de 2 de Maio de 1705 e morreu em Estremoz antes da volta do Príncipe Jorge a Lisboa.

Em nossa opinião, pois, o conselho em que se opinou pela expedição da Catalunha foi celebrado num dos quatro primeiros meses deste ano (provavelmente em Abril, quando já se podia contar como definitiva a derrota dos franceses em Gibraltar) e a opinião atribuída a Darmstadt é a que êle tivera no ano anterior e que era agora a do govêrno inglês.⁽²⁾

Nesta data, Carlos III resolveu actuar na Catalunha. Todavia, as disposições definitivas respeitantes a essa expedição só devem ter sido tomadas nos finais de Junho, depois da chegada a Lisboa da armada inglesa, e quando o Almirante já seguira para o Alentejo, a assistir no exército de operações comandado pelo Conde das Galveias. Não sabemos a data exacta da sua partida, mas em 20 de Abril ainda redigia em Balém «en el Convento Real de S. Geronimo» um codicilo do seu testamento e em 2 de Maio já um memorialista noticia a viagem.⁽³⁾ O nosso exército saiu para a campanha em 21 de Abril; em 2 de Maio começava o ataque de Valência de Alcântara.⁽⁴⁾

O Almirante presenciou provavelmente a tomada desta praça e a de Albuquerque (8 e 20 de Maio). Pensou-se depois em atacar Badajoz, contra vontade do Almirante, afirma o Padre Franco que lhe atribui a frase: — Quem deliberou tomar Badajoz, em a vendo há-de dizer que nem se podia cercar. Falaria assim talvez em 1705; dois anos antes dissera o que já vimos. Pelo contrário, Fernandez

(1) José Soares da Silva, I, 25; a notícia é datada de 16 de Agosto.

(2) Parnell, 106 e seguintes.

(3) José Soares da Silva, *loc. cit.*

(4) *Not. prel. das prim. oper. dos ex...* (Lisboa, 9 de Maio de 1705). O Padre Franco também indica os fins de Abril como data da partida do Almirante.

Duro conta-nos que o Almirante recomendou que se pusesse cêrco a esta praça, supondo também que êle começou a realizar-se em vida do Almirante. Ora a operação reduziu-se a uma marcha de Albuquerque para Badajoz em 2 de Junho, acampamento em 5 entre o Caia e o Guadiana e retirada em 13 para a outra margem do Caia com entrada em quartéis de verão no dia de S. João.(1)

É a êste estacionamento que se refere o Padre Franco, sem dizer que o cêrco se efectuou; e do acampamento afirma êle que foi em sítio insalubre de más águas. Ali adoeceu o Almirante sendo, ao que parece, obrigado a recolher a Elvas e, vindo para Estremoz em 27 de Junho, faleceu nesta vila no dia de S. Pedro, às 4 horas da tarde, depois de dois ataques, que foram atribuídos ao abuso que fazia de ruibarbo, e entre os quais teve tempo de receber os sacramentos.

Depois de uma autópsia em que ficou demonstrado que não fôra vítima de um envenenamento, suspeita de que, aliás, não encontramos vestígio nos autores da época, foi o Almirante enterrado em S. Francisco de Estremoz, onde provávelmente ainda jazem os seus restos, sem que nada distinga a campa do que chegara em vida a tão elevados cargos.

Devemos notar que certos autores supuseram que o Almirante ia em viagem da Côrte para a fronteira quando morreu. Fernandez Duro, seguindo San Phelippe, diz mesmo que fôra enviado a tratar de disposições para a campanha. Parnell julga que êle só partiu de Lisboa depois de 20 de Junho.

Ora a verdade é, como vimos, que o falecimento de D. João Tomaz se deu quando êle viajava no sentido contrário, como dizem, entre outros, o Padre Franco e Afonso da Gama Palha. Como é natural, nos memorialistas da época encontramos referências ao

(1) Esta resumida narração da campanha é feita segundo a *Hist. Gen.*, a *Gazeta* de José Soares da Silva, a *Relação* de Afonso da Gama Palha, *The War of. Succ.*, de Parnell, *Hist. of. the War* de Mahon e *Imagem do seg. século* do Padre Franco. Podemos verificar que não há qualquer discordância entre elas, e por isso julgamos erradas as suposições de Fernandez Duro e Matos Sequeira.

caso, que se manifestava desde logo importante. A de José Soares da Silva é nitidamente desfavorável à memória do morto: «Morreu o grande Almirante causa origem fomento de tôda esta marcial patarata cuja trama êle urdiu e deixou tanto por um fio como foi o da sua vida. Deram-lhe uns três accidentes (¹) repetidos que o levaram mas com sacramentos em Estremôs. Quem tal dissera à vista dos sumptuosos e soberbos mausoléus que se tinham erigido à sua prosperidade. Assim acabou pois D. João Tomaz Henriques de Cabrera em cujo nascimento foi tourear à sua mesma rua (²) e à sua mesma casa Felipe IV e em cuja vida lhe guardavam sentinelas as ruas nas horas do sono porque o não despertasse o mínimo ruído. Em S. Roque e em Santo Antão desta Côrte havia deixado e repartido em depósito o seu tesouro (sumamente precioso) e agora em o seu testamento deixa ordenado, que se El-Rei Carlos entrar em Castela se faça da fazenda que cá deixou um colégio de padres da Companhia em Medina do Rio Seco donde era duque para missionários das Indias, e se não entrar que se faça em Lisboa para missionarios da India».(³)

D. Luiz Caetano de Lima comenta que esta morte alterou muito as esperanças em que talvez ainda se estava, de que a sua assistência neste reino serviria de entreter nos ânimos dos espanhóis a afeição que nêle se supunha a casa de Áustria.(⁴) Mas o mais curioso é que no livro das desobrigas da Ajuda, o prior consignou o facto, errando-lhe por sinal a data:

«Aos 28 dias de julho de 705 faleceo o Almeyr^{to} de Cast^a D. Thomaz na V^a de Estremos deyxou por herdr^{os} os P^{os} da Comp^a com renda p^a fazerem hũ Collegio».(⁵)

Escrevendo ao seu embaixador Amelot, Luiz XIV diz esperar que a morte do Almirante tenha desconcertado as inteligências que tivessem em Castela os inimigos e que ela poderá inspirar aos por-

(¹) Parece falsa esta informação.

(²) Outra informação falsa, visto o Almirante ter nascido em Génova.

(³) *Loc. cit.*, I, 39.

(⁴) *Mem. hist.*, 416.

(⁵) L.º de 1705 a 1709, fl. 40 v.

tugueses mais desejos de terminar uma guerra de que não esperam sucessos.⁽¹⁾

Ora exactamente a êste facto é que attribuimos o tom da notícia de José Soares da Silva. Manifesta-se êle sempre contrário à guerra, de que vê mais os desastres efectivos do que as vantagens prometidas. Por isso desabafa sôbre a memória de D. João Tomaz o desengano que em Portugal tiveram os que se fiaram das suas informações; deviam ser bastantes, e, segundo elas, esperavam uma campanha rápida e sem perigo, de alguns dias, como êle dissera ao Duque de Cadaval, com a fuga geral do exército castelhano e a adesão não menos geral das populações. Podemos supôr verosimilmente que foram as próprias afirmações, as facilidades que êle annunciara e fizera, devemos supô-lo também, apregoar para criar ambiente à guerra, que vieram desconceituá-lo e impopularizá-lo. Mas os factos bem provaram como Luiz XIV se enganava esperando tão grandes resultados da sua morte. É essa a última confirmação que temos de quanto a sua influência tem sido exagerada.

VII

Pela morte do Almirante abriu-se um largo período de processos e de questões provocadas pelo seu testamento. Já dêles fêz largo relato o senhor Matos Sequeira no primeiro volume do seu livro *Depois do Terramoto*, seguindo a narração do Padre Franco e vários documentos da Tôrre do Tombo. Ali se pode ver como foi mal cumprido o testamento e os escuros negócios que se fizeram em tôrno dêle.

Apenas diremos que da enorme fortuna que o Almirante deixava e que pelas disposições do testamento, devia ser aplicada em Portugal, visto a Casa de Áustria não ter perdurado em Espanha,

(1) Girardot, *Corr. de Louis XIV avec M. Amelot*, I, 69.

se pode dizer que pouco aqui ficou. Os seus duzentos quadros, 30 de Ticiano, 9 de Corregio (entre êles a célebre Isis,⁽¹⁾ diz o Padre Franco) 3 de Rafael, 1 de Perugino, 2 de Miguel Ângelo, 3 de um dos Breughel, 2 de Júlio Romano, 26 de Van Dick, 34 do Tintoretto, 22 de Rubens, 1 de Dürer, 5 do Veronese, 26 de Bassano, 3 de Giordano, outros de Guerchino de Cento, de Ribera, de Zacchetti, foram comprados por baixo preço pelo Arquiduque e por êle levados para a Áustria.

Também por um preço ínfimo, comprou o Pretendente as pedras preciosas, seiscentas esmeraldas, novecentos berilos, duas mil pérolas, treze mil diamantes e ainda ametistas, safiras, crisólitos, jacintos, crisópasos, e as jóias. Muitas das pratas foram vendidas a D. Pedro II.

Praticamente, quási todo o produto da herança foi entregue a Carlos III para as despesas de campanha, ficando êle a pagar juros de 4 %. Mais de 440.000 cruzados, diz o Padre Franco e a conta deve estar certa: 100.000 cruzados dos quadros, 150.000 das joias e pedras, 100.000 que se tinham apurado de diferentes vendas e que primeiro tinham sido emprestados ao Rei de Portugal e cêrca de 90.000 que correspondem às 60.000 patacas⁽²⁾ em dinheiro de que Carlos III se apoderou também.⁽³⁾ Quando o Padre Francisco da Fonseca foi liquidar as contas a Viena, recebeu de capital 177 contos, quantia que também coíncide com o que diz o Padre Franco.

Não interessa ao nosso intuito historiar a herança do Almirante, o que já brilhantemente fêz o senhor Matos Sequeira; apenas faremos notar que a jurisdição de El-Rei de Portugal sôbre a testamentaria, que o Padre Franco contesta, se acha justificada pelo procurador da coroa, Manuel Lopes de Oliveira, como um caso de jurisdição contenciosa; sendo de mais a mais dois dos testamen-

(¹) Talvez *Jupiter e Io*, de Viena.

(²) A pataca por esta época valia cêrca-de 600 réis (V. *Espiões e Agentes Secretos*, do A.).

(³) Não sabemos qual o motivo por que o senhor Matos Sequeira viu discordância entre a quantia e a narração do Padre Franco, que, em nosso entender, ajustam perfeitamente uma com a outra.

teiros portugueses, entendia êle não haver dúvida sôbre o direito de El-Rei a intervir no caso.⁽¹⁾

Também, para conhecimento de quem o assunto interesse, podemos informar que o testamento não está perdido, nem é necessário estudá-lo por uma cópia sem autenticidade, como até hoje se tem feito. Esteve no Arquivo da Relação e, desde 1915, encontra-se na Tôrre do Tombo, registado nos livros de testamentos, exactamente no lugar onde o indica a cópia referida e utilizada.⁽²⁾

Certifica-o o escrivão Carlos António e pudemos verificar que a cópia coincide bem com o original, até em errar o nome do médico para Gabriel Soli, se o êrro de nome não é de Fernandez Duro.

As cláusulas do testamento do Almirante dão-nos a conhecer vários legatários que deviam fazer parte da sua casa, a que ainda não nos referimos e que não sabemos quem fôsem.

Também êle confirma que, de tôda a sua família, como diz o Padre Franco, só deixou mencionada no testamento sua sobrinha D. Maria Henriques, filha do Marquês de Alcañices, a quem testou cinco mil ducados por ano na sobrevivência da comenda de Piedra Buena. O que não é possível descobrir é quem seria o *vadio* a quem revelou os seus segredos, que tomava para si tôda a importância da resolução do Almirante ao ligar-se à causa austríaca, que o caluniava, e a quem, a-pesar-de saber tudo, deixou com estranheza do seu confessor, um grosso legado. ¿Seria o médico D. Gabriel Joli, que, como vimos não vivia com êle em 1705, e a quem deixou 2000 patacas por ano, a maior pensão de tôdas as designadas no testamento? Não cremos que a êste personagem caibam as palavras do Padre Franco, que não parece referir-se a um médico, mas os outros dois legatários principais figuram como testemunhas⁽³⁾ do testamento, devendo portanto ser excluídos pela narração que do caso

(1) Copiador de Manuel Lopes de Oliveira, Biblioteca Nacional de Lisboa, mss., F. G., cod. 6.977, fls. 181 v.

(2) Tôrre do Tombo, Registo Geral de Testamentos, l.º 108, fls. 24-28.

(3) Um dêles, Martin de Recarte, pessoalmente; outro, D. Gabriel Balu, por intermédio de seu filho, D. Tomaz, também legatário na sua falta.

faz o jesuíta. Resta-nos o contador D. António de la Rosa, designado no codicilo para ter trezentos ducados por ano; mas neste parece o testador depositar tôda a confiança, pois o encarrega dos papéis da sua fazenda. E assim ou teremos de incluir o *vádio* entre os que são modestamente contemplados com um ano, seis meses ou três meses mais de ração (e nestes, que não são designados por seu nome, devem estar os criados que figuram nos livros das desobrigas da Ajuda) ou encabeçar o epíteto num dos três padres, o que não podemos admitir. Casnedi está evidentemente excluído; Aguirre não desempenha qualquer papel importante; e embora Cienfuegos adquirisse uma grande influência junto de Carlos III, e se nos possa apresentar desfavoravelmente à luz da história (¹), não podia merecer os insultos que o Padre Franco escreve... e os que declara calar, além do que, certamente, êste o não trataria de vadio. A personalidade do misterioso e indigno legatário é, pois, a última das questões que não podemos resolver entre as que suscita a estada em Portugal do último Almirante de Castela.

GASTÃO DE MELO DE MATOS

(¹) Quando o Arquiduque saiu de Portugal, deixou-o com o carácter de enviado. A par das intrigas que desenvolveu na administração da herança, também na política manobrou activamente. Não julgamos, porém, injusta a protecção que lhe deu o Imperador, a cujos interesses, emquanto pretendente, parece ter sido sinceramente dedicado.

BIBLIOGRAFIA

Além dos documentos citados no texto servimo-nos principalmente para êste trabalho das obras seguintes:

- Bacallar y Sanna (D. Vicente), Marquês de San Phelipe* — «Comentarios de la guerra de España». Genova, s/d
- Ballesteros y Beretta (D. Antonio)* — «Historia de España y su influencia en la Historia Universal». Barcelona, em publicação.
- Barbosa Machado (Diogo)* — «Biblioteca Lusitana».
- Cadaval (Duque de)* — «Copiador», vol. IX, ms. B. N. L., F. G., cód. n.º 749.
- Caix de Saint-Aymour (Visconde de)* — «Recueil des Instructions données aux ambassadeurs et ministres de France etc.» III — Portugal; Paris, 1886.
- Cunha (D. Luiz da)* — «Memorias da paz de Utrecht»; ms. (iniciada a publicação).
- Fernandez Duro (D. Cesareo)* — «El ultimo Almirante de Castilla»; Madrid, 1903.
- Franco (P.º Antonio)* — «Imagem do segundo seculo da Companhia na Provincia de Portugal»; ms., B. N. L., F. G., 750.
- Galway (Conde de)* — «Cartas ao segundo conde de Assumar», publicadas e anotadas pelo A.; Lisboa, 1931.
- Gama Palha (Afonso da)* — «Relação dos sucessos da guerra da Liga»; Elvas, 1906.
- Girardot (Barão de)* — «Correspondance de Louis XIV avec M. Amelot»; Nantes, 1864.
- Herculano (Alexandre)* — «Opúsculos», vol. VIII; Lisboa, 1901.
- Lima (D. Luiz Caetano de)* — «Memorias historicas dos anos de 1703-1704, 1705», ms., B. N. L., F. G., 588.
- Lopes de Oliveira (Manuel)* — «Copiador», ms. B. N. L., F. G., cod. n.º 6.977.
- Mahon (Lord)* — «History of the war of the Sucession in Spain»; Londres, 1832.

- Matos Sequeira (Gustavo de)* — «Depois do Terramoto»; Lisboa, 1916-32.
- «Miscelânea» ms., B. N. L., F. G., 439.
- «Miscelânea» ms., B. N. L., F. G., 1615.
- «Miscelânea» ms., B. N. L., F. G., 8111.
- «Miscelânea» ms., B. N. L., F. G., caixa 63, n.º 18.
- «Miscelânea» ms., B. N. L., Pomb., 484.
- «Miscelânea» ms., B. N. L., Pomb., 526.
- «Miscelânea» ms., B. N. L., Pomb., 687.
- «Miscelânea» ms., B. N. L., Pomb., 721.
- «Miscelânea» ms., T. T., 1096.
- Parnell (Col. the Hon. Arthur)* — «The war of Succession in Spain», 2.ª ed.; Londres, 1905.
- Peres (Damião)* — «A diplomacia portuguesa e a sucessão de Espanha»; Barcelos, 1931.
- Rodrigues Villa (D. Antonio)* — «El Conde de la Corzana»; Madrid, 1907.
- Saint Simon (Duque de)* — «Memoires complets et authentiques»; Paris, 1853.
- Santarem (Visconde de)* — «Quadro elementar».
- Soares da Silva (José)* — «Gazeta em forma de carta»; Lisboa (em publicação).
- Sousa (D. Antonio Caetano de)* — «Historia genealógica».
- Vilhena Barbosa (Ignacio de)* — «Exemplos de virtudes civicas e domesticas», 9.ª ed.; Porto, 1891.



Combate das duas esquadras em frente da Ilha de Wight

(Gravura de John Pine feita em 1739, tendo por modelo uma tapeçaria da Câmara dos Lords. Na cercadura a contar da E. A.: Sir Martinho Frobisher; Sir Carlos Howard, conde de Nottingham e Lord-Almirante; Sir João Hawkins; Lord Henrique Seymour; Sir Rogério Toundsand; Sir Walter Raleigh; Conde de Northumberland; Sir Roberto Cary)

MAIS ALGUNS SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA INVENCIVEL ARMADA

SÁNCHEZ Alonso, na valiosa bibliografia «Fuentes de la Historia española e hispanoamericana», dá nota de cinquenta e uma obras que constituem, por assim dizer, o aparato para o estudo deste episódio da história da monarquia dualista dos Filipes.

Dêmo-nos ao trabalho de dividir em categorias, conforme a sua natureza, êsse meio cento de obras, a que devemos acrescentar mais algumas. É uma divisão arbitrária, como qualquer outra divisão, contudo aceitável sem dificuldade (').

(') A resenha bibliográfica de Sánchez Alonso — «Fuentes...», Madrid, 1927, páginas 349 e 489 e seg. juntámos mais os seguintes trabalhos, que têm por tema a história ou episódios da Armada, e alguns mais que se lhe referem incidentalmente, mas com certo desenvolvimento. Fernandez Duro—«Naufra-
gios de la Armada española. Relación histórica...», 1867; «El estandarte y el ar-
cón de Oquendo», 1894; «Inscripción de la estatua de Oquendo en San Sebas-
tian», 1894; Lord Ducie—«An episode of the Armada», 1885; Brophy—«Car-
low past and present», 1885; Laughton—«Navy records of Armada», 1895; Til-
ton — «Defeat of Spanish Armada», 1895; «Lord Burghley on the Spanish in-
vasion», 1896; González Carvajal — «Apontamiento para la historia del Rey
Don Felipe Segundo...» (in Mem. de la R. Ac. de la Hist. VII); P.^o Anglica-
nus (pseud.)—«The conduct of Queen Elizabeth...», 1729; López Alen —
«Oquendo», 1894; Múgica — «Oquendo», 1895; Lorenzo Salazar — «Ricordi
dell'armata nel Castello di Dromuland in Irlanda», 1899; Albinham — «Cap-

Do primeiro grupo fazem parte as memórias, diários e colecções documentais, publicadas ou não, pertencentes aos dois contendores — católicos e reformados — e que são as seguintes:

a) «Discurso nel quale si mostra la facilita que havrebbe il Re catolico di far l'acquisto d'Inghilterra lasciando per ora l'impresa di Fiandra», é um ms. datado, 1582, pertencente à Biblioteca Nacional de Madrid e escrito pelo italiano Giuseppe Bastini di Malatesti;

b) «Discurso... y exhortacion para la empresa de Inglaterra», ms. anónimo, também da época, e igualmente guardado naquela Biblioteca;

tain Cuéllar's adventures in Counacht and Wester», 1597; Ray — «Drake dans la poésie espagnole», 1906; La Roncière — «Atlas inconnu de la dernière expédition de Drake», 1909; Philippson — «Marie Stuart et la Ligue Catholique universelle», 1886; «Histoire du règne de Marie Stuart», 1892; «História da Europa Ocidental no tempo de Felipe II...» (in Hist. Univ. de Oncken); Condessa de Curson — «Quatre portraits de femmes», 1895; Hume — «Calendars of State Papers Spanish», 1896; «Trason and Plot-Aruggles Supremacy in the last years of Queen Elizabeth», 1901; Dodgson — «Tercentenary of Queen Elizabeth», 1903; von Severen — «Relations politiques des Pays-Bas et de l'Angleterre sous le règne de Philippe», 1900; Lecht — «Les catholiques anglais réfugiés aux Pays-Bas sous le règne d'Elisabeth», 1911; Sedgwick — «Spanish written on October 4, 1589, by captain Cuellar...», 1890; Ricardo Hakluyt — «Principal navigations»; Douglas Bell — «Elizabethan seamen», 1936; Schneider — «Felipe II», 1934; Hubner — «Sixte Quint»; Maurenbrecher — «England und das Reformationzeitalter»; Camden — «Annales rerum Anglicarum regnante Elizabetha»; Strada — «De bello gallico»; De Thou — «Histoire Universelle»; Herrera — «Historia general del mundo»; Lafuente — «Historia general d'España»; Lingard — «History of England»; Bentivoglio — «Delle guerre di Flandra»; Ballesteros y Beretta — «Historia de España», IV, 1.^a, 1926; March y Labores — «Historia de la Marina Real española»; Castries — «Sources inédites de l'Histoire du Maroc»; Larrouy — «L'Invincible Armada», 1933; Corbett — «Drake and the Tudor navy»; Hume & Smollet — «History of England»; Ferreras — «Historia Geral de España»; Fr. Juan de San Geronymo — «Memorias» (in Codoin, VII).



Gomil de D. Pedro de Valdez apreendido por Drake a bordo do galeão N. S.^a do Rosário aprisionado em frente de Torbay (Museu de Windsor Castle)



Medalha comemorativa da derrota da Armada, mandada cunhar por Guilherme de Orange. a. legenda: NON LÆDOR ALLIDOR, e as armas dos príncipes de Nassau-Orange; campo: um templo sôbre uma rocha (a Igreja reformada) batido pelo vendaval (a Armada); r. legenda: FLAVIT ET DISSIPATI SUNT 1588; campo: a Armada desfeita pelos temporais que a assaltaram

c) «Papeles sobre la Invencible», arquivados na mesma instituição;

d), e), f) Os diários da jornada da esquadra, publicados na «Codoin», vols. XIV e XLIII, sob os títulos: «Diario desde 22 de julio hasta 7 de agosto...» e «Relation del viage que ha hecho... la Armada Real...»; e um outro, impresso por Julian Paz em 1897 na «Revista de los Archivos Bibliotecas y Museos»: «Relación de la Invencible por el contador Pedro Coco de Calderón»;

g) «Carta relativa a la Armada Invencible», publicada na mesma revista em 1872;

h) «Copie of a Letter sent aut of England to Don Bernardim Mendoza, ambassadour in France for the King of Spaine declaring the state of England», Londres 1588;

i) «Le vrai discours de l'armée que... Dom Philippe a faict assembler... en l'an 1588», Paris 1588;

j) O «Discurso» de Pigafetta, publicado em Roma em 1588;

k) A carta impressa de Sixto V a Felipe II;

l) O trabalho apologético, redigido em latim e castelhano, e editado em 1869 — «De conquestu Angliae per hispanos».

Até aqui para os primeiros, quere dizer para os católicos, agora para os seus adversários:

a) De maior valia os «State Papers relating to the Defeat of the Spanish Armada», publicados por Laughton em 1894, e seguidamente

b) o opúsculo de Verheiden, vindo à luz em Leyde, em 1589, «In classem Xerxes Hispani oratio ad seren. Elisabetham Angliae reginam»;

c) e d) o de Roberto Adams, «Expeditionis hispanorum in Angliae vera descriptio», e que Sánchez Alonso supõe não passar de uma cópia do livro de Petruccio Ubaldini, que se publicou em Londres em 1590 sob o título de «A discourse concerning the Spanish fleet»;

e) «A memorial of lord Burléigh...», editado em 1896 por Tilton;

f) finalmente a «Declaration des justes causes qui ont menu sa Magesté de mettre sus une armée navalle pour envoyer vers l'Espagne» (1).

Posteriormente aos acontecimentos, mas ainda bem próximo dêles, apareceram as primeiras narrações, feitas já por historiadores que obtiveram informes ou das fontes documentais ou de pessoas que intervieram nos sucessos e presenciaram a catástrofe.

Estão nesta categoria Melchior de la Cerda, citado por Sánchez Alonso, Camden, Strada, De Thou, Bentivoglio e Frey Juan de San Geronimo.

Nos tempos modernos, desde o comêço do século XIX para cá, umas dezenas de eruditos investigadores abordaram o assunto e publicaram algumas obras hoje tidas como clássicas: «La Armada Invencible», de Fernandez Duro, «The story of the Great Armada» e «The defeat of Spanish Armada», o primeiro livro de Hale, e o segundo de Close, e as monografias de Froude, Kretzshmar, Thieury, Noble, Otão Kaemmel, Tideman, Tilton, Stuebel, etc.

Alguns autores elegeram aspectos particulares do episódio. Delage estudou a batalha no campo da estratégia e da tática; Fernandez Duro, Green, Hume e Armando Gerson abordaram o melindroso problema da cooperação dada pelos católicos inglêses e irlandeses aos cruzados de Felipe II; Webb escreveu para a revista de arte «The Connoisseur» um artigo sôbre as reliquias da *Invencível*.

Teve o triunfo inglêso o seu cantor. O ano terrível, o ano de 88, que podia ter marcado o declínio da heresia reformista, impressionou de tal modo o espírito britânico que, volvidos tantos anos, Macaulay o foi buscar para tema da sua patética «Balada da Armada».

A contribuição bibliográfica portuguesa é pequeníssima. Contam-se pelos dedos as obras que fazem alusão à *Invencível*. Ultimamente o sr. dr. Júlio Dantas publicou, depois de traduzido, um estudo do historiador Hodensyd versando uma das fases da luta —

(1) A Biblioteca Nacional de Lisboa possui alguns manuscritos, ainda inéditos, que tencionamos brevemente publicar, devidamente comentados. São várias notícias insertas nos cód. 637 e 938 do F. G. e no doc. 31 da caixa 2.

o duelo entre elementos da esquadra e os navios holandeses, comandados por de Moor, van der Does, van Wassenaer e Roozendaal (¹).

Com os subsídios que nos são dados por um trabalho recente sobre a história do *English Secret Service and Detective branches* de Richings, vamos juntar mais algumas páginas, em Portugal, às poucas que existem sobre essa grande batalha naval em que unidades portuguesas tomaram parte. E consideramos este subsídio particularmente curioso porque, através dêle, podemos, talvez, sentir a colaboração secreta do Pretendente D. António I (²).

* * *

Desde o início da penúltima década do século XVI, como resultado dos repetidos assaltos feitos pelos corsários ingleses de Devon e outras partes aos galeões espanhóis, manifesta-se, nas classes influentes da Monarquia católica, o desejo de ver terminado tal estado de coisas, não já pela diplomacia — pois seria utópico obter por ela qualquer resultado — mas pela força das armas. As provocações britânicas eram constantes. Os veleiros de Drake e seus pares faziam-se ao mar ao grito de *Westward ho*, e prosseguiram numa guerra sem quartel contra os navios que vinham na torna-viagem das Índias. Os colonos queixavam-se de assaltos e depredações e a própria segurança do Estado era ameaçada pela protecção da rainha Isabel ao Príncipe cujo efêmero reinado terminara no combate da Ponte de Alcântara.

Tal estado de espírito manifesta-se por opúsculos que são verdadeiros incitamentos à guerra santa. Assim o «Discurso» de Malatesti, que é de 1582, o «Discurso... y exhortacion» citado, como o an-

(¹) Manuel de Faria e Sousa — «Europa Portuguesa», t. 3.º; Manuel Severim de Faria — «Discursos vários políticos», *Primeiro discurso* e «Noticias de Portugal», *Discurso II*; Rebelo da Silva — «História de Portugal»; Costa Quintela — «Anais da Marinha Portuguesa», t. 2.º; Nogueira de Brito — «Caravelas, naus e galés de Portugal»; Júlio Dantas — «A Invencível Armada» (in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. XI, 43/44).

(²) M. G. Richings — «Le Service Secret de la Couronne d'Angleterre», Paris, 1935. V. também: R. Boucard — «Les dessous de l'espionnage anglais», Paris, 1931.

terior, no comêço desta memória, e que, do mesmo modo, antecede os acontecimentos, e a «Cópia da carta de D. Bernardim de Mendoza», também já referida.

Não eram precisos, porém, êstes estímulos de particulares para que Felipe II se resolvesse a pôr em prática o empreendimento que assegurasse a derrocada mais ou menos próxima da heresia, o triunfo do catolicismo romano e a sujeição do País Baixo.

Nenhum dos governadores da Flandres tinha conseguido vencer a rebeldia luterana dos apaniguados do *Taciturno*. Nem o Duque de Alba, pela violência, com o *Tribunal dos Tumultos*, nem a brandura de D. Luiz de Requesens, D. João de Áustria e Alexandre Farnésio. É que, por detrás do tortuoso Príncipe de Orange, havia a Inglaterra isabelina, a Inglaterra oficial e intolerante dos *Bill da Fé*, que, como chefe de fila da frente protestante, procurava, a todo custo, sustentar a testa de ponte que tinha no continente, que era a Flandres, e que a ligava ao mundo insubmisso da Alemanha reformada.

A tomada de Antuérpia foi o primeiro passo. De Antuérpia resolvera o *Prudente* lançar sôbre as costas da Inglaterra os terços espanhóis que tam boa prova tinham dado em lutas anteriores. A passagem do Canal seria combinada com o destrôço das fôrças navais da Grã Bretanha. De uma vez para sempre as urcas e galeões das Espanhas acabariam com os barcos de todos os *sea dogs* da rainha Isabel.

Mas não contava Felipe II com uma arma, mais temível por secreta, mais perigosa por impossível de localizar e bater: à sapa dos bretões não conseguiu a Monarquia católica opôr a contra-mina dos seus agentes.

A vitória ganha por essa cabeça de turco que foi lord Carlos Howard, conde de Northumberland, estava de antemão preparada por um dos maiores ministros, se não o maior de todos, que a filha de Ana Boleyn teve a seu serviço, o segundo secretário Walsingham que presidiu aos destinos da Inglaterra durante dezessete anos (1573-1590).

Êste homem de face enigmática cobriu a Europa de espiões que, à socapa, penetraram os conluios papistas de Roma, Madrid, Saint-Omer e Douai. Assim conseguiu desnortear os partidários

de Maria Stuart e pôr a claro as maquinações de Throgmorton, Parry, Ballard, Babington e outros. Fielmente serviu e com igual honestidade foi servido. Richings dá nota de alguns dos seus colaboradores mais activos, alguns só, pois basta dizer que os agentes adstritos a determinadas pessoas e casos eram sessenta, coadjuvados por algumas dezenas de personagens de segunda ordem, e os indicadores e os espiões eram em número incontável.

Havia homens de tôdas as categorias, de tôdas as nações, de todos os credos religiosos. Wilson era médico, o italiano Pellegrini era católico bem como Roberto Pooley e o Padre Guilherme Gifford. Uns puritanos como Catlyn, escoceses e irlandeses como Patrick Baynebrigge, aliás Tompson, e Barnaby, aliás Macgeogan. Dos mais hábeis e activos, no próprio dizer de Walsingham, era o agente de Málaga, Nicolau Ouslay.

Tôda esta aparelhagem afinada e segura foi posta em movimento quando a ameaça da *Invincível* se precisou no horizonte. A execução da rainha da Escócia desencadeou a tormenta.

O feudo bancário de *Lombard Street*, trabalhando ao serviço da Corôa, conseguiu demorar os empréstimos que as bôlsas de Génova e Florença tinham prometido ao soberano Católico, e a tal ponto atemorizou Sixto V que o Santo Padre resolveu dar metade do prometido — um milhão de ducados — apenas depois do desembarque nas costas da Inglaterra. O embaixador toscano em Madrid, Giovanni Figliuzzi, peitado, converteu-se em informador da espionagem britânica. Na Flandres trabalhavam Burnham, John Lee, Woodshaw e o doutor Wilson; em Veneza Stephen Paule, que, sob o pretexto de substituir o enviado sir Ricardo Shelley, ia pondo ao corrente do que sabia Barn Elms House, o *Downing Street* de então; em tôda a parte Pompeu Pellegrini, também chamado Antony Standen.

A êste último se devem alguns dos grandes triunfos do exército invisível que preparou a derrota da *Grande Armada*. Por êle se soube da tonelagem, número de peças, efectivos e munições da esquadra católica; por êle se conheceram as disposições militares do duque de Parma, acantonado na Flandres e pronto a lançar-se sobre a Grã Bretanha; devido a êle se teve conhecimento da «Relação

secretíssima» enviada pelo marquês de Santa Cruz e seu secretário Barnabé Pedrosa a Felipe II, «Relação» que era o verdadeiro plano da campanha. Mas aquilo que podemos chamar talvez o máximo do esforço é o ter colocado ao serviço do almirante espanhol um agente seu, flamengo, que não deve ter sido estranho à morte súbita de D. César de Bazan, atendendo ao mistério que envolveu o seu fim. Já o «Jornal dos Fugger» o observou e Richings friza-o com insistência. Ora na morte do marquês de Santa Cruz parece estar a génese da derrota da *Invincível*.

Propositadamente deixamos para último lugar o facto que para nós tem particular interêsse.

O infortunado Rei D. António não desistira, por um momento, desde a sua fuga de Portugal, de levar a Inglaterra, a França e o País Baixo insurrecto a tomarem o seu partido, ajudando-o na reconquista do trono. As desilusões só lhe vieram depois da fallhada tentativa de Norris e Drake em 1589. Até então, auxiliado por uma pleiade de portugueses fiéis, tentara tôdas as ocasiões. E, desta vez, naturalmente, também, na sombra, êle maquinou a derrota do afortunado Habsburgo.

Walsingham encontrou nos portugueses exilados em Londres agentes preciosos que, talvez, com a aprovação tácita do rei proscrito, serviram a causa do Protestantismo e da Inglaterra, na convicção sincera de que era pela independência nacional que combatiam.

De Lisboa, amigos, parentes e aderentes enviavam notícias sobre o apresto da *Armada*, sua composição e fôrça, e Lisboa era o pôrto eleito, pois foi do magnífico estuário do Tejo que velejou para o Canal a esquadra católica.

Ignoramos os nomes dêsses agentes — forçoso seria ir procurá-los aos velhos papéis de Barn Elms House — a não ser o do doutor Nunes, médico em Londres, e o único que, naturalmente pela sua acção mais brilhante, mereceu a referência especial de Richings. Quantos como êle, *residential spies* e *war fellows*, teriam trabalhado no objectivo comum e único para êles, portugueses: a Restauração. Só os arquivos iuglêses e espanhóis no-lo poderão dizer.

DURVAL PIRES DE LIMA



JOAQUIM PEDRO DE SOUSA,
ACTUALMENTE ESTUDANTE DE GRAVURA EM PARIZ.

*Ao seu protector
O Ex.^{mo} Sr. Conde do Faronhe.
O. D. C.*

JOAQUIM PEDRO DE SOUSA, UM ARTISTA PORTUGUÊS

SEMPRE que escrevo sôbre gravadores portugueses que houvessem exercido o lugar de mestres nas escolas de arte do nosso país, tenho-me visto em sérios embaraços para conciliar as suas duplas personalidades de artistas e de funcionários do Estado. E, caso curioso, quanto mais nos avultam como artistas, menor é o seu valor como mestres.

Já em anteriores estudos publicados sôbre Queiroz, Bartolozzi, Domingos José da Silva e Tomaz de Almeida, fui obrigado, em face da documentação encontrada, a verberar os seus procedimentos de mestres, depois de lhes enaltecer os méritos de artistas.

Ao tratar hoje do Senhor Joaquim Pedro de Sousa, como respeitosa-mente o tratavam os escritores seus contemporâneos, repete-se o mesmo facto; Sousa foi inegavelmente um artista que tem jús à nossa admiração e aprêço, mas a sua acção como mestre torna-se apagada e quasi perniciososa para a arte.

Os documentos que consegui obter a seu respeito, conquanto não tenham o valor irrefragável dos que publiquei, relativos àque-
loutros artistas são, todavia, sufficientemente elucidativos para se poder apreciar com tôda a justiça a sua insignificante acção peda-

gógica na aula de gravura histórica da Academia de Belas Artes de Lisboa durante os sete anos da sua regência.

Para quem percorra a documentação das nossas antigas aulas de gravura, desde Carneiro da Silva até Joaquim Pedro de Sousa, (1768 a 1871) há-de concluir, à face das queixas, reclamações e admoestações de que tôda essa documentação está cheia, que os nossos mestres gravadores foram, em grande parte, os responsáveis pela decadência desta arte em Portugal.

Chega-se a pensar que o desleixo e a indolência eram qualidades inerentes à função de mestre de gravadores em Portugal. Para que melhor se compreenda a acção de Joaquim Pedro de Sousa na arte de gravar, na segunda metade do século XIX, preciso se torna arripiar um pouco de caminho.

A vinda a Portugal de Francisco Bartolozzi, em 1802, causou de início tal entusiasmo que a sua aula adquiriu uma extraordinária freqüência de alunos. Dela saíram os melhores abridores portugueses e algumas das suas produções honram sobremaneira a arte da gravura no nosso país. Passados poucos anos a irritabilidade do velho gravador e a indisciplina e emulação dos discípulos foram causa de protestos e providências violentas por parte das instâncias oficiais e nos últimos anos da agitada vida do florentino a aula estava reduzida a raros alunos e virtualmente aniquilada.

Segue-se-lhe o seu ajudante Gregório Francisco de Queiroz, artista habilíssimo e inegavelmente o primeiro gravador português do século XIX. De carácter altivo, jactancioso e comodista, não concorria nele nenhuma das qualidades de mestre e por isso a sua aula nunca passou de três ou quatro discípulos, um dos quais era o próprio filho. Quási teve de ser violentamente esbulhado do seu lugar (¹) em virtude das questões com o inspector e Director.

Chegamos assim ao ano de 1836 em que o Estado, pretendendo reformar o ensino das artes em Portugal, criou a Academia Real

(¹) Sôbre estes dois artistas consultem-se os documentos que publiquei em *Francisco Bartolozzi e seus discípulos em Portugal*, Pôrto, 1930 e *Gregório Francisco de Assis e Queiroz*, Lisboa, 1928.

das Belas Artes e estabeleceu nela as aulas de gravura histórica e de paisagem.

Era um passo acertado para a reviviscência de tão formosa arte, mas a escolha dos mestres continuava a não satisfazer às exigências do ensino.

É inegável a competência artística de Domingos José da Silva e de Benjamim Comte, mas a indolência daquele e a circunstância de ser estrangeiro dêste, aliadas à falta de energia de ambos e à época agitada de lutas políticas que dividiram a própria Academia, deram em resultado a falta de freqüência às aulas por parte dos alunos e a consequente decadência da arte da gravura.

É verdade que há a ponderar outra causa originária também desta decadência: foi o desenvolvimento das artes gráficas e a necessidade de procurar um meio mais rápido e mais económico que satisfizesse as constantes exigências da indústria.

A morosidade do buril e da própria água-forte não podiam competir com a rapidez dos processos mecânicos de que dispunha a litografia ou a gravura de madeira e daí o desenvolvimento assombroso destas duas indústrias.

Este movimento que se notou na França a partir de 1807 com a vinda de André d'Offenbach, embora moroso a princípio pela suspeição, por parte de alguns artistas, da eficiência do método, em breve adquiriu notáveis vantagens sobre a gravura artística.

Engelmann, Fragonard, Chrétien, Horace Vernet, e tantos outros artistas foram as pedras angulares da litografia francesa e dessa época são as mais notáveis produções desta arte.

Em 1855 descobre Poitevin o processo prático de aplicar a fotografia à litografia; é este o último golpe vibrado à gravura a talho doce e à água-forte. Embora não tivesse causado o aniquilamento daquela formosa arte, a verdade é que apenas em trabalhos de acentuado cunho artístico se empregava o buril ou a ponta.

Em Portugal, embora a pequenês do meio e a exigüidade do mercado livresco não fôsem de molde a criar grandes artistas, o facto é que a decadência da arte de gravar chegou a ponto de, apenas raros abridores, ensaiarem o processo.

É assim que nos aparecem já em pleno declínio da arte o *Jor-*

nal de Bellas Artes de 1857, a *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil* de 1859, o *Theatro de S. Carlos* de 1883 e poucos mais trabalhos, para contrapor à aluvião de publicações ilustradas pela litografia ou pela xilogravura.

Os esforços desorientados de Comte, de Domingos José da Silva e da própria Academia para o renascimento das antigas aulas de gravura resultaram inúteis, sem que houvesse meio de reatar a continuidade a que as causas antes apontadas tinham obrigado a uma solução.

Devemos dêstes factos concluir que em Portugal se extinguiram por completo os gravadores? A meu pesar, embora haja de passar por maldizente, a verdade, revelada nos documentos e nos factos observados, é que a partir de 1836 a arte de gravar morreu no nosso país.

As manifestações que a partir desta data nos aparecem, e algumas delas honram os seus autores, têm de ser consideradas como casos espúrios, de carácter puramente individual, a que faltam a unidade, o valor colectivo e a finalidade própria.

Podemos apontar como artistas gravadores desta época João José dos Santos, Anunciação, Metrass, José Rodrigues, Raimundo Costa, Joaquim Pedro de Sousa, Nunes Júnior e poucos mais; mas cada um dêles seguiu uma técnica especial, uma maneira muito subjectiva e por isso mesmo impossível de determinar por falta de directrizes e de método.

Em largos e rápidos traços era êste o estado em que se achava a arte de gravar ao chegarmos ao ano de 1860, quando Joaquim Pedro de Sousa tomou posse da cadeira de gravura artística na Academia Real das Belas Artes de Lisboa.

Artista de mérito, tendo aprendido a sua arte no estrangeiro, homem de carácter probo, considerado pelos seus conterrâneos, era natural que a nomeação para o cargo de mestre trouxesse à sua aula muitos dos elementos que andavam dispersos pela falta de quem os orientasse.

Joaquim Pedro de Sousa freqüentara em Paris a aula de Henriquel-Dupont durante sete anos e vivera durante êsse longo espaço de tempo num meio eminentemente artístico. Aula e mestre eram

de reputação universal; Duplessis o erudito historiador da arte de gravura, ao tratar de Dupont, tece-lhe rasgados e justos elogios.

«Dessinateur du premier ordre, graveur rompant à toutes les difficultés du métier et instruit de toutes les ressources que peuvent fournir le burin et la pointe, il a parfois interrogé la nature, directement, et, lorsqu'il a eu recours à autrui, il a répandu dans tous ses ouvrages une harmonie que ne possédaient pas toujours au même degré les peintures qu'il interprétait... la plupart de celles (planches) ment, et, lorsqu'il a eu recours à autrui, il a répandu dans tous ses artistes désireux de parcourir la carrière si bien remplie par le maître, et de réussir dans une branche de l'art où de tout temps les hommes d'un véritable talent ont été rares.»

Joaquim Pedro de Sousa tivera por companheiros alguns dos artistas franceses mais notáveis naquela época, como Cabanel, Bertinot, Rocesseaux, Hébert e muitos outros que vemos premiados nas exposições do Salon.

Concorriam, portanto, no artista tôdas as condições julgadas indispensáveis e suficientes para a nomeação de mestre no primeiro Estabelecimento de arte do país.

Ao estudar a gravura em Portugal no século XIX causou-me estranheza a exigüidade de produções que encontrei ao percorrer as colecções de estampas; cinco ou seis artistas apenas, e êsses mesmo de valor muito secundário subscrevem essas estampas. As razões dêste facto não consegui explicá-las suficientemente de início, mas após o exame dos documentos existentes no Arquivo Nacional e na Secretaria da Academia das Belas Artes, documentos a que já fiz referência noutros trabalhos elucidam-me por completo a êste respeito.

A aula dirigida por Joaquim Pedro de Sousa enfermou do mesmo mal que tinha atacado a de Domingos José da Silva e a de Benjamim Comte: a falta de alunos. Não é fácil hoje documentalmente indicar outros motivos, além dos de carácter geral que atrás deixei esplanados, tanto mais que muitas das irregularidades cometidas pelos mestres das escolas de arte ficavam apenas no conhecimento dos artistas que presidiam à conferência e que eram em geral professores.

Salvo uma ou outra vez, quando os ventos da discórdia reinavam na Conferência, aparecem nas actas algumas acusações, como succedeu a Domingos José da Silva,⁽¹⁾ e essas mesmo bastante veladas.

Aberta a aula em 1864 apenas dois discípulos nela se matricularam e até 1871, último ano em que há registo de matrícula só três alunos se increveram. Foram êles António José Nunes Júnior, que succedeu no lugar ao seu mestre português e que também não conseguiu formar escola, João Xavier Teixeira e José António Lopes, êste lavrante e que apenas appareceu na aula durante 33 dias.

Caso curioso se observa ao consultar o livro de matrículas; há anos em que apparecem dois alunos inscritos sem que todavia cheguem a frequentar a aula.

Mas, se Joaquim Pedro de Sousa não exerceu a sua actividade como mestre, outro tanto não podemos dizer dêle como gravador. É um artista de notáveis condições de trabalho e a sua obra conhecida revela um abridor operoso e de bastante merecimento.

A sua obra conquanto vasta, é pouco variada e de merecimento muito diferente; não é mesmo fácil explicar como um discípulo de Henriquel-Dupont, habituado a trabalhar, durante tantos anos, num meio altamente artístico, se limitou, tão somente, a reproduzir uma escassa dezena de quadros e a abrir uma centena de pequenos retratos.

Os processos de que usou foram o talho dôce e a água-forte, sempre em talhos regulares, friamente cruzados, apresentando as suas estampas uma grande pureza de linhas, donde resulta um aspecto de correcção geral, mas monótono; o claro escuro, salvo numa das suas estampas *O recolher do gado* é pouco vigoroso e as expressões da maioria das figuras pecam pela falta de vida e de suavidade.

Segundo o testemunho dos seus contemporâneos é notável a verdade que imprime às feições dos retratados; chegamos mesmo a pensar, tal é a quantidade, que o desenho fôsse a própria fotografia.

Das suas estampas temos que salientar a do *Recolher do Gado*

(1) Sobre êste assunto veja-se o que deixei dito e provado em *Francisco Bartolozzi e seus discipulos e Oficina Régia litográfica*, Lisboa, 1932.

de que já falámos, como aquella que mais movimento, relêvo e tonalidades apresenta.

A do *Mercado* é um grande quadro de que se pretendeu tirar efeitos cénicos, mas mole, apresentando-se as figuras sem expressão, e a paisagem monótona e fria. A própria estampagem que devia ter suprido a deficiência da gravura, resultou imperfeita, de má tinteagem com uma côr parda que mais a desvaloriza.

A reprodução da escultura de Simões de Almeida é notável pela perfeição do traço e correcção do desenho.

Nos retratos são para salientar os de Mousinho da Silveira, de Castilho, da Delfina, de Dom Luís, de Lourenço da Luz, Herculano e Rodrigo da Fonseca.

Joaquim Pedro de Sousa nasceu em Lisboa a 6 de Dezembro de 1818 e aqui faleceu em 3 de Agosto de 1878; seu pai Luís de Sousa foi empregado em Casa do Conde de Farrobo e a expensas dêste titular fêz Joaquim Pedro a sua aprendizagem em Paris, donde regressou em 1845. Os seus primeiros estudos foram feitos na Academia sob a direcção de Joaquim Rafael e António Manuel da Fonseca.

Foi Secretário e mais tarde Director da Academia por decreto de 21 de Junho de 1876.

Desde 1861 foi sócio da Sociedade Promotora das Belas Artes em Portugal e em 1864 vemo-lo nomeado secretário, cargo que exerceu até à sua morte.

O relatório da Sociedade, de 1879, dando noticia do falecimento do seu secretário, tem palavras de elogio que aqui deixo consignadas.

«Durante sete anos exerceu o cargo de secretário, com dedicação e particular interêsse. A sua falta que tão cedo não podíamos prever, ocasionou alguns embaraços, para se apresentar êste relatório, com os respectivos documentos, bem como para a distribuição da gravura a que acima aludimos, trabalhos estes de que o falecido secretário, estava exclusivamente encarregado, e como é fácil supor, careceram de algum tempo para se ordenar e concluir».

Ernesto Biester, na *Revista Contemporanea de Portugal e Brasil*, ao traçar a biografia de Herculano, que vem ilustrada com o retrato do grande historiador, aberto por Joaquim Pedro de Sousa, dirige

também palavras de elogio ao artista: «Ao Snr. Souza, distinto professor da Academia das Bellas Artes, deve-se a bella gravura a agua forte que oferecemos aos nossos assinantes. Junta á semelhança o mais esmerado trabalho que neste genero temos visto entre nós e que rivaliza com os melhores lá de fora.»

As estampas de Sousa têm preços muito variáveis no mercado, algumas atingem quantias exageradas enquanto outras difficilmente obtêm a remuneração de uns magros escudos. Temos visto vender exemplares do *Mercado* por mais elevado preço do que o *Recolher do Gado* quando esta é de muito maior merecimento artistico do que aquela. A *Leitura de um romance*, embora vulgar, já a vimos vender por 180\$00, preço que consideramos demasiado. O *D. Sebastião* raramente aparece à venda. Os retratos variam entre 5 e 15 escudos, sem que vendedores nem compradores atendam ao valor artistico ou à raridade dos exemplares. São menos vulgares os estampados sôbre China e muito raros os *antes da letra*.

Quási tôdas as colecções possuem estampas de Sousa, mas as mais completas são as dos Senhores Coronel Ferreira Lima e Fernando Enes. Na minha colecção tenho bastantes que adquiri a baixo preço embora alguns exemplares sejam dos mais formosos e raros.

Deixei para último lugar a colecção de retratos da Biblioteca Nacional de Lisboa, que forma um álbum de 100 folhas com o número 58-A da secção de Estampas. Todos os exemplares aí existentes são formosíssimos e creio que de tiragens especiais, em vista do seu formato maior do que o vulgar. Adiante indico em cada retrato o número da fôlha do álbum, especificando os estampados sôbre China. Os que não tiverem indicação especial é porque o são sôbre papel de algodão encorpado branco de boa aparência, mas de pouca duração e fácilmente atreito a manchas de humidade.

O retrato que se apresenta pertence à nossa colecção e é desenhado sôbre pedra litográfica na officina de Manuel Luís, vai reproduzido em tamanho natural.

RETRATOS

— *Albuquerque* (Jerónimo Osório de C. C.) — Vide *Guimarães* (Izidoro F.).

- 1 — *Almeida* (Ernesto Pinto de) — Busto voltado para a esquerda, olhando para a frente — (Assinatura fac-similada) — Ernesto Pinto d'Almeida *subs.* Souza. *Dim.* (da chapa) 130×95 — Ocorre na obra do retratado «*Solidões*», Pôrto, Typ. do Jornal do Porto, 1865 — *Col.* Album B. N. L., 58-A, Fl. 78.
- 2 — *Amorim* (Francisco Gomes de) — Busto voltado de três quartos para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) — F. Gomes de Amorim — *Subs.* Souza — *Dim.* (da chapa) 128×145 — Ocorre na *Rev. Contemp. Port. Bras.*, Vol. V, pág. 455 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 71 — Prova sôbre China amarelo.
- 3 — *Anunciação* (Tomaz José da) — Busto voltado três quartos para a esquerda, olhando para a frente, usa bigode — (Ass. fac.) — Thomaz J.º d'Annunciação — *Subs.* Sz.ª — Silencio est. — *Dim.* (da chapa) 130×145 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 491 — *Col.* B. N. L., fl. 44 e outro sôbre China claro a fl. 45.
- 4 — *Araújo* (José Inácio) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) J. J. d'Araújo — *Subs.* Souza — *Dim.* (da chapa) 125×95 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 84.
- 5 — *Benevides* (Francisco) — Busto voltado três quartos para a direita olhando para a frente, usa matacões e bigode — (Ass. fac.) Francisco Benevides — *Subs.* Souza — *Dim.* (da chapa) 101×116 — Ocorre na obra do retratado *O Fogo: obra scientifica e litteraria*. Lisboa na Typ. de Castro Irmão, 1869 (2.ª edição) — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 68.
- 6 — *Biester* (Ernesto) — Busto voltado de três quartos para a di-

reita olhando para a frente, usa matakães e bigode — (Ass. fac.) Ernesto Biester — *Subs. Souza gr.* — *Dim.* 145×95 — Ocorre na obra do retratado — *Primavera eterna — comedia-drama em tres actos representada no Theatro do Gymnasio* — Lisboa — Typ. de Maria da Madre de Deus, 1860 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 72.

- 7 — *Bocage* (Manuel Maria Barbosa du) — Sentado, visto até à cintura, a face encostada sôbre a mão esquerda; olhando para a frente — (Ass. fac.) M.^o M.^a De Barbosa du Bocage — *Subs. S.* — *Dim.* 125×100 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 10 e outro Fl. 20, aquêlê sôbre papel China acinzentado e êste sôbre papel branco encorpado.
- 8 — *Bordalo* (Francisco Maria) — Busto em meio corpo, sentado, vendo-se da parte de trás o espaldar da cadeira; olha para a frente — (Ass. fac.) Francisco Maria Bordalo — *Subs. Souza* — *Dim.* 148×126 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 535.
- 9 — *Borghi Mamo* (A.) — Vista até à cintura, braços cruzados sôbre o regaço, voltada para a direita, olhando para a frente, cabelo apartado ao meio formando bandós — (Ass. fac.) Souza — *Dim.* 150×130 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 99.
- 10 — *Braga* (Teófilo) — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) Theofilo Braga — *Subs. Souza* — *Dim.* 125×95 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 60 e 61, aquêlê sôbre China acinzentado e êste sôbre papel liso branco encorpado.
- 11 — *Bruschy* (Manuel Maria da Silva) — Visto até à cintura, quási de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) M. M. da S.^a Bruschy — *Subs. Silencio est.* — Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 197 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 56.
- 12 — *Bulhão Pato* (Raimundo) — Busto voltado mais de três quartos

para a esquerda, olhando para a frente; usa cabeleira farta, bigode e pera. — (Ass. fac.) R. A. Bulhão Pato — *Subs. Souza — Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. I, 539 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 27, é uma prova sôbre China acinzentado. O meu amigo coronel Ferreira Lima diz-me existir outro retrato de Sousa diferente do descrito.

13 — *Cadet* (Maria Rita Chiappe) — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) M. R. C. Cadet — *Subs. Souza — Dim.* 115×101 — Ocorre na obra da retratada *Versos dedicados à Ex.^{ma} Snr.^a D. Joanna Gil Borgia de Macedo*, Lisboa, 1870 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 81 e 97. Esta prova, de que também possui um belo exemplar aquêlê senhor, é sôbre China amarelado e não tem o nome da retratada.

— *Camões* — (Vg. no fim).

14 — *Cantu* (César) — Busto voltado de três quartos para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) Cesar Cantu — *Subs. Sz.^a — F. A. da Silva editor — Nossa colecção.*

15 — *Carvalho* (José da Silva) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para a frente; usa cabeleira, bigode e pera. Tem óculos — (Ass. fac.) José da Silva Carvalho — *Subs. Souza — Dim.* 145×130 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 16, é uma prova sôbre China acinzentado.

16 — *Casal Ribeiro* (José Maria do) — Busto voltado para a direita olhando para a frente — (Ass. fac.) J. M. Casal Ribeiro — *Subs. Silencio est. — Souza — Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 145 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 38, prova em papel China acinzentado.

17 — *Castelo Branco* (Camilo) — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) Cam.^o Cast. Br.^o — *Subs. Souza — Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. IV, 485 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 28 em papel China acinzentado.

- 18 — *Castilho* (Alexandre Magno de) — Busto voltado para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) Alex.^o M. de Castilho — *Subs.* Souza — *Dim.* 117×94 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 57, prova sôbre China acinzentado.
- 19 — *Castilho* (António Feleciano) — Busto de frente, cego dos dois olhos — (Ass. fac.) Castilho — *Subs.* Silencio est. — Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 296 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 24, em papel China acinzentado.
- 20 — *Castilho* (Júlio de) — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) J. Castilho — *Subs.* Souza — *Dim.* 120×80 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 58 e 59; aquela sôbre China amarelo escuro.
- 21 — *Castro* (Alfredo Carlos Franco de) — Busto de frente, olhando para a frente, braços cruzados sôbre o peito — (Ass. fac.) A. C. Franco de Castro — *Subs.* Souza — *Dim.* 110×90 — Ocorre na obra do retratado: *D. Alvaro de Lumiga, factos do reinado de Felippe III em Portugal*. Typ. de J. V. Pereira da Silva, 1862 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 79, em papel China acinzentado.
- 22 — *Corvo* (João de Andrade) — Busto voltado de três quartos para a esquerda olhando para o mesmo lado — (Ass. fac.) João de Andrade Corvo — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 140×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 242 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 26.
- 23 — *Costa* (Henrique Feijó da) — Busto voltado para a direita olhando para a frente — (Ass. fac.) Henrique Feijó da Costa — *Subs.* Souza — *Dim.* 145×130 — Ocorre no *Esbôço biografico de Henrique Luiz Feijó da Costa*, por Manuel Pinheiro Chagas. Lisboa, 1864 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 54, em China acinzentado.
- 24 — *Coutinho* (José Eduardo Magalhães) — Busto voltado para a esquerda olhando para a frente — (Ass. fac.) — J. E. Magalhães Coutinho — *Subs.* Silencio est. — Souza gr. — *Dim.* 150×130 —

Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 250 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 100, sôbre China acinzentado.

25 — *Dias* (António Gonçalves) — Busto quási de frente olhando para a esquerda, barba pouco farta. — (Ass. fac.) A. Gonçalves Dias — *Dim.* (da mancha do retrato) 67×60 (da chapa) 147×125 — Ocorre na *R. Cont.*, Vol. V, pág. 173 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 66.

26 — *Dias* (António Gonçalves) — Pequeno busto voltado de três quartos para a direita, olhando direita, usa cabeleira e barba farta — (Ass. fac.) A. Gonçalves Dias — *Subs.* Souza — *Dim.* (da mancha) 43×36 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fol. 65, sôbre China cinzento.

27 — *Dom Augusto* — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) Infante D. Augusto — *Subs.* Souza — *Dim.* 145×130 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 9 e 10, o exemplar desta fôlha é sôbre China acinzentado.

28 — *Dom Fernando* — Busto voltado mais de três quartos para a esquerda, olhando esquerda — (Ass. fac.) D. Fernando — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. II, rosto — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 2, sôbre China acinzentado. (¹).

29 — *Dom Luís* (Rei) — Busto de frente, olhando para a frente, veste farda, ostentando várias condecorações — (Ass. fac.) D. Luiz — *Subs.* Souza — *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. III,

(¹) Na *Col. B. N. L.*, 78-A, 14, existe um outro retrato do rei aberto a finissimo buril em uma pequena oval ao meio de grande chapa representando-o em busto voltado 3/4 para a direita, olhando para a frente, fardado, condecorado com o toção de ouro, em cabelo — Junto à oval a *Subs.* Sir U^o Ross R. A. — J. Broun e a *Ins.* DOM FERNANDO II/REI REGENTE DE PORTUGAL — Publicado em 15 de Março de 1854, por Paul & Rominic Colnaghi & C^o 13 & 14, Pall Mall East Londra. Publicadores de gravuras de Sua Magestade Britânica — *Dim.* (da oval) 80×64 (da chapa) 263×201.

Fl. 438 — Col. B. N. L., 58-A, Fl. 5 e 6, aquele em papel China acinzentado.

- 30 — *Dom Luís* (Rei) — Busto voltado de três quartos para a direita, olhando para a frente — *Inscrição*: Dom Luiz I.º Rei de Portugal. N. a 30 de Out. de 1838 — *Dim.* (da mancha) 85×72 — *Col. Cons. Arte e Arq.* n.º 2089. Este retrato emparelha com o da Rainha D. Maria Pia descrito sob n.º 35.
- 31 — *Dom Pedro IV* — Busto de frente, olhando para a frente, fardado e condecorado — *Inst.* (em cursivo) S. M. I. o Senhor D. Pedro IV, Duque de Bragança — *Dim.* 145×130 — *Subs. Souza* — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. V, pág. 339 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 1, sôbre China cinzento.
- 32 — *Dom Pedro V* — Busto de frente, olhando para a frente, fardado, condecorado — Sem qualquer assinatura, inscrição, nem subscrição — *Dim.* (da mancha) 80×80 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 4.
- 33 — *Dom Pedro V* — Busto de três quartos para a direita, olhando para a frente, fardado, condecorado — (Ass. fac.) D. Pedro R. — *Sub. Souza* — *Dim.* (da mancha) 85×60 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. III, rosto (¹) — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 3.

(¹) Na *Revista Contemporanea*, junto com os retratos abertos por Joaquim Pedro de Sousa, aparecem os seguintes assinados por *Roze* e *Follet*, artistas de quem não consegui obter conhecimento. São os seguintes:

- 1) Busto visto até à cintura, voltado de três quartos para a esquerda, olhando para a frente pelos cantos dos olhos — *Ins.* (em versais) S. A. Imperial a Snr.ª D. Izabel. Princesa do Brazil — *Rev. Cont.*, Vol. III, pág. 57.
- 2) Busto voltado de três quartos para a esquerda olhando esquerda — (Ass. fac.) Barão de Mauá (Ireneu Evangelista de Souza) — *Subs. Roze* — *Rev. Cont.*, Vol. III, pág. 113.
- 3) Meio corpo visto até à cintura, voltado de três quartos para a esquerda olhando de frente — *Ins.* (em versais) S. A. Imperial a Snr.ª D. Leopoldina. Princesa do Brazil — *Subs. Roze* — *Rev. Cont.*, Vol. III, pág. 225.

34 — *Dona Maria Pia* — Corpo visto até aos joelhos, voltado de perfil para a esquerda, mãos apoiadas numa cadeira — *Ins.* (em versais) Sua Alteza Real a Princesa d'Italia D. Maria Pia — *Subs.* Souza — *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. IV, fl. 61 — *Col. B. N. L.*, Fl. 7 e 8, sendo aquela prova sôbre papel China creme.

35 — *Dona Maria Pia* — Em uma oval, encimada por corôa real, meio corpo, voltado de três quartos para a direita, olhando para a frente. *Ins.* (*superior, em volta da moldura*). Esposa aos 6 de Outubro de 1862. Mãe aos 28 de set. 1863 — (*inferiormente*) A Filha de Victor Manuel II / D. Maria Pia de Saboya / Rainha de Portugal / n. a 16 de Out. de 1847 — Na parte inferior desta inscrição abre-se o braço em lisonja com as armas

-
- 4) Busto de perfil para a esquerda, olhando pelos cantos esquerdos dos olhos para a frente — (Ass. fac.) António Roiz Sampaio — *Subs.* Roze — *Rev. Cont.*, Vol. III, pág. 609.
 - 5) Busto voltado de três quartos para a esquerda olhando esquerda — (Ass. fac.) Innocencio Francisco da Silva — *Subs.* Roze — *Rev. Cont.*, Vol. IV, pág. 1.
 - 6) Busto de frente olhando para a frente — (Ass. fac.) Ant.º Luiz de Seabra — *Subs.* Roze — *Rev. Cont.*, Vol. IV, pág. 385.
 - 7) Busto de frente olhando para a frente. Rosto sem barba — (Ass. fac.) José Joaquim Rodrigues de Bastos — *Subs.* Follet — Silencio est. — *Rev. Cont.*, Vol. III, pág. 387.
 - 8) Busto de frente olhando frente — *Ins.* (em versais) S. A. a Snr.ª Infanta D. Antónia. Princesa de Portugal — *Subs.* Silencio est. — Follet — *Rev. Cont.*, Vol. III, pág. 553.
 - 9) Busto de frente, olhando para a direita — *Ins.* Duque de Palmela — *Subs.* Follet — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 14 — *Rev. Cont.*, Vol. V, pág. 399.
 - 10) Busto quasi de frente, olhando para a frente, usa barba por baixo do queixo. Casaca desabotoada deixando ver um colete xadrez — *Ins.* Conde de Avila — *Subs.* Follet — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 36 — *Rev. Cont.*, Vol. V, pág. 511.

E. Bénézit, no seu *Dictionnaire des Peintres*, dá noticia de um artista Edouard Follet, nascido em Sceaux, o qual figurou como expositor no Salon de Paris de 1859 a 1879, discípulo de Rouargue de Leroux.

de Portugal e Itália — Sem subscrição — *Dim.* (da oval) 85×56
Col. C. A. A., n.º 2090. Emparelha com a do n.º 30.

- 36 — *Duque de Beja* (D. João) — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) D. João Duque de Beja — *Subs.* Souza — *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. IV, pág. 169 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 11, sôbre papel China acinzentado.
- 37 — *Duque da Terceira* — Busto de frente olhando para a frente, fardado e condecorado; usa bigode e pêra — (Ass. fac.) Duque da Terceira — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×30 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 12 e 13, aquêlê sôbre papel China cinzento.
- 38 — *Estêvão* (José) — Busto para a esquerda, olhando para a frente, calvo, usando bigode e pêra — (Ass. fac.) José Estêvão — *Subs.* Silencio estamp. — Souza grav. — *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 49 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 35, sôbre China cinzento.
- 39 — *Espírito Santo* (Delfina) — Busto voltado para a esquerda, olhando para a frente — (Ass. fac.) Delfina do Espírito Santo — *Subs.* Souza gr. — Silêncio est. — *Dim.* 146×126 — Ocorre na *Galeria Artística* (¹). Lisboa, 1859. N.º 1 — Vide os retratos n.ºs 46, 83, 85 e 90.
- 40 — *Ferreira* (Bernardo António do Amaral) — Busto quási de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) Bernd.º An.º do

(¹) Esta interessante colecção compõe-se de 5 biografias únicas saídas, numeradas de 1 a 5, contendo cada uma delas um retrato a talho doce aberto por J. P. de Sousa. As biografias da actriz Delfina e do actor Rosa são de José Maria de Andrade Ferreira e as dos actores Izidoro, Sargedas e actriz Soller são de Júlio César Machado. O n.º 1 teve 2.ª edição em 1860.

Junto com o 3.º número foi distribuído um prospecto em que se anunciava para subscrição a venda de retratos dos actores biografiados em formato *próprio para quadro* nitidamente estampado em papel China ao preço de 120 réis cada um.

Am.^{al} Ferr.^a — Subs. Souza — Dim. 115×102 — Col. B. N. L., 58-A, Fl. 50, sôbre papel China acinzentado.

41 — *Froes* (Camilo Mariano) — Busto de frente, olhando para a frente, braços cruzados sôbre o peito — (Ass. fac.) C. Marianno Froes — Subs. Souza — Dim. 120×95 — Ocorre na obra do retratado *Caricaturas à pena, esbocetos literários em prosa e verso*. Lisboa, 1862 — Col. B. N. L., 58-A, Fl. 77.

42 — *Garrett* (João Baptista da Silva Leitão de Almeida) — Busto voltado de três quartos para a esquerda, olhando para a esquerda — (Ass. fac.) J. B. de Almeida Garrett — Sem subscrição em qualquer das provas que conheço — Dim. 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. IV, pág. 1 — Col. B. N. L., 58-A, Fl. 22, sôbre China acinzentado.

43 — *Godinho* (Domingos) — Busto voltado de três quartos para a direita, olhando para o mesmo lado, usa bigode e pêra — Sem o nome do retratado — Sub. Souza — Dim. 110×90 — Col. B. N. L., 48-A, Fl. 80, sôbre China acinzentado.

— *Gonçalves* — (João Roiz) — Vide a seguir.

44 — *Guimarães* (Izidoro Francisco) — Quatro pequenos bustos dispostos em cruz e numerados, inferiormente a cada um, com os números 1, 2, 3, 4 correspondentes aos da inscrição inferior que abrange seis linhas em cursivo — Ins. 1, *Izidoro F. Guimarães, Visconde da Praia Grande de Macau, Ministro Plenipotenciário de S. M. F. na China, encarregado da negociação do Tratado em 1862*; 2, *A. Marques Pereira, Secretario da Missão diplomática a Pekin*; 3, *João Roiz Gonçalves. 1.º Interprete, addido à Missão*; 4, *Jeronimo Osorio de C. C. d'Albuquerque, addido à Missão* — Subs. Souza — Dim. (de cada busto) 28×24. — Col. B. N. L., 58-A, Fl. 91, sôbre China acinzentado.

45 — *Herculano* (Alexandre) — Busto quási de frente, olhando para

- a frente — (Ass. fac.) A. Herculano — *Subs.* Souza gr. a agua forte — *Dim.* (mancha) 98×75 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. I, antes do frontispício — Na B. N. L., 58-A, Fl. 23, há outro exemplar sôbre papel encorpado branco, sem nome nem subscrição, bela prova a buril vigoroso.
- 46 — *Izidoro Sabino Ferreira* — Busto voltado de três quartos para a direita, olhando para a direita — (Ass. fac.) Izidoro Sabino Ferreira — *Subs.* Sz.^a — *Dim.* (da mancha) 80×65 — Ocorre na *Galeria Artistica*, 1859, da qual é o n.º 2. Para os restantes veja os retratos n.ºs 39, 83, 85 e 90.
- 47 — *Lagoaça* (Conde de) — Busto, representando um velho de matacões brancos, testa alta, voltado de três quartos para a direita olhando para a direita — (Ass. fac.) Conde de Lagoaça — *Sub.* Souza — *Dim.* 120×136 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 69 e 70, êste sôbre papel China acinzentado.
- 48 — *Latino Coelho* (José Maria) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) J. M. Latino Coelho — *Subs.* Souza gr. *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 50 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 37.
- 49 — *Lencastre* (D. José de Almada e) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) D. Jozé d'Almada e Lencastre — *Subs.* Souza — *Dim.* 125×136 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. IV, pág. 276 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 53.
- 50 — *Lotti della Santa* (Marcelina) — Busto quási de perfil para a esquerda, olhando esquerda — (Ass. fac.) Marcellina Lotti della Santa — *Subs.* Souza — *Dim.* 145-130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 564.
- 51 — *Loureiro* (José Jorge) — Busto de frente, braços cruzados sôbre o peito — (Ass. fac.) José Jorge Loureiro — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 98.

- 52 — *Luz* (José Lourenço) — Busto de frente olhando para a frente — Sem assinatura — *Subs.* Souza — *Dim.* 150×130 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 54, sôbre China acinzentado. Possui uma prova em papel branco encorpado, também sem assinatura, mas na col. Ferreira Lima há uma prova assinada.
- 53 — *Machado* (Júlio César) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) Julio Cesar Machado — *Subs.* Souza — *Dim.* (da mancha) 80×65 — Ocorre na *Rev. Cont.* — Vol. IV, pág. 589 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 41.
- 54 — *Machado* (Júlio César) — Redução do antecedente. — (Ass. fac.) Julio Cesar Machado — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* (da mancha) 55×45 — Ocorre na obra do retratado *Contos ao Luar* — Lisboa, 1861 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 42 e 43 êste sôbre China cinzento.
- 55 — *Magalhães* (Domingos José Gonçalves de) — Busto de frente olhando para a frente — (Ass. fac.) D. J. G. de Magalhaens — *Subs.* Souza — *Dim.* 147×127 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. V, pág. 287 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 73 e E. S. Esta sôbre China amarelado.
- 56 — *Magalhães* (João de Sousa Pinto de) — Busto de frente, olhando para a frente, usa óculos — (Ass. fac.) J. de S. P.^{to} de Magã.^{es} — *Subs.* Souza — *Dim.* 135×100 — Ocorre na obra *João de Sousa Pinto de Magalhães. Apontamentos históricos, por António Pereira Ferraz Junior* — Lisboa. Typ. Franco-portugueza, 1866 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 86, sôbre papel China amarelado.
- 57 — *Magalhães* (Rodrigo da Fonseca) — Busto quasi de perfil para a esquerda, olhando para a frente — (Ass. fac.) R. Fonseca Magalhães — *Subs.* Souza — *Dim.* 145×130 — Ocorre na *Rev. Cont.*, Vol. III, pág. 331 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 18, sôbre China acinzentado.
- *Marques Pereira* (A.) — Vide *Guimarães* (Izidoro Francisco).

- 58 — *Mascarenhas* (D. Carlos de) — Busto de frente, olhando para a frente, fardado, condecorado e de banda a tiracolo — (Ass. fac.) D. Carlos Mascarenhas — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×128 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 93 e 94, êste sôbre China acinzentado.
- 59 — *Melo* (A. M. de Fontes Pereira de) — Busto voltado três quartos para a esquerda, olhando para o mesmo lado — (Ass. fac.) A. M.^a de Fontes Pr.^a de Mello — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 341 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 40, sôbre China amarelado.
- 60 — *Mendes* (Manuel Odorico) — Meio corpo, de frente, olhando para a frente, a mão direita metida no peito entre as bandas do casaco — (Ass. fac.) — Manuel Odorico Mendes — *Subs.* Souza — *Dim.* 144×117 — Na *Rev. Cont.*, Vol. IV, pág. 239 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 87, sôbre China cinzento.
- 61 — *Mendes Leal Júnior* (José da Silva) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para a frente. Usa óculos, bigode e pêra — (Ass. fac.) — José da Silva Mendes Leal J.^{or} — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 442 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 32, sôbre China cinzento.
- 62 — *Mendonça* (A. P. Lopes de) — Busto de frente olhando para a frente — (Ass. fac.) A. P. Lopes de Mendonça — *Subs.* Souza — *Dim.* 140×102 — Na *Rev. Cont.*, Vol. V, pág. 561 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 95 e 96, êste sôbre China cinzento.
- 63 — *Mettrass* (Francisco Augusto) — Sentado, visto até à cintura, voltado para a direita; sôbre as costas tem um chale-manta — (Ass. fac.) Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 487 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 46.
- 64 — *Mongini* (Pietro) — Busto voltado três quartos para a direita olhando para a frente — (Ass. fac.) P. Mongini — *Subs.* Souza — *Col.* E. S.

- 65 — *Mont' Alverne* (Fr. Francisco de) — Visto até à cintura, voltado para a frente, vestindo o hábito de franciscano — (Ass. fac.) Fr. Francisco de Monte Alverne. — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 390 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 21.
- 66 — *Monteiro* (José Gomes) — Busto de frente, olhando para a frente; usa matacões — (Ass. fac.) J. Gomes Monteiro — *Subs.* Souza — *Dim.* 128×145 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 73 e E. S., esta sôbre China cinzento.
- 67 — *Neves e Sousa* (Emília das) — Sentada, vista até à cintura, mãos descansando no regaço, olhando para a frente — (Ass. fac.) Emilia das Neves — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 195 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 48.
- 68 — *Otoni* (Teófilo Benedito) — Busto, quási de frente, olhando para a frente, usa bigode e pêra — (Ass. fac.) Theofilo Benedito Otoni — *Subs.* Souza — *Dim.* 145×125 — Na *Rev. Cont.*, Vol. IV, pág. 435 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 88, sôbre China cinzento.
- 69 — *Ottolini* (J. C. de Aguiar) — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) J. C. d'Aguiar Ottolini — *Subs.* Souza — *Dim.* 136×125 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 52.
- 70 — *Passos* (Manuel) — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) M. Passos — *Subs.* Souza — *Dim.* 145×130 — Na *Rev. Cont.*, Vol. IV, pág. 225 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 16.
- 71 — *Pereira* (Porfírio José) — Busto quási de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) Porphirio José Pereira — *Subs.* Souza — *Dim.* 115×102 — Ocorre na obra do retratado: *Quadros de alma ou a mulher atravez dos seculos*. Lisboa. Typ. Univ., 1862 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 51.

- 72 — *Pimentel* (João Pereira do Amaral e) — Visto até à cintura, mão direita sôbre o peito, veste trajos prelaticios; na cabeça usa solideo — (Ass. fac.) João Pereira B. de A. e Pim.^{el} — *Subs.* Souza — *Dim.* 150×130 — Ocorre na obra: *Vida publica do novo bispo de Angra D. João Maria do Amaral e Pimentel, por Carlos José Caldeira.* Lisboa. Typ. de Castro, Irmão, 1872 e na obra do retratado: *O processo no Juizo e tribunaes ecclesiasticos...* Braga. Typ. União, 1862 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 67.
- 73 — *Pimentel* (Júlio Máximo de Oliveira) — Busto três quartos para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) J. M. d'Oliveira Pimentel — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 136×125 — Na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 439.
- 74 — *Rebello da Silva* (Luís Augusto) — Busto quási de frente olhando para a frente — (Ass. fac.) Luiz Augusto Rebello da Silva — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* (da mancha) 87×72 — Na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 395 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 33, sôbre China cinzento.
- 75 — *Rebello da Silva* (Luís Augusto) — Na mesma disposição, mas apresentando aspecto de mais idoso — (Ass. fac.) a mesma do anterior — *Subs.* S. — *Dim.* (da mancha) 53×43 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 34.
- 76 — *Rey* (Manuela Lopes) — Busto voltado para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) Manuela Lopes Rey — *Subs.* Souza — *Dim.* 125×95 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 49.
- 77 — *Ribeiro Ferreira* (Tomaz António) — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) Thomaz Ribeiro — *Subs.* Souza — *Dim.* (da mancha) 95×80 — Na *Rev. Cont.*, Vol. V, pág. 59 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 29.
- 78 — *Ribeiro Ferreira* (Tomaz António) — Busto de frente olhando para a direita — (Ass. fac.) a mesma do anterior — *Subs.* Souza

— *Dim.* (da mancha) 55×50 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 30 e 31, êste sôbre China cinzento.

- 79 — *Richelieu?* — Em moldura oval, inscrito em outra rectangular apenas delineada por leves traços paralelos, busto voltado três quartos para a esquerda, olhando para a direita, veste hábitos prelatícios; no ombro ostenta a Cruz de Malta — *Dim.* (da chapa) 324×245 — *Col. B. N. L.*, 41-A, Fl. 34. É uma prova antes da letra tendo manuscrita na parte inferior a seguinte nota: *Souza copiou de Nauteuil* (¹) *em Paris.*
- 80 — *Ristori del Grillo* (Adelaide) — Sentada, de perfil para a direita, olhando para o mesmo lado — (Ass. fac.) Adelaide Ristori del Grillo — *Subs. Sz.^a* — 95×80 — Na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 345.
- 81 — *Romero* (Jerónimo) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para o mesmo lado — (Ass. fac.) Jerónimo Romero — *Subs. Souza gr.* — *Dim.* 150×126 — Ocorre no *Supplemento à Memoria decriptiva e estatistica do Districto de Cabo Verde...* Lisboa, 1860.
- 82 — *Rosa* (Francisco Octaviano de Almeida) — Busto voltado três quartos para a esquerda, olhando para a frente; usa óculos — (Ass. fac.) F. Octaviano — *Subs. Souza* — *Dim.* 140×125 — Na *Rev. Cont.*, III, pág. 495 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 64.
- 83 — *Rosa* (João Anastácio) — Busto voltado três quartos para a esquerda, olhando para a frente, usa bigode — (Ass. fac.) João Anastacio Roza — *Subs. Sz.^a* — *Dim.* 147×120 — Ocorre na *Galeria Artística* — Lisboa, 1859, da qual é o n.º 3. Para os restantes, vide os retratos n.ºs 39, 46, 85 e 90.

(¹) É o pintor gravador e litógrafo Robert Nauteuil, expositor no Salon de 1833 a 1867 e director do Museu de Belas-Artes em Dijon.

- 84 — *Sá Júnior* (José Luís Vieira de) — Busto de frente, olhando para a frente, usa barba farta e bigode — (Ass. fac.) José Luiz Vieira de Sá J.^{or} — *Subs.* Souza — *Dim.* 117×90 — Ocorre na obra do retratado: *Saudades-Poesias*. Lisboa, na Typ. da Sociedade Franco-portugueza. 1863 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 75 e 76, aquele sôbre China cinzento.
- 85 — *Sargedas* (Chrispiniano Pantaleão da Silva) — Busto voltado três quartos para a esquerda olhando para a frente—(Ass. fac.) Chrisp.^{no} Pantaleão da S.^a Sargedas — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 142×125 — Ocorre na *Galeria Artistica*. Lisboa, 1859, da qual é o n.º 4. Para os restantes, vide os retratos n.ºs 36, 46, 83 e 90.
- 86 — *Serpa* (António de) — Busto de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) Antonio de Serpa — *Subs.* Silencio estamp. Souza gravou — *Dim.* 145×130 — Na *Rev. Cont.*, Vol. I, pág. 97 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 39, sôbre China cinzento.
- 87 — *Silva* (Joaquim António da) — Busto de frente, olhando para a frente; o retratado usa matacães — (Ass. fac.) J. Ant.^o da Silva *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×125 — Na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 147 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 89, sôbre China claro.
- 88 — *Silveira* (José Xavier Mousinho da) — Busto de frente olhando para a esquerda, cabeleira de cãs revôltas — (Ass. fac.) José X.^r Mous.^o da Sil.^{ra} — *Subs.* Souza — *Dim.* 145×130 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 15.
- 89 — *Soares de Passos* (António Augusto) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para a frente, apresenta-se calvo e usa bigode — (Ass. fac.) A. S. de Passos — *Subs.* Souza gr. — *Dim.* 145×130 — Na *Rev. Cont.*, Vol. II, pág. 293 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 25.
- 90 — *Soller d'Assis* (Josefa) — Vista até à cintura, voltada três quartos para a direita, olha para a direita e está sentada, cabelo

apartado ao meio formando bandós — (Ass. fac.) Josepha Sol-ler d'Assis — *Subs. Souza gr.* — *Dim.* 145×122 — Ocorre na *Galeria Artistica*. Lisboa, 1860, da qual é o n.º 5. Para os restantes, veja os retratos n.ºs 39, 46, 83 e 85.

- 91 — *Soriano* (Simão José da Luz) — Visto até quási aos joelhos, mão direita na algibeira, a esquerda apoiada sôbre uma mesa, voltado para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) Simão José da Luz — *Subs. Souza* — *Dim.* 145×128 — Ocorre nas *Revelações aa minha vida, e memorias de alguns factos...* Lisboa, na Typ. Universal, 1860 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 92, sôbre China claro.
- 92 — *Sousa* (Maria Peregrina de) — Vista quási até os joelhos, sentada, olhando para a frente, braço esquerdo sôbre uma mesa — (Ass. fac.) Maria Peregrina de Souza — *Subs. Souza* — *Dim.* 148×128 — Na *Rev. Cont.*, Vol. III, pág. 273 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 97.
- 93 — *Sousa* (Paulino José Soares de) — Busto de frente olhando para a frente — *Ins. Visconde de Uruguay* (em cursivo) — (Ass. fac.) Paulino José Soares de Sousa — *Subs. Souza* — *Dim.* 145×125 — Na *Rev. Cont.*, Vol. V, pág. 617 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 90, sôbre China cinzento.
- 94 — *Taborda* (Francisco Alves da Silva) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para a frente, usa cabeleira revôlta — (Ass. fac.) Fran.º Alves da S.ª Taborda — *Subs. Souza* — Na *Rev. Cont.*, Vol. III, pág. 169.
- 95 — *Taborda* (Francisco Alves da Silva) — Busto quási de frente, olhando para a frente — (Ass. fac.) F. A. da S. Taborda — *Subs. Souza* — *Dim.* (da mancha) 85×65 — *Col. B. N. L.*, 58-A, Fl. 47.
- 96 — *Tasso* (Joaquim José) — Busto para a direita, olhando para a

frente — (Ass. fac.) Joaq.^m José Tasso — *Subs.* Souza — Na *Rev. Cont.*, Vol. IV, pág. 541.

97 — *Teles* (Henrique José de Souza) — Busto voltado três quartos para a direita, olhando para a frente — (Ass. fac.) Henrique José de Sousa Telles — *Subs.* Sz.^a — Dim. 116×103 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 85 — Ocorre no *Elogio historico do Snr.... por seu filho* (João José de Sousa Teles) e por ele lido em sessão solemne do *anniversario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana em 24 de Julho de 1870*. Lisboa, 1871 — *Col.* E. S. prova sôbre China amarelado.

98 — *Teles* (João José de Sousa) — Busto para a direita, olhando para a frente, usa lunetas — (Ass. fac.) J. J. de Sousa Telles — *Subs.* Souza — *Dim.* 130×100 — Ocorre na obra: *Annuario Portuguez, scientifico, litterario e artistico, Primeiro anno 1863*. Lisboa 1864 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 82 e 83, êste sôbre China cinzento.

99 — *Vieira de Castro* (José Cardoso) — Busto voltado três quartos para a direita olhando para o mesmo lado, usa lunetas — (Ass. fac.) J. C. Vieira de Castro — *Subs.* Souza — *Dim.* 135×97 — Ocorre nos: *Discursos parlamentares 1865-1866*. Lisboa, na Typ. da Gazeta de Portugal, 1866 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 62 e 63 aquela sôbre China cinzento.

— *Visconde da Praia Grande* — Vide *Guimarães* (Izidoro F.).

100 — *Volpini* (E.) — Visto até meio corpo voltado três quartos para a direita, olhando para o mesmo lado, cabelo apartado ao meio formando bandós — (Ass. fac.) E. Volpini — *Subs.* Souza — *Dim.* — 150×130 — *Col.* B. N. L., 58-A, Fl. 98, sôbre China cinzento.

ESTAMPAS DE ASSUNTO VARIO

- 101 — *Leitura de um romance* — Quadro rectangular sôbre o largo, com os cantos superiores arredondados, sem qualquer delimitação. Paisagem campestre bastante indefinida da qual se entrevêem apenas, por uma pequena abertura à direita, uns longes de arvoredo. O restante fundo é formado pelo tronco de enorme árvore junto da qual está deitada sôbre o seu lado direito, ocupando tôda a largura do quadro, uma jôvem que lê atentamente um livro apoiado no chão e seguro com a mão esquerda. A cabeça, levantada a altura conveniente para a leitura, apoia-a na mão direita. Cobre-lhe o corpo até à cintura uma capa ou manto e daí para cima um leve vestido branco que lhe deixa nús os ombros e a parte superior dos seios. Os cabelos pretos e um pouco ondeados, caem-lhe sôbre o ombro direito. — *Inscrição* «A Leitura de um romance» — *Subscrição* Metrass pint. Souza gr. — *Dim.* (da mancha) 189×123 (da chap) 220×158 — *Col.* E. S. —

Embora não fôsse expressamente aberta para êsse fim, esta estampa constituiu o 1.º prémio da Sociedade Promotora de Belas Artes (¹).

- 102 — *Cenas da vida popular* — Em plena rua, vários tipos populares lisboetas; o preto caiador, a assadeira de castanhas, o aguadeiro, etc. — *Inscrição* «Scenas da vida popular, Lisboa». Prémio da Sociedade Promotora das Bellas Artes em Portugal, 2.º anno — *Subscrição* — J. P. de Souza grav. a agua forte, 1863. Visconde de Menezes pint.

Colecção Fernando Enes. Prova antes da letra.

- 103 — *Recolher do gado* — Quadro representando um grupo de vacas que se comprimem junto da porta de uma arribana. É ao cair

(¹) Sôbre a história e descrição dos 14 prémios que formam a colecção veja o que deixei dito em *Prémios da Sociedade Promotora das Bellas Artes em Portugal* — Lisboa, 1930 (com uma estampa).

da tarde. Reprodução do célebre quadro de Anunciação. *Inscrição* «Prémio da Sociedade Promotora das Belas Artes em Portugal». 3.º anno. — *Subscrição* — «Anunciação pint. — J. P. Souza gr. a água forte — 1864». *Dimensões* (pela mancha) 440×315 (da chapa) 520×410.

Colecção — Fernando Santos, provas da primitiva estampagem e da feita em Paris. Esta superior em merecimento àquela.

104—*Camões em Macau*. Litografia representando o poeta na gruta de Macau. — *Inscrição* — «Camões na gruta de Macau». — Prémio da Sociedade Promotora das Bellas Artes em Portugal, 5.º anno. — *Subscrição* — F. A. Metrass, pint. — 1866 — J. P. de Souza, lith. — Lith. de D. F. Lopes. Lisboa». — *Dimensões* — 400×272.

105—*Morte de Affonso de Albuquerque*. — Litografia. *Subscrição* — «J. P. de Souza, dez. — A. M. da Fonseca, pint. — 1868. — Lith. de Vasques & C.^a, R. do Chiado — *Inscrição* — «Os Últimos momentos de Affonso de Albuquerque». — Prémio da Sociedade Promotora das Belas Artes em Portugal — 8.º ano. — *Dimensões* 380×290 — É de má execução e creio que o desenho sôbre a pedra não houvesse sido feito pelo artista.

106—*O Mercado* — Grande estampa ao baixo, representando um trecho de um mercado em uma paisagem arborizada. No primeiro plano à direita um campino a cavalo conversa com uma aldeã que o escuta de olhos baixos. Homens, mulheres e uma grande manada de bois e vacas enchem a restante parte do quadro. À esquerda algumas barracas entre as árvores, onde se vende vinho — *Inscrição* «O Mercado». Premio da Sociedade... 10.º anno — *Subscrição* Annunciação pint., 1874. Souza gravou — *Dimensões* (da mancha) 470×250 (da chapa) 590×370 — *Colecção* E.S. — As expressões das figuras são duras e a estampagem é bastante deficiente na tintagem.

- 107—*D. Sebastião* — Gravura a talho doce reproduzindo a escultura de José Simões de Almeida Júnior, D. Sebastião lendo, na *História de Portugal*, os feitos heróicos dos seus antepassados, pensa na conquista de África — *Inscrição* «El-Rei D. Sebastião». Premio da Sociedade... 11.º anno. Est. d'Acad. R. B. A. de Lx.^a — *Subscrição* S. d'Almeida sc., Souza gr. — *Colecção* F. E. posue a única prova que conheço com a letra.
- 108—*Monumento a Camões* — Reprodução do Monumento da Praça Luís de Camões — *Inscrição* «Monumento a Camões» pelo estatuário Victor Bastos — *Subscrição* Silencio estampou, Souza gr. *Dimensões* (da chapa 260×195 (do desenho) 190×123. — *Colecção* E. S. Há provas sôbre papel China, colado sôbre outro cartonado de grandes margens. — *Iconografia de Camões*, Séc. XVIII e XIX — Veja o que digo em *Paulus* no meu *Dicionário de Gravadores*.
- 109—No Catálogo da Exposição de trabalhos de Academia das Belas Artes de Lisboa, referente ao anno de 1852, diz ter Joaquim Pedro de Sousa aberto uma gravura representando Adão e Eva, copiada de um desenho tirado dos frescos de Rafael, no Vaticano. Nunca vimos nenhuma prova, nem nos consta de alguém que a tenha.
- 110—O Catálogo da 5.^a exposição (1861) aponta um retrato de Luís de Camões, aberto para uma edição da Imprensa Nacional, retrato que devia ser enviado à Exposição Universal de Londres.
- 111—O mesmo Catálogo indica ainda uma estampa reproduzindo um desenho de F. A. Metrass com os irmãos Máximo, Veríssimo e Júlia.
- 112—*Juízo de Salomão* — Sentado no trono profere a célebre e terrível sentença no pleito travado entre as duas mães que preten-

dem, cada uma para si, o direito sôbre a criança viva, que o algoz ameaça com o gládio prestes a cumprir a decisão do inflexível juiz — *Subscrição* Metrass pint. Silencio est. na Acad. das B. Artes de Lisboa — Metrass e Souza gravaram — Ocorre no n.º 5, a pág. 12, do *Jornal de Bellas Artes* de 1857.

ERNESTO SOARES